



BOLETIN DO ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA

NÚMERO 8 | JULHO 2019



ÍNDICE

Editorial

Notícias

Exposições

Documentos do mês

Documentos em destaque

Entrevistas

Rede de Arquivo do Alentejo (RAA-DE)

- A Estratégia de Salvaguarda do Património Arquivístico do Distrito de Évora

Estudos

- Relações entre a Catedral de Évora e a Colegiada de Santo Antão no final do século XVIII: o caso do cantor José da Costa
- Elementos biográficos de compositores eborenses do final do século XVIII e início do XIX: contributos do Arquivo Distrital de Évora
 - O ofício de Guadamecileiro
 - Câmara Eclesiástica de Évora: Os róis de confessados
 - Contributos para a história do património religioso da Arquidiocese de Évora com o Decreto de 30 de maio de 1834

Ofertas de publicações

EDITORIAL

Caros leitores,

O Arquivo Distrital de Évora, cada vez mais em parceria com outras entidades da região, está a produzir valor para o público, seja o que nos visita presencialmente, seja quem, à distância de um clique, acompanha as nossas atividades e consulta os nossos documentos.

Nos últimos 5 anos apostámos fortemente na disponibilização de imagens (mais de 2 milhões), de registos descritivos (quase 100 mil), em atividades de divulgação (Rota dos Arquivos, exposições, documento do mês, profissão do mês, conferências), nas incorporações (mais de meio quilómetro) e no apoio às entidades da região através da Rede de Arquivos do Alentejo.

Muito se tinha feito antes de 2014. Mas a partir daí o caminho fez-se mais em conjunto com a comunidade que nos rodeia, pois é para ela que trabalhamos todos os dias. Em linguagem do *New Public Management*, ou da Nova Gestão Pública, orientámo-nos para o cliente e para os resultados.

Esse rumo tem sido consistentemente seguido e os resultados alcançados demonstram-no. No ano de 2018 disponibilizámos 740 mil imagens e quase 18 mil registos e este ano ultrapassaremos o meio milhão de imagens e os 20 mil registos.

Naturalmente que não será possível manter este ritmo de crescimento nos próximos anos, até porque o projeto de digitalização da *Family Search* está a chegar ao fim, secando a torrente de imagens, e porque precisamos de organizar os fundos documentais intocados para poderem ser tratados. Neste momento, dos mais de 4 quilómetros de documentação do Arquivo Distrital apenas 30% está tratada e só 11% está disponível na Internet. De forma desigual, haverá avanços nestas duas dimensões, prevendo-se que a disponibilização de imagens comece a reduzir substancialmente mas que a descrição arquivística continue a subir paulatinamente.

A fruição do património arquivístico pelo nosso público é um objetivo que nos mobiliza e nos motiva, pese embora os escassos meios postos à nossa disposição. Porém, acreditamos que a nossa função cultural contribui para uma sociedade mais justa e conhecedora da sua identidade. Por isso, temos publicado regularmente o Documento do Mês, a Profissão do Mês e outra documentação. Do mesmo modo, promovemos em 2018 e em 2019 a mostra documental “Diálogos da Arte Cristã na Documentação do Arquivo Distrital de Évora”, por ocasião do Dia Nacional dos Bens Culturais da Igreja, a mostra documental “Quanto mais velho melhor”: Contributo dos arquivos para o estudo da vinha e do vinho no Alentejo”, a mostra documental “Direitos Humanos no Distrito de Évora –

Um Olhar sobre o Passado” no âmbito das comemorações dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 40 anos de Adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos, a exposição “40 Profissões Antigas” e a exposição “Ibero América no Alentejo: Margens da Memória”, integrada no programa do *Ano Iberoamericano dos Arquivos para a Transparência e Memória*. Realizámos, ainda, a apresentação do livro de José Calado “Apontamentos para a História da Vinha e do Vinho no Alentejo – legado de uma família a produzir desde 1667”. E participámos novamente na Feira do Livro de Évora.

No âmbito da Rede de Arquivos os progressos têm sido aparentemente menos visíveis mas, em nosso entender, apresentam-se bastante consistentes. E se-lo-ão ainda mais no futuro. A estratégia seguida assenta em grandes linhas mas as várias entidades vão trilhando individualmente o seu caminho. O AtoM é já uma aposta ganha, pois passou a ser amplamente utilizado, o que permitiu ultrapassar a inexistência de financiamento para adquirir outro tipo de sistemas. Esta realidade faz com que, futuramente, possam vir a ocorrer adesões à Rede Portuguesa de Arquivos (RPA), se essa for a vontade das entidades. O Modelo de Regulamento da Rede foi adaptado à Lei n.º 31/2019, de 3 de maio, e elaborou-se uma “Estratégia para a Salvaguarda do Património Arquivístico” que

se espera vir a ser gradualmente implementada. Em 2019 a Rede organizou a 2.ª Edição da Festa dos Arquivos, destinada a comemorar o *Dia Internacional dos Arquivos* (9 de junho), que decorre em 5 entidades de 4 concelhos (Estremoz, Évora, Redondo e Vila Viçosa). A DGLAB tem sido o catalisador destas mudanças, designadamente, ao ter promovido as ações de divulgação da RPA e da Salvaguarda do Património Arquivístico em março. As bases estão lançadas e os frutos do trabalho que começou na RAA-DE em 2016 estão a começar a aparecer. Mas muito mais há para fazer, tanto no Arquivo Distrital como na região. O tempo corre contra nós, pelo que temos de continuar a trabalhar para salvar, tratar e disponibilizar mais arquivos.

Neste número do boletim divulgamos mais documentação do Arquivo Distrital através de cinco estudos, a cujos autores agradeço a disponibilidade para apresentarem os seus trabalhos.

Boas leituras!



Jorge Janeiro

Diretor do Arquivo Distrital de Évora

NOTÍCIAS

Índice

Disponibilização de registos descritivos on-line

Em 2018 foram disponibilizados 17.688 registos de diferentes fundos: Tribunais das Comarcas de Elvas, Évora, Estremoz, Redondo e Fronteira, Cartórios Notariais de Vila Viçosa e de Estremoz, Santa Casa da Misericórdia de Évora, Governo Civil de Évora, Paróquia da Sé e Câmara Eclesiástica de Évora.

Fundo	Registos colocados em linha
Tribunal da Comarca de Elvas	15
Tribunal da Comarca de Estremoz	995
Tribunal da Comarca de Redondo	52
Tribunal da Comarca de Fronteira	26
Cartório Notarial de Vila Viçosa	19
Cartório Notarial de Estremoz	4
Santa Casa da Misericórdia de Évora	3.049
Governo Civil de Évora	94
Paróquia da Sé	77
Câmara Eclesiástica de Évora	9.598
Tribunal da Comarca de Évora	3.759
Total	17.688

Disponibilização de imagens digitais on-line

Em 2018 foram disponibilizadas 740.158 imagens dos seguintes grupos de fundos: Paroquiais, Notariais, Câmara Eclesiástica de Évora, Governo Civil de Évora, Conservatórias do Registo Civil, Administração Local, Santa Casa da Misericórdia de Évora, Coleção de Testamentos e Casa Pia de Évora.

Fundo	Imagens disponibilizadas
Paroquiais (ADE)	62.327
Notarial Montoito (ADE)	1.139
Notarial de Terena (ADE)	524
Notarial de Pavia (ADE)	2.797
Notarial de Vila Viçosa (ADE)	4.114
Câmara Eclesiástica de Évora (FS)	90.881
Governo Civil de Évora (FS)	51.403
Conservatórias (FS)	95.512
Administração Local (FS)	48.685
Coleção de Testamentos (FS)	72.442
Santa Casa da Misericórdia de Évora (FS)	293.572
Casa Pia de Évora	16.762
Total	740.158

Números do ADE – 2018

Leitores: **586**

Documentos consultados: **6.878**

Certidões emitidas: **60**

Imagens disponibilizadas on-line: **740.158**

Registos disponibilizados on-line: **17.688**

Visitantes: **344**

Pedidos de reprodução (imagens): **8.363**

Pedidos de reprodução (fotocópias): **151**

Pedidos de pesquisa: **166**

Mostra documental e apresentação de livro sobre a História da Vinha e do Vinho no Alentejo

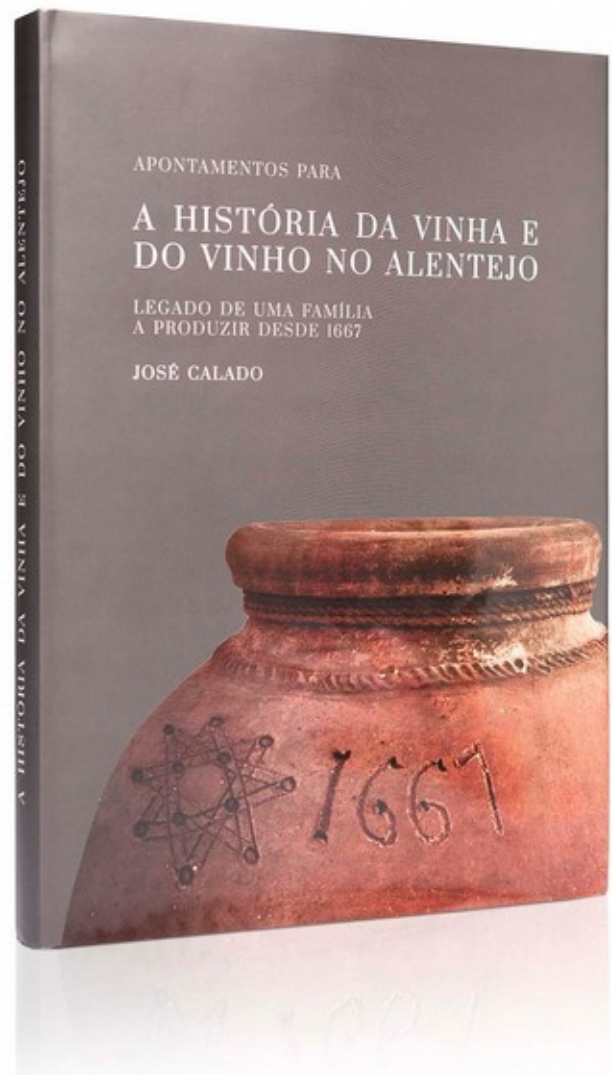
No dia 26 de novembro, no Arquivo Distrital de Évora, teve lugar a inauguração da mostra documental “Quanto mais velho melhor”: Contributo dos arquivos para o estudo da vinha e do vinho no Alentejo”. No dia 17 de janeiro pelas 18 horas, no Arquivo Distrital de Évora, realizou-se a apresentação do livro de José Calado “Apontamentos para a História da Vinha e do Vinho no Alentejo – legado de uma família a produzir desde 1667”.

A apresentação ficou a cargo do autor, José Calado, e do promotor da obra, Luís Serrano Mira, proprietário da Herdade das Servas.

O Presidente da Comissão Vitivinícola do Alentejo, Francisco Mateus, fez uma introdução sobre a importância do setor vitivinícola para a região e sobre a relevância de estudos históricos para o conhecimento do passado desta atividade.

A apresentação foi também abrilhantada pelas modas alentejanas cantadas pelo Grupo de Cantares Feminino de Alcáçovas.

O livro teve por base alguns dos documentos inseridos na mostra documental, que pôde ser visitada até ao final de janeiro.





Apresentação de livro sobre a História da Vinha e do Vinho no Alentejo, com a participação do Grupo de Cantares Feminino de Alcáçovas

Dia Nacional dos Bens Culturais da Igreja 2018

O Arquivo Distrital de Évora associou-se, mais uma vez, à iniciativa através da realização da mostra documental intitulada “Diálogos da Arte Cristã na Documentação do Arquivo Distrital de Évora”. A mostra esteve patente ao público de 18 de outubro a 9 de novembro de 2018 nas nossas instalações.



Mostra Documental “Direitos Humanos no Distrito de Évora Um Olhar sobre o Passado”

No dia 26 de novembro, no Arquivo Distrital de Évora, teve lugar a inauguração da mostra documental “Direitos Humanos no Distrito de Évora – Um Olhar sobre o Passado” no âmbito das comemorações dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 40 anos de Adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos. A exposição esteve patente ao público até 31 de janeiro.



Exposição "A Escola na Cidade"

No âmbito da comemoração do seu Centenário a Escola Secundária Gabriel Pereira organizou uma exposição evocativa do seu percurso intitulada "A Escola na Cidade". A mostra resultou da parceria entre a Câmara Municipal de Évora, a Universidade de Évora (CIDEHUS.UÉ) e a Escola Secundária Gabriel Pereira e esteve patente ao público entre os dias 16 de maio e 7 de junho de 2019 na biblioteca da Escola Secundária Gabriel Pereira e, a partir do dia 21 de junho, na Feira de S. João.



Exposição "50 Capas: 50 Anos"

O Diário do Sul, no âmbito das comemorações dos 50 anos deste jornal, organizou a Exposição "50 Capas: 50 Anos", que esteve patente entre os dias 13 e 19 de maio na Loja W52, na Praça do Giraldo.



Exposição "100 Anos de História, 100 Anos de Gratidão"

O Arquivo Distrital de Évora associou-se às comemorações do 1º centenário do clube Juventude Sport Clube (1918-2018) através da presença do diretor na Sessão Solene do Centenário (5 de dezembro) e da participação na Exposição do Centenário "100 Anos de História, 100 Anos de Gratidão", que esteve patente ao público entre o dia 8 de dezembro de 2018 e o dia 12 de janeiro de 2019, no INATEL.



“A Educação no período do Estado Novo”

Entre 20 de janeiro e 1 de março esteve patente no Centro Cultural de Redondo a exposição “A Educação no período do Estado Novo”. No mesmo local, no dia 16 de fevereiro, teve também lugar uma conferência sobre o sistema educativo no Estado Novo, que contou com a presença de professores e de investigadores.



Feira do Livro

O Arquivo Distrital de Évora participou, mais uma vez, na Feira do Livro de Évora, intitulada "Livros à Rua" que decorreu no Largo da Sé entre os dias 17 e 26 de maio. Tratou-se de mais uma oportunidade para divulgar o nosso trabalho junto da população. Realizou, ainda, uma Oficina de Genealogia (dia 18) e uma Oficina de Pesquisa de Documentos (dia 26).



“Ibero América no Alentejo: Margens da Memória”

No dia 06 de junho pelas 18 horas, no Arquivo Distrital de Évora, teve lugar a inauguração da exposição “Ibero América no Alentejo: Margens da Memória”, integrada no programa do *Ano Iberoamericano dos Arquivos para a Transparência e Memória*.



“40 Profissões Antigas”

No dia 06 de junho pelas 18 horas, no Arquivo Distrital de Évora, teve lugar a inauguração da exposição “40 Profissões Antigas”, integrada nas comemorações do Dia Internacional dos Arquivos.

Profissões Antigas: Alveitar

Alveitar - Ferrador ou qualquer individuo sem diploma que trata os animais doentes.

“Certo Médico afamado,
Tendo doente um jerico,
Mandou chamar o ferrador
Para curar-lhe o burrico.
Pronto o bicho, quanto devo?
Pergunta o Dr. Fabrício.
Nada, que nós não levamos dinheiro
Aos que são do mesmo ofício”.



Disponível em: <http://saomigueldoriotorto.blogspot.com/2007/01/profisso-j-desaparecida-ferrador.html>

Imagem disponível em: <https://www.google.pt/search?q=ferrador>

Festa dos Arquivos

Para assinalar o Dia Internacional dos Arquivos a Rede dos Arquivos do Alentejo - Distrito de Évora, realizou em 2019 a 2ª edição da Festa dos Arquivos, com iniciativas em 5 entidades de 4 concelhos (Estremoz, Évora, Redondo e Vila Viçosa).



ARQUIVO
DISTRITAL DE
ÉVORA



CECHAP
CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA,
HISTÓRIA, ARTES E PATRIMÓNIO



FESTA DOS ARQUIVOS PROGRAMA

ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA

Exposições

"40 Profissões Antigas"
"Ibero América no Alentejo: Margens da Memória"
Inauguração: 06 de junho 18h
Horário de visita: 9h-12:30h e 14h-17:30h
Duração: 06 de junho a 31 de outubro de 2019
Local: Arquivo Distrital de Évora, Colégio do Espírito Santo, Largo dos Colegiais, Évora
Entrada gratuita



ARQUIVO
DISTRITAL DE
ÉVORA

ARQUIVO MUNICIPAL DE REDONDO

Exposição

"Brinquedos de outros tempos"
Horário de visita: 9h-12:30h e 14h-17:30h
Duração: 28 de maio a 28 de junho de 2019
Local: Avenida de Gien, Redondo
Outras atividades:
"Semana do Brincar"
01 de junho – 14:30h-17:30h
Local: Parque Ambiental de Redondo
Entradas gratuitas



ARQUIVO MUNICIPAL DE ÉVORA

Exposição

"Ruas com História"
Inauguração: 07 de junho 16h
Horário de visita: 9h-17:30h
Duração: 07 junho a 07 de julho de 2019
Local: BLACK BOX
Edifício dos Paços do Concelho, Praça do Sertório, Évora
Entrada gratuita



ARQUIVO MUNICIPAL DE ESTREMOZ

Exposição

"Memórias Históricas de Evoramonte"
Inauguração: 07 de junho 15h
Horário de visita: 9h-12:30h e 14h-17:30h
Duração: 07 junho a 30 de setembro de 2019
Local: Centro Cultural Dr. Marques Crespo – Arquivo Municipal, Av. de Santo António, Estremoz
Entrada gratuita



CECHAP - CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA, HISTÓRIA, ARTES E PATRIMÓNIO

Exposição

"Um arquivo salvo ao serviço da comunidade"
Inauguração: 07 de junho 16h
Horário de visita: 9h-13h e 14h-18h
Duração: 07 a 28 de junho de 2019
Local: CECHAP
Largo D. João IV N° 40-A, Vila Viçosa
Entrada gratuita



CECHAP
CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA,
HISTÓRIA, ARTES E PATRIMÓNIO

Atividades da RAA-DE

A Rede dos Arquivos do Alentejo - Distrito de Évora (RAA-DE) realizou 6 reuniões entre novembro de 2018 e junho de 2019, dinamizando vários projetos em simultâneo:

- Organizou-se a 2ª edição da "Festa dos Arquivos", destinada a comemorar o *Dia Internacional dos Arquivos* (9 de junho), que decorreu em 5 entidades de 4 concelhos (Estremoz, Évora, Redondo e Vila Viçosa);
- Discutiu-se o Plano de Intervenção no Sistema de Arquivo Organizacional, destinado a apoiar os responsáveis a qualificarem os respetivos sistemas de arquivo;
- Esclareceram-se dúvidas sobre o AtoM;
- Harmonizou-se a descrição e a indexação de documentação no sistema AtoM;
- Preparou-se a adesão à Rede Portuguesa de Arquivos (RPA) pelos membros da RAA-DE;
- Definiram-se os temas e discutiu-se a estrutura dos roteiros de fontes;
- Aprovou-se a "Estratégia para a Salvaguarda do Património Arquivístico" (ESPA);
- Aprovou-se a 2ª versão do "Modelo de Regulamento do Arquivo".

De modo a preparar a adesão à RPA, no dia 12 de março de 2019, na CCDDR Alentejo foi realizada a "Ação de divulgação da Rede Portuguesa de Arquivos", pela Dra. Lucília Runa, técnica superior da Direção de Serviços de Inovação e Administração Eletrónica da DGLAB. E, para concretizar a ESPA foi realizada a "Ação de divulgação das Políticas e Estratégias de Salvaguarda do Património Arquivístico" a cargo do Dr. Pedro Penteado, diretor de Serviços de Arquivística e Normalização, e da Dra. Catarina Guimarães, coordenadora do Gabinete de Salvaguarda do Património, da DGLAB. Estas duas ações tiveram um total de 39 participantes provenientes da RAA-DE, do Grupo de Trabalho dos Arquivos da CIMBAL, da Rede de Arquivos do Alentejo Litoral e dos municípios de Gavião e de Sesimbra.

A RAA-DE participou também no II Encontro de Arquivos do Alentejo Litoral, organizado pela Rede de Arquivos do Alentejo Litoral em Santiago do Cacém no dia 12 de outubro de 2018, com a comunicação apresentada por Jorge Janeiro "Ir mais longe: divulgação do trabalho colaborativo da Rede de Arquivos do Alentejo - Distrito de Évora", e no VI Encontro de Arquivos do Algarve, organizado pela Rede de Arquivos do Algarve, em Alcoutim, nos dias 24 e 25 de maio, com a comunicação "A infraestrutura da informação do Alentejo Central: um processo incremental", apresentada por Jorge Janeiro, Maria do Rosário Martins e Sílvia Arvana Russo.

Em abril de 2019 foi também formalizada a adesão do Município de Portel à RAA-DE, que conta agora com 16 membros.



Rede de Arquivos do Alentejo
Distrito de Évora

EXPOSIÇÕES

Índice

“Quanto mais velho melhor”: Contributo dos arquivos para o estudo da vinha e do vinho no Alentejo

A atividade vitivinícola no Alentejo é muito antiga remontando, pelo menos, aos Fenícios. Seriam, no entanto, os Romanos quem exploraria em larga escala as condições existentes na região para a produção de uva e de vinho. Aliás, são inúmeros os vestígios arqueológicos que comprovam essas práticas. Mas persistem ainda bem vivos em certas povoações os ritos associados à produção do vinho da talha, herdado diretamente dos Romanos. Essa cultura, material e imaterial, que se prolongou até aos nossos dias, está hoje em processo de revalorização com a candidatura a património cultural da UNESCO promovida por várias entidades do Alentejo. É difícil aos arquivos estabelecerem um elo de ligação assim tão antigo mas conseguem, efetivamente, documentar as várias dimensões da presença do vinho na sociedade

desde a época medieval e, sobretudo, desde a época moderna.

Daí o título desta exposição, pois quanto mais velho o documento melhor a compreensão do fenómeno vitivinícola da região na linha do tempo. E, efetivamente, no Arquivo Distrital de Évora existe documentação, alguma dela aproveitada por José Calado, autor do livro “Apontamentos para a História da Vinha e do Vinho no Alentejo – legado de uma família a produzir desde 1667”, que revela a presença constante da vinha e do vinho na sociedade alentejana desde a Idade Moderna. De testamentos a escrituras, de relatórios para o governador civil a inventários orfanológicos, tudo serviu para enquadrar o vinho e a vinha na ambiência social, económica e cultural em que esses documentos foram produzidos.

Deste modo, e aproveitando este ensejo, o Arquivo Distrital recolheu mais alguma documentação e expõe-a para que o público possa aperceber-se da relação intensa e longínqua dos alentejanos com o vinho e com a vinha. Entre os documentos divulgados salientamos: os inventários orfanológicos, pela riqueza descritiva que oferecem, inclusivamente, sobre os utensílios utilizados para a produção de vinho; os relatórios sobre experiências realizadas por um produtor no século XIX contra as doenças das videiras; e uma petição a contestar a aplicação do imposto ao vinho de talha de forma semelhante ao do vinho do Porto, na qual se explica o método de produção do vinho de talha nos meados do século XIX, e que até hoje se mantém praticamente inalterado.



Mapa da Vila de Estremoz e seu termo

Mapa de 1811 que descreve a quantidade dos vinhos, vinagres e águas-ardentes de cada uma das Adegas da Vila de Estremoz e seu termo e o valor referente ao subsídio literário (imposto sobre a produção de vinha). Realça-se o nome dos proprietários e as unidades de medida utilizadas: pipas e almudes.

Mapa da Vila de Estremoz e seu termo de 1811, apresentando uma tabela com colunas para 'Vinhos', 'Vinagres' e 'Águas-ardentes', listando proprietários e quantidades em pipas e almudes.

Organização

Arquivo Distrital de Évora

Endereço

Arquivo Distrital de Évora

Largo dos Colegiais, 3

7000-803 Évora

<http://adevr.dglab.gov.pt>

Contactos

Telefone: 266 006 600

E-mail: mail@adevr.dglab.gov.pt

Horário

De segunda a sexta-feira

Das 9h. às 12h30

e das 14h às 17h30



CULTURA

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS



ARQUIVO
DISTRITAL DE
ÉVORA

“Quanto mais velho melhor”:

Contributo dos arquivos para o estudo da vinha e do vinho no Alentejo

Mostra Documental e apresentação de livro



26 de novembro de 2018 a 29 de janeiro de 2019

Mostra Documental

Esta mostra documental visa a promoção e divulgação de documentação existente neste Arquivo, relacionada com a atividade da vinha e do vinho na região Alentejo. Entre esta encontram-se escrituras, testamentos e autos cíveis.

Moradores da Vila de Borba

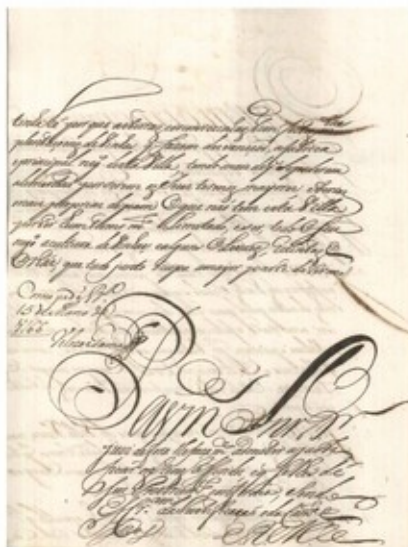
Auto Cível de 1766 que contém vários itens de justificações sobre a antiguidade vinícola a favor da Vila de Borba, alegando os moradores desta serem os principais produtores de vinho, superior a qualquer outra terra da Província, uma vez que as terras vizinhas de Vila Viçosa, Estremoz, Elvas, Campo Maior e Olivença estavam a expandir o cultivo da vinha em antigas terras de pão.

Apresentação do Livro

“A História da Vinha e do Vinho no Alentejo – Legado de uma família a produzir desde 1667”

A apresentação terá lugar no dia 26 de novembro, às 18h, no Arquivo Distrital de Évora, com a presença do Autor, Dr. José Calado, do promotor da obra, Dr. Luís Serrano Mira, proprietário da Herdade das Servas e do Presidente da Comissão Vitivinícola do Alentejo, Eng. Francisco Mateus.

Esta obra, que é o resultado de uma exaustiva investigação histórica produzida por José Calado, procura fazer o cruzamento entre os principais acontecimentos que marcaram a História da Vinha e do Vinho no Alentejo e o percurso vitivinícola da família Serrano Mira que, desde 1667, está ligada ao setor neste território.



Desdobrável da Mostra Documental

Direitos Humanos no Distrito de Évora Um Olhar sobre o Passado

A luta pela defesa dos Direitos Humanos atravessa hoje um novo e difícil capítulo. Mas não é nova. No passado a evolução no sentido da proteção dos direitos dos indivíduos foi lenta e gerou brechas nas sociedades. A escravatura, o trabalho infantil e a emancipação das mulheres, apenas para citar três exemplos, foram campos de disputa onde diferentes forças se digladiaram durante séculos até que resultados positivos fossem finalmente atingidos. Mas nunca completamente afirmados, pois os retrocessos ocorrem e persistem, infelizmente, zonas do planeta onde estes direitos nunca foram efetivados.

Por essa razão, comemorar os 70 anos da Declaração Universal dos

Direitos Humanos e os 40 anos de Adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos não se resume a assinalar duas datas mas a reafirmar a importância de continuar a lutar para que esses direitos sejam concretizados onde ainda não o são e reafirmados para o futuro.

Nesta exposição procurou-se elencar os vários direitos humanos previstos na Declaração Universal e na Convenção Europeia e demonstrar, através de documentos existentes no Arquivo Distrital, a pertinência da exigência do respeito por esses direitos. Assim, para cada direito apresenta-se um documento que o contraria, aproximando aquilo que aparentemente está num plano longínquo à

nossa realidade. Ou seja, as declarações e convenções produzidas em países distantes, e com um âmbito internacional, não nos são estranhas. Têm, afinal, um enquadramento no nosso País e na nossa região, uma vez que os documentos do Arquivo Distrital comprovam que o desrespeito pelos Direitos Humanos estava entranhado na nossa sociedade. Felizmente, e em comparação com os casos evidenciados pela documentação, a situação modificou-se e hoje vivemos um País onde o respeito pelos Direitos Humanos se encontra num nível bastante elevado.





REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS
ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS



ARQUIVO
DISTRITAL DE
É·V·O·R·A

Mostra Documental

“Direitos Humanos no Distrito de Évora - Um Olhar sobre o Passado”

Comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos
40 anos de Adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos

Inauguração dia 26 de novembro de 2018 - 17:30h

Arquivo Distrital de Évora



**“Todos os seres humanos nascem livres e
iguais em dignidade e direitos”**

Patente no Arquivo Distrital de Évora até 31 de janeiro de 2019

Cartaz da Mostra Documental



Inauguração das Mostras Documentais

Uma forma de preservar o que foi conquistado

Mostras documentais no Arquivo Distrital de Évora

■ Leonor Centeno

Fotos Exclusivas
diário do SUL

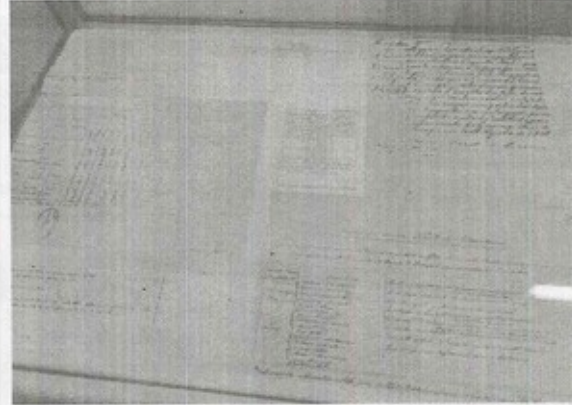
No dia 26 de novembro, no Arquivo Distrital de Évora, decorreu a inauguração da mostra documental "Quanto mais velho melhor" (Contributo dos arquivos para o estudo da vinha e do vinho no Alentejo) e "Direitos Humanos no Distrito de Évora – Um Olhar sobre o Passado".

Jorge Janeiro, diretor do Arquivo Distrital de Évora, afirma que as mostras documentais são bastante pertinentes para o momento que se vive, principalmente os documentos sobre os direitos humanos. "Neste preciso momento, é um dos temas mais salientes da realidade internacional sobretudo do nosso país. Mas do ponto de vista internacional existem problemas efetivos relacionados com



determinadas lideranças políticas e com outras situações, por exemplo, os refugiados que tentam chegar à Europa ou aos EU. É exatamente por esta razão que o arquivo distrital só pode associar-se e estar do lado da promoção dos direitos humanos como instituição pública", disse.

No primeiro artigo, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adoptada pela ONU a 10 de Dezembro de 1948, pode-se ler que "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos". Apesar de tudo, cada vez mais se vive num período de profunda crise das democracias



e consequentemente os direitos humanos se vêem reduzidos às denominadas "liberdades políticas".

De acordo com o diretor, é de grande importância dar a conhecer tudo o que foi feito ao longo dos tempos para que as violações dos direitos humanos não voltem hoje a repetir-se. "Através dos documentos conseguimos testemunhar que em Portugal essas violações foram

sendo eliminadas gradualmente. Chegamos aos dias de hoje com um país em que o respeito pelos direitos humanos é bastante elevado. Não quero com isto dizer que seja um dado adquirido no nosso país e ao nível internacional e é precisamente por saber que não é um dado adquirido que decidi dar este contributo e testemunho para que os direitos continuem a ser preservados", concluiu.

Reportagem do Diário do Sul

40 Profissões Antigas

As sociedades, desde muito cedo, sentiram necessidade de aperfeiçoar competências para assegurarem a sua subsistência. À medida que os grupos de caçadores-recoletores se foram sedentarizando surgiram novas profissões, numa divisão do trabalho que ultrapassava a já tradicional divisão de tarefas entre sexos. A especialização foi-se acentuando, embora, ao longo dos séculos, certas profissões se mantivessem praticamente inalteradas. Ainda hoje existem profissões que proveem desde os tempos mais remotos. Outras, por via da evolução tecnológica ou de imposições legais, acabaram por soçobrar.

Ao longo dos últimos 3 anos o Arquivo Distrital de Évora tem vindo a divulgar mensalmente a "Profissão do Mês" no site e no Facebook, iniciativa que despertou

grande interesse por parte dos nossos seguidores. As profissões identificadas nos mais variados documentos foram objeto de análise e de alguma investigação para que se pudesse, em alguns casos, compreender com exatidão o que eram e quais as atividades que desenvolviam em concreto. Noutros houve menos dificuldade.

Todavia, este exercício possibilitou que se alargasse o conhecimento não apenas dos técnicos do Arquivo Distrital sobre as Profissões Antigas mas, sobretudo, que essa informação fosse difundida junto do público em geral, contribuindo para o reforço do nível cultural da região.

A fruição do património arquivístico é um fator estruturante da política de memória do nosso País, pelo que continuamos, embora com meios muitíssimo mo-

destos, a investir na difusão do conhecimento que formata a nossa identidade.

Nós, como arquivistas, transportamos connosco esse "lugar da memória" que é o arquivo, e ajudamos o público a viajar para outros lugares através das 40 profissões antigas que seleccionámos para que cada pessoa as possa apreciar e situar no contexto em que nos são apresentadas pelos documentos.

Relativizar o tempo presente no confronto com as realidades do passado é um esforço que nos enriquece como seres humanos. Esse confronto gera uma reflexão que pretendemos ser vantajosa por aumentar o nosso conhecimento sobre o passado mas, sobretudo, por nos revelar as conquistas e as perdas do presente.

Profissões Antigas: Esparteiro

Esparteiro - Fabricante ou Vendedor de obras de espartaria feitas com esparto ou crina vegetal, tais como cordas, esteiras, seirões, cestos, alcofas e tapetes.



Imagem disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Esparto>



Imagens disponíveis em: <https://www.skium.com/pt/comprar-alcatifas/3685-tapete-pow.html>

Oficial de Imaginário

Sanguexugueiro

Linotipista

Bufarinheiro

Meretriz

**ARQUIVO
DISTRITAL DE
É·V·O·R·A**

**Exposição
40 Profissões Antigas**

Esta Exposição abrange 40 Profissões Antigas encontradas em documentos do Arquivo Distrital de Évora e resulta de uma atividade de divulgação e publicação, realizada ao longo de 3 anos.

A diversidade de artes e ofícios que se apresenta reflete bem os conhecimentos, hábitos e costumes que nos deixaram os nossos antepassados, mostrando o saber fazer, que muitas das vezes passou de geração em geração, até aos nossos dias.

Inauguração: 06 de junho às 18:00h
Arquivo Distrital de Évora, Largo dos Colegiais

Exposição patente de 06 de junho a 31 de outubro de 2019

Cartaz da Exposição

Ibero América no Alentejo: Margens da Memória

O Arquivo Distrital de Évora, através da Exposição "Ibero América no Alentejo: Margens da memória", associa-se ao *Ano Iberoamericano dos Arquivos para a Transparência e Memória*. Esta iniciativa dos países que integram a Ibero-América trata-se de mais um esforço no sentido de reforçar a transparência nos vários estados e de recuperar as memórias dos tempos negros das ditaduras experienciadas nos dois lados do Atlântico. Para que não se repitam nunca mais.

A procura da verdade tem sido um recurso amplamente utilizado por estes países para desvendar os desmandos e atrocidades cometidas durante as ditaduras. Mas não podemos esquecer a verdade histórica em que as colonizações portuguesa e espanhola assentam. Essa verdade tem sido conjuntural e parcial, servindo interesses antagónicos. Assim, as narrativas desencontram-se e contam histórias diferentes sem que haja um esforço sério ao nível científico de caracterização do legado colonial ibérico nas Américas. Aos olhos das historiografias anglo-saxónicas, os Conquistadores Espanhóis comportaram-se como criminosos sedentos de ouro que

dizimaram as populações indígenas, e os Portugueses são acusados de serem os grandes responsáveis pelo tráfico de escravos. Já na historiografia ibérica não é difícil encontrar elogios à humanidade com que tratou os colonizados e, sobretudo, à valentia dos colonizadores. Temos, portanto, visões irremediavelmente inconciliáveis.

Se bem que existe um fundo de verdade nestas duas imagens, há que aprofundar o conhecimento científico sem que fique previamente condicionado por preconceitos ou por interesses alheios ao saber.

Por essa razão, a pequena exposição que agora trazemos ao vosso encontro desvenda alguns dos documentos que se identificaram neste Arquivo Distrital que ora envolvem os Portugueses que buscaram na América novas perspectivas, ora demonstram que muitos sul-americanos fizeram o trajeto inverso e nos deixaram um pouco de si.

O encontro entre a Ibéria e a América não deixou nada como dantes. Mesmo Portugal e Espanha

viram profundamente alteradas as suas culturas e as suas perspectivas políticas, económicas e militares em termos geoestratégicos. Os dois lados mudaram para sempre em função deste encontro mútuo. Os documentos que divulgamos, como passaportes, processos de habilitações "de genere", requisitórios e processos de inquirições, evidenciam como os Portugueses foram deixando testemunhos da sua permanência no mundo e como as culturas com as quais contactámos nos influenciaram. O Alentejo não viveu à margem deste processo de globalização, pois daqui partiram muitos alentejanos que no Brasil fundaram povoações, exerceram importantes cargos e se internaram pelo sertão em busca de riquezas. O Alentejo recebeu também sul-americanos, em especial brasileiros, acolhendo-os no seu seio. Muitos vieram estudar, trabalhar ou ingressar em conventos e por aqui ficaram. Outros regressaram à sua terra natal.

É essa memória comum que celebramos para que no futuro continue bem viva porque, desde que o Atlântico nos uniu, nunca mais nos separamos.



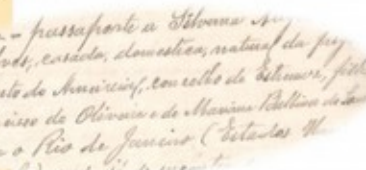
Oratório da Cruz de Pascoal, em Salvador da Baía, dedicado a Nossa Senhora do Pilar, foi mandado edificar em 1743 por Pascoal Marques de Almeida, nascido em Portugal, exerceu o ofício de tesoureiro da Dízima da Alfândega da Baía e foi recebedor do rendimento do Trapiche.

Exposição

Ibero América no Alentejo: Margens da Memória



Em diáspora desde o século XV, os Portugueses foram deixando testemunhos da sua permanência no mundo. Do mesmo modo, os lugares e as culturas onde deixaram raízes chegaram até nós. O Alentejo não viveu à margem deste processo de globalização. Para comemorar o Ano Ibero-Americano dos Arquivos o Arquivo Distrital de Évora divulga documentos sobre a relação entre o Alentejo e a América Latina, com especial enfoque para o Brasil, onde muitos alentejanos fundaram povoações, exerceram importantes cargos e se internaram pelo sertão em busca de riquezas. Passaportes, processos de habilitações "de genere", requisitórias e processos de inquirições são os documentos que permitem reavivar as memórias das duas margens unidas pelo Oceano Atlântico.



Inauguração: 06 de junho às 18:00h
Arquivo Distrital de Évora, Largo dos Colegiais

Exposição patente de 06 de junho a 31 de outubro de 2019



Cartaz da Exposição



Inauguração das Exposições

No âmbito do Dia Internacional dos Arquivos

Arquivo Distrital de Évora apresenta exposições sobre profissões antigas e sobre a Ibero América no Alentejo



Marino Pardeil

diário do SUL

Quatro concelhos do distrito de Évora, através de cinco entidades, assinalaram o Dia Internacional dos Arquivos, comemorado a 9 de junho, organizando exposições diferenciadas.

Trata-se da segunda edição da Festa dos Arquivos, um projeto dinamizado pela Rede de Arquivos do Alentejo - Distrito de Évora.

As entidades que desenvolveram iniciativas foram o Arquivo Distrital de Évora, os arquivos municipais de

Évora, Estremoz e Redondo e ainda o CECHAP, Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património (Vila Viçosa).

No caso do Arquivo Distrital de Évora, foram inauguradas, na passada quinta-feira, duas exposições. Uma retrata "40 Profissões Antigas", a outra intitula-se "Ibero América no Alentejo: Margens da Memória".

Ambas ficam patentes até ao próximo dia 31 de outubro e podem ser visitadas de segunda a sexta-feira, das 9 às 12h30 e das 14 às 17h30. A entrada é gratuita.

Em relação à exposição das profissões antigas, Jorge Janeiro, diretor do Arquivo Distrital de Évora,

salientou que, "ao longo dos últimos três anos, temos vindo a divulgar mensalmente, através do Facebook, essas descobertas que fazemos".

Explicou que, "muitas vezes, estamos a tratar a documentação e aparecem-nos determinada profissão", esclarecendo que, "às vezes, é reconhecida facilmente, mas na maior parte das vezes não sabemos o que é".

De acordo com Jorge Janeiro, "algumas deixaram de existir devido à evolução tecnológica, por exemplo; noutros casos, foram os nomes que deixaram de estar em uso".

Uma das profissões retratada é "bufarinheiro", ou seja, um vendedor

ambulante de bugangas. Mas há também um "burziguciro", isto é, "alguém que fazia um determinado tipo de sapato", referiu o mesmo responsável, frisando que "não havia só o sapateiro".

Quanto à outra exposição, Jorge Janeiro realçou que "está também enquadrada na programação do Ano Iberoamericano dos Arquivos para a Transparência e Memória, uma iniciativa da Comunidade Iberoamericana, à qual nos associámos".

Um dos aspetos que assinalou foi "o facto do Atlântico não ser uma barreira que separa, mas uma estrada que une e que uniu a América do Sul, sobretudo, à Península Ibérica e ao Alentejo, em concreto".

Segundo o diretor do Arquivo Distrital de Évora, "temos uma presença em especial do Brasil na nossa documentação, com povoadores que foram do Alentejo para o Brasil e que depois, com os seus descendentes, regressaram a Portugal".

Constatou que, "neste contacto, há transformações para os dois lados, os portugueses que foram daqui para o Brasil deixaram de ser uns portugueses metropolitanos; por outro lado, encontram no Brasil um mundo diferente e ao regressarem transportaram essas vivências, sendo isso visível na documentação".

Ao mesmo tempo, Jorge Janeiro recordou que, "já

no século XX, temos a onda de emigração para vários países sul-americanos e não só para o Brasil".

Evidenciou que "existiam livros de registo de passaporte e cada pessoa que queria sair tinha de pedir autorização", contando que "além dos dados pessoais e de haver uma descrição física, a pessoa tinha de dizer para onde é que ia, o que é que ia fazer e se ia acompanhado".

O diretor do Arquivo Distrital de Évora mencionou ainda que "era muito comum as pessoas saírem em negócios, mas também viajavam a lazer, sobretudo, quem tinha mais posses", lembrando que "as viagens de caráter religioso eram muito comuns".

Reportagem do Diário do Sul

DOCUMENTO DO MÊS 2018

Índice

No mês de **agosto** destacamos a relação dos rendimentos do ano económico de 1822/1823 do Convento de Nossa Senhora da Luz dos religiosos da Ordem de São Paulo, o Primeiro Eremita, localizado em Montes Claros, no termo de Borba, também denominado Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros, elaborada em conformidade com as instruções da portaria expedida a 1 de Junho de 1823 pela comissão encarregada do lançamento da coleta eclesiástica, aplicada para a amortização da dívida pública, e segundo as cláusulas de uma outra portaria de 3 de novembro de 1821. Na relação estão compreendidas todas as receitas arrecadadas entre o dia de São João de 1822 e o dia de São João de 1823.

As propriedades pertencentes, ou administradas, pelos religiosos situavam-se nos termos de Borba, Elvas, Estremoz, Juromenha, Monforte e Vila Viçosa.

Em Borba os religiosos possuíam a Herdade das Oliveiras, uma azenha e dois serrados na Ribeira de Borba, uma azenha na Herdade da Alcaraviça, olivais, vinhas e casas

sitas nos coutos e na dita localidade, terrenos na aldeia de Barro Branco e umas casas sitas na Herdade de Travassos. No documento consta que o convento, e a cerca dele, se situava na Herdade de Travassos, que fora doada ao convento e outra parte dela comprada pelos religiosos, e também na Herdade das Nogueiras.

Em Estremoz possuíam a Herdade dos Sandes, a Horta das Nogueiras de Cima, a Horta das Nogueiras de Baixo, a Herdade das Nogueiras, na qual possuíam uma pedreira, e a Azenha da “Alagoa”.

Em Elvas possuíam a Herdade das Caldeirinhas, a Herdade do Freixial, a Herdade dos Serrões, o Moinho dos Azeredos, olivais e casas em Elvas.

Em Juromenha possuíam a Herdade da Abrunheira e em Monforte possuíam a Herdade da Carrajola e a Herdade da Torre das Figueiras.

Na freguesia de Pardais, concelho de Vila Viçosa, possuíam um serrado, a Herdade da Almagreira, uma azenha e uma pedreira situada

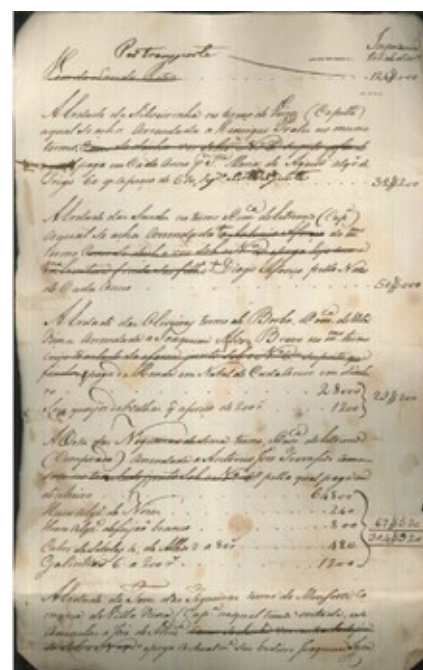
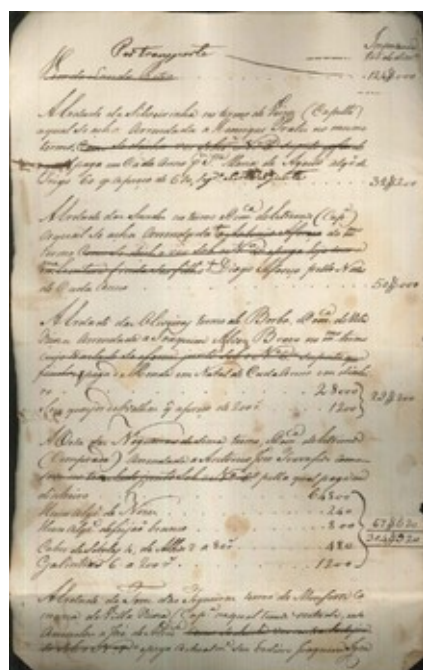
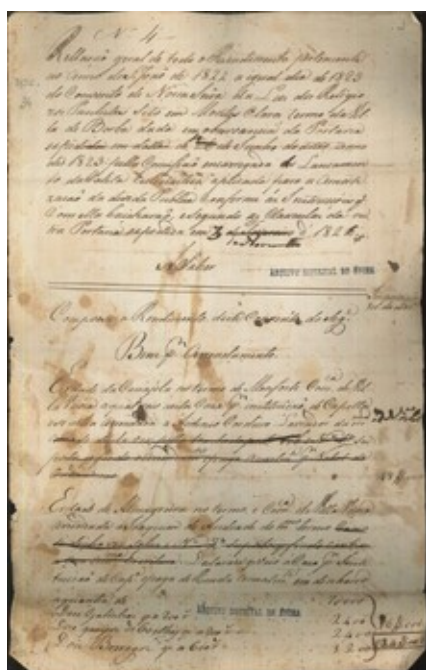
na mesma herdade.

Na lista dos rendimentos consta também o dinheiro que era cobrado pelo produto das rendas das portagens das herdades, outras miudezas que lhes eram pagas, foros e o capital de dinheiro dado a juro de 5% pertencentes a diversas capelas que administravam.

A relação foi assinada por Frei Francisco de Santo Tomás Vigo, Frei Manuel de Santa’ Ana Clavario e Frei José de Jesus Maria Macedo Clavario (cujo nome foi riscado).

No final consta uma nota referindo que o convento não possuía a maior parte dos contratos dos bens arrendados por serem muito antigos, que muitas das escrituras dos foros tinham ficado no Erário Régio quando se calcularam as terças ou então que a letra das escrituras era tão antiga que não se podiam copiar.

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora



Cota: Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros de Borba, cx. 2, doc. 34.

No mês de **setembro** destacamos documentos relativos a obras efetuadas nas fortificações da cidade de Évora.

Escolhemos alguns mapas de despesas com o pagamento dos salários dos trabalhadores civis e militares, estes últimos pertencentes ao Batalhão Provisório de Infantaria de Évora, que trabalharam nas obras para a defesa da cidade. As obras ocorreram na Porta do Rossio, na Porta de Avis e na Porta da Lagoa, entre os dias 6 e 9 de setembro de 1837, envolvendo mais de 100 trabalhadores.

No caso dos trabalhadores civis constam nas relações: os nomes, os ofícios, o número de dias que trabalharam na obra, o vencimento diário e o total referente aos dias de trabalho. No caso dos trabalhadores militares constam, também, as companhias a que pertenciam, o número e os postos que ocupavam nas mesmas e o trabalho que efetuaram nas obras.

As declarações das despesas foram efetuadas e conferidas por Joaquim Miguel de Andrade, Governador do Quartel Militar de Évora, e pelos encarregados dos trabalhos, Jeróni-

mo Joaquim Carrasquinho e outro que assinava Rolando.

O Governador Militar encarregou o porta-bandeira e alferes do Batalhão da Guarda Municipal de Évora, Manuel Maria Pereira Lobato, de receber o dinheiro para pagar aos operários.

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora

Handwritten financial ledger page with columns for names, amounts, and dates. The text is in Portuguese and includes a header with a date and location.

Handwritten financial ledger page with columns for names, amounts, and dates. The text is in Portuguese and includes a header with a date and location.

Handwritten financial ledger page with columns for names, amounts, and dates. The text is in Portuguese and includes a header with a date and location.

Handwritten financial ledger page with columns for names, amounts, and dates. The text is in Portuguese and includes a header with a date and location.

Hoje, dia 1 de **outubro**, comemora-se o Dia Internacional do Idoso. Instituído pelas Nações Unidas em 1991, tem como objetivo sensibilizar a sociedade para as questões do envelhecimento e alertar para a necessidade que os idosos têm de ser protegidos e não negligenciados pelas gerações mais novas.

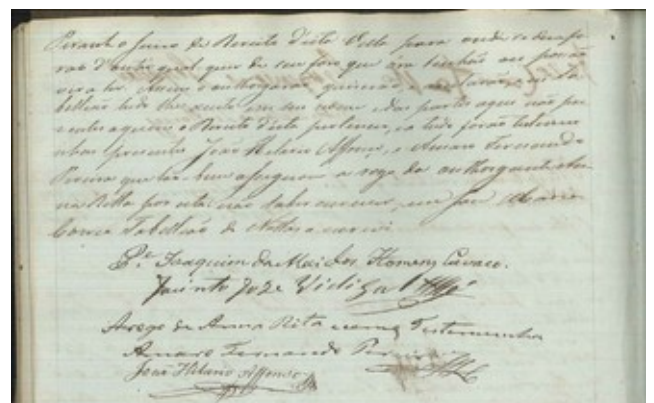
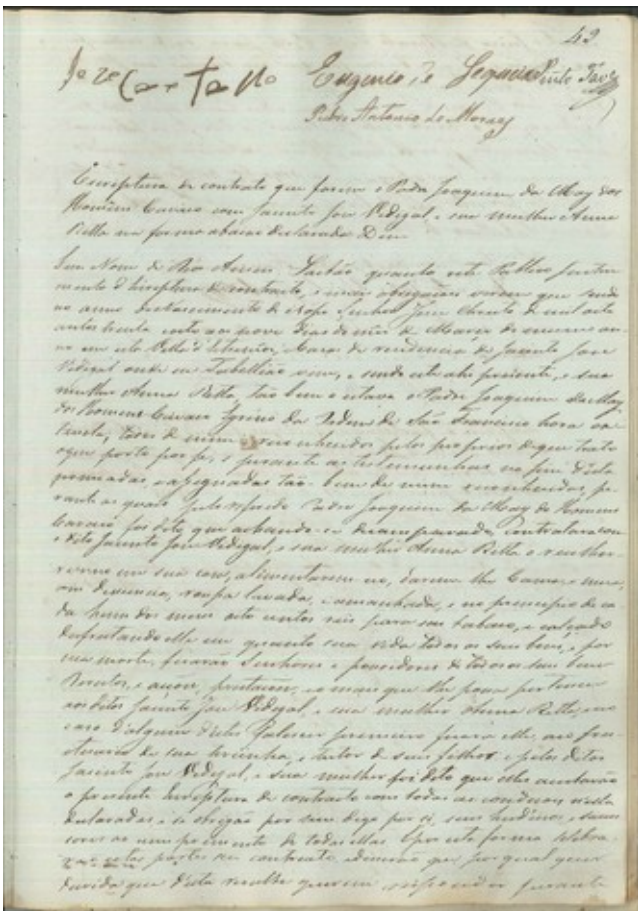
O documento que destacamos no mês de outubro é o exemplo da preocupação demonstrada por um padre que, provavelmente pela sua avançada idade, decidiu tomar providências para assegurar o seu futuro e poder viver com dignidade até ao fim dos seus dias.

O documento em destaque é o contrato celebrado no Cartório Notarial de Estremoz, do tabelião José Maria Correia, a 9 de março de 1838, entre, por um lado, o Padre Joaquim da Mãe dos Homens Cavaco e, por outro, o senhor Jacinto José Vidigal e sua mulher Ana Rita.

O padre, achando-se desamparado, contratou o casal para que o recolhesse em sua casa, o alimentasse, lhe desse cama e mesa com decência, roupa lavada e amanhada, e que, no início de cada mês, lhe dispensasse 800 réis para o tabaco e calçado. Tudo na condição de ser usufrutuário de to-

dos os seus bens enquanto vivesse. Quando falecesse, ficaria o casal beneficiário de todo o seu património.

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora



Cota: Cartório Notarial de Estremoz, liv. 317, f. 49 v.º e 50.

Luís Manuel Rodrigues, um soldado alentejano que perdeu a vida na 1ª Guerra Mundial

No dia 11 de **novembro** de 2018 comemora-se o centenário da assinatura do Armistício, acordo que pôs fim ao conflito entre os Aliados e as Potências Centrais, colocando, oficialmente, um ponto final na Primeira Guerra Mundial iniciada em 1914.

No dia 11 de novembro de cada ano, em vários países, presta-se homenagem a todos os que combateram na Primeira Guerra Mundial e aos que perderam a vida nos campos de batalha.

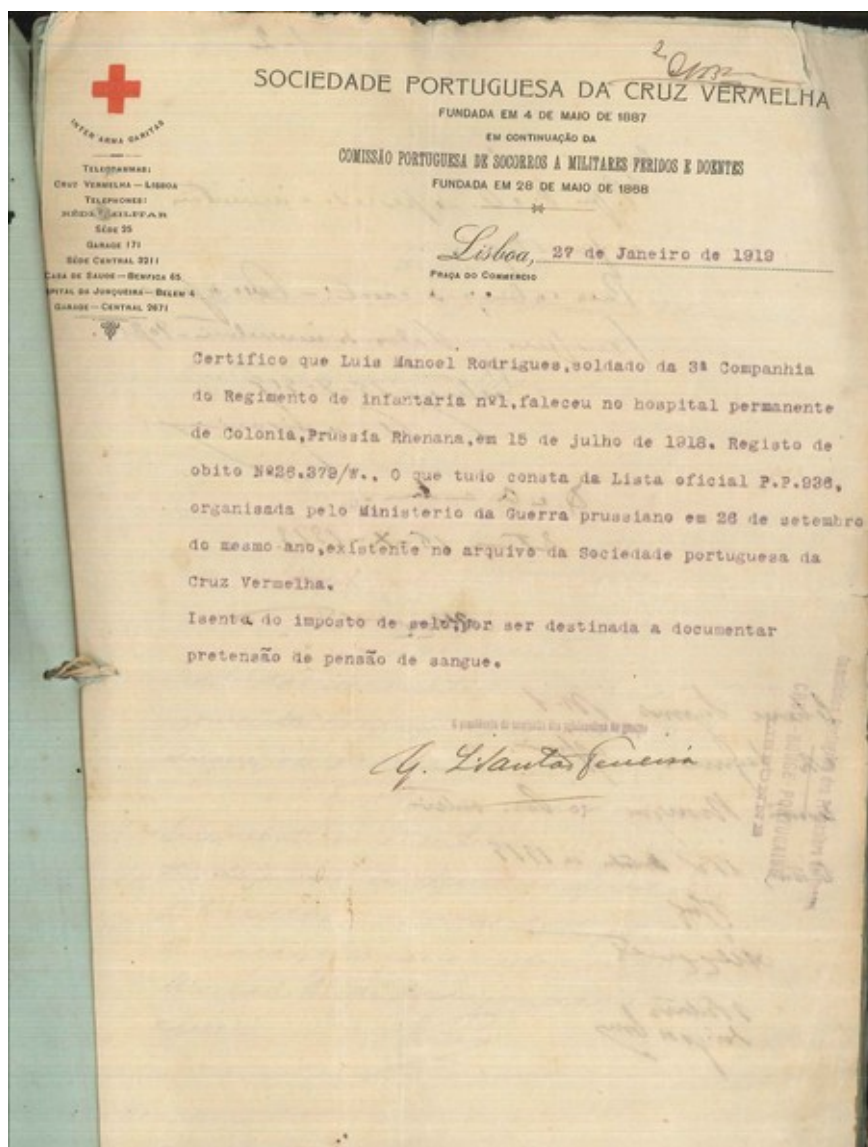
Em homenagem a todos aqueles que perderam a vida na 1ª Guerra Mundial destacamos como documento do mês de novembro o processo de inventário orfanológico, que decorreu no Juízo de Direito da Comarca de Estremoz, por falecimento de Luís Manuel Rodrigues, morador na freguesia de Santo António dos Arcos, soldado da 3ª Companhia do Regimento de Infantaria nº 1. O inventariado deixou viúva Ana de Jesus Tempero e órfã uma filha de dois anos de idade.

O inventariado faleceu, como prisioneiro militar dos alemães, no hospital permanente de Colónia,

Prússia Renana, a 15 de Agosto de 1918.

No processo consta a certidão de óbito do inventariado, passada e assinada pelo presidente da Comissão Portuguesa dos Prisioneiros de Guerra, comissão criada com o apoio da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, segundo a informação que constava da Lista oficial P.P. 936, organizada pelo Ministério da Guerra prussiano em 26 de setembro de 1918.

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora



Cota: Tribunal da Comarca de Estremoz, Cx. 184, doc. 1897

No mês de **dezembro** de 2018 divulgamos a “Relação dos cidadãos nacionais a quem foram conferidos e visados passaportes para se deslocarem dentro do país”, datada de 3 de junho de 1835. Este documento integra a mostra documental intitulada “Direitos Humanos no Distrito de Évora – Um Olhar sobre o Passado”, realizada no âmbito das comemorações dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 40 anos de Adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos, patente no Arquivo Distrital de Évora entre 26 de novembro de 2018 e 31 de janeiro de 2019.

O artigo nº 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos refere que “Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado”. Contudo, em Portugal houve épocas em que não era possível transitar livremente no espaço nacional sem obter autorização.

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora

Comarca d'Évora Junta da Misericórdia de Évora

Relação dos Individuos Nacionais a quem por esta Junta se concederem, ou se renovarem, passaportes, em nome de sua

Nome	Estado Profissão	Naturalidade Residência	Siquae										Por q. tempo e costume que segue	Honarias	Passap. concedido de q. p. e por q. rios, que conferido —	ou altera raes.	C.B.		
			Idade	Estado	Prof.	Prof.	Prof.	Prof.	Prof.	Prof.	Prof.	Prof.						Prof.	
Ant. dos Santos	Soldado	Evora	30 ann.	Alto	Mogor	Castelha	Port.	Port.	Port.	Port.	Port.	Port.	Natural	Evora	Por 30 dias para as terras do Bravaria	"	Vizado em 3 de Junho com 31 de Maio pela Junta de V. Misericórdia	"	"
Manoel Joaquim	Carado	Benafiel	39 annos	Alto	Alentejo	Castelha	Port.	Port.	Port.	Port.	Port.	Port.	Natural	Evora	Por 30 dias para todo o Reino	"	Vizado em 3 de Junho com 3 de Maio pela Junta de V. Misericórdia	"	"
Franc. J. F. F. F.	Carado	Évora	42 ann.	Alto	Alentejo	Castelha	Port.	Port.	Port.	Port.	Port.	Port.	Natural	Evora	Por 30 dias para as terras da Província	"	Vizado em 21 de Junho com 15 de Maio pela Junta de V. Misericórdia	"	"
José Custado	Carado	Portel	43 ann.	Alto	Alentejo	Castelha	Port.	Port.	Port.	Port.	Port.	Port.	Natural	Evora	Por 3 meses para as terras da Província	"	Vizado em 21 de Junho com 27 de Maio pela Junta de V. Misericórdia	"	"

Secretaria da Junta da Misericórdia 3 de Junho de 1835. O Bravario de Gov.^o
Siquae Fil. Gomes Ramalho.

cx1/mj1/dec. 16

Cota: GCEVR/H/D/003, Cx. 1, mç. 1, doc. 16

DOCUMENTO DO MÊS 2019

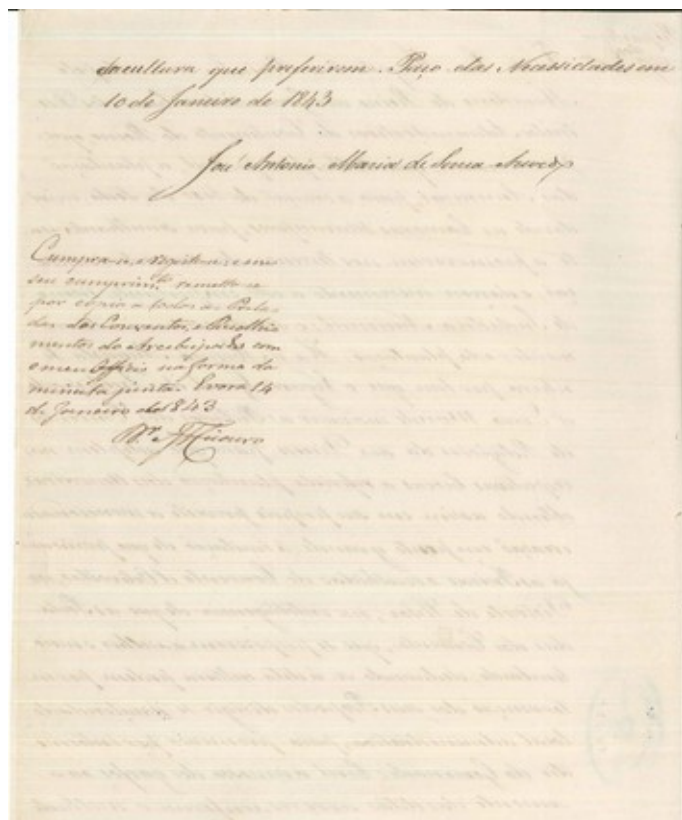
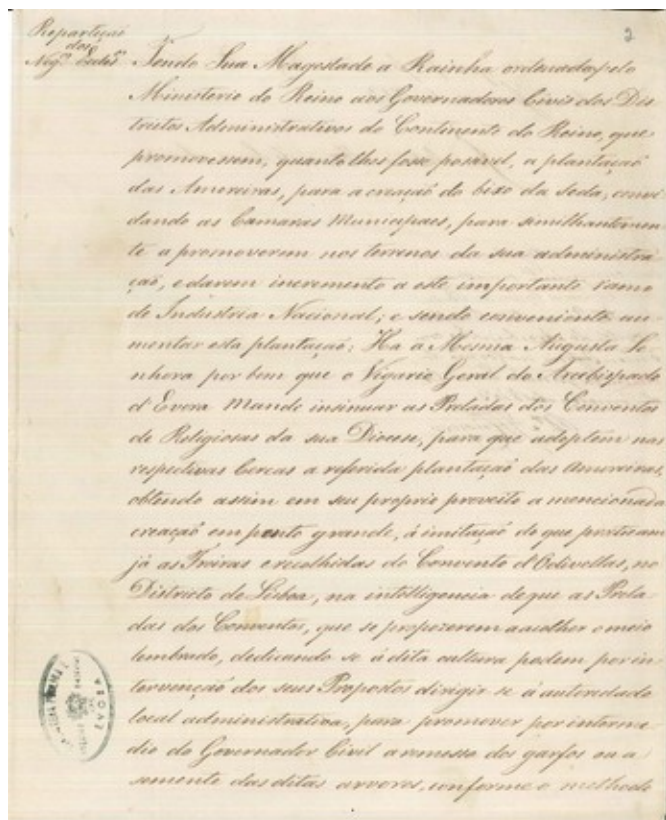
[Índice](#)

Para recordar o esforço concretizado para o aumento da criação do bicho-da-seda destacamos, como documento do mês de **janeiro**, um ofício da repartição dos Negócios Eclesiásticos com uma ordem datada de 10 de janeiro de 1843¹, do Ministério do Reino. Através desta é ordenado a todos os governadores civis dos distritos administrativos do Reino que incentivassem a plantação de amoreiras e que notificassem as câmaras municipais para o fazerem nos terrenos da sua administração. Nela consta ainda que o Vigário

Geral do Arcebispado de Évora aludisse às Preladas dos conventos de religiosas para nas respetivas cercas plantarem amoreiras, tal como tinham feito as recolhidas do Convento de Odivelas, em Lisboa.

Durante a segunda metade do século XIX houve um elevado crescimento de plantação de amoreiras em Portugal, tendo como principal objetivo a criação do bicho-da-seda. Este aumento esteve ligado à doença que afetou o bicho-da-seda em França e Itália, razão pela qual estes países passaram a abastecer-se do fio da seda em Portugal (Matos, 2002)².

Paulina Araújo
Técnica Superior
Arquivo Distrital de Évora



Cota: Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência. 1843 (dc.2; mç. 11; cx. 2).

¹Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência. 1843 (dc.2; mç. 11; cx. 2). In Araújo, Paulina. Câmara Eclesiástica de Évora: Inventário. Tese de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação. Universidade de Évora. Évora.2013.

²Matos, Ana Cardoso. Indústria e ambiente no século XIX. Ler História 42. 2002. [em linha] [Consultado em 04 de janeiro de 2019] Disponível na internet: <https://dspace.uevora.pt/.../Industria%20e%20ambiente%20no%20século%20XIX.pdf>

Para o documento do mês de **fevereiro** destacamos o livro de registo dos autos de contas da receita e despesa da Capela instituída pelo Deão Álvaro Rodrigues, que tomaram André Machado, Estêvão Fragoso Ribeiro, Valério Galvão de Quadros, João de Sequeira e Sousa, Custódio Gomes Monteiro, Miguel Lopes Caldeira Artur, José António Calado, João Inácio de Brito e Abreu e Bernardo José de Lemos Viana, provedores das Comarcas de Évora e Estremoz, referentes aos anos de 1741 a 1780.

Álvaro Rodrigues foi capelão da corte de D. Manuel I e de D. João III, mentor da educação literária e religiosa da Infanta D. Isabel de Portugal, filha de D. Manuel I e de D. Maria. Após o casamento da infanta com o Imperador Carlos V (Carlos I de Espanha) acompanhou a comitiva da jovem imperatriz para Castela.

No testamento, que se encontra transcrito no início do livro, refere ter sido "...Deão e esmoller que fui da Imperatriz ...Mestre dos Infantes de Castela...". O testamento foi redigido a 12 de junho de 1540, na "...villa de Sevollo..." (no documento também aparece manuscrito villa de Savollo), pressupondo-se que a vila

onde faleceu estaria localizada em Castela ou em território pertencente ao império de D. Carlos V. O testador menciona ser "...vezinho da Villa de Estremoz que he no Rejno de Portugal...".

Uma das disposições do testador foi que o seu corpo fosse sepultado na Igreja de São Salvador da villa de Sevollo mas que, mais tarde, os seus restos mortais fossem trasladados para Portugal e depositados na capela que mandava edificar e ornamentar, com invocação de Nossa Senhora da Conceição, na primitiva Igreja de Santo André na vila de Estremoz. Para a concretização da capela mandou que dos seus bens e fazendas se retirassem mil cruzados, que os mesmos fossem empregues na compra de "...fazendas de raiz..." e que os rendimentos delas perpetuassem a dita capela. O testador deixa expresso que na capela se rezassem missas pela sua alma, pela alma dos seus familiares, pela alma da imperatriz e dos seus ancestrais.

Delegou ao Dr. Jorge de Oliveira, seu sobrinho, que mandasse fazer a obra e que fosse o "Patrão" da dita capela, que nomeasse o capelão e que mandasse rezar missas segundo a sua disposição, o mesmo pedia ao filho do mesmo, Rodrigo

de Oliveira, e aos seus descendentes. Segundo as notas do provedor Bernardo José de Lemos, a capela de Álvaro Rodrigues fazia parte das Capelas da Coroa, provavelmente pela inexistência de sucessores legítimos do testador e, como o mesmo determinara, "...e he minha vontade e mando que fique aprover dos Reis de Portugal...".

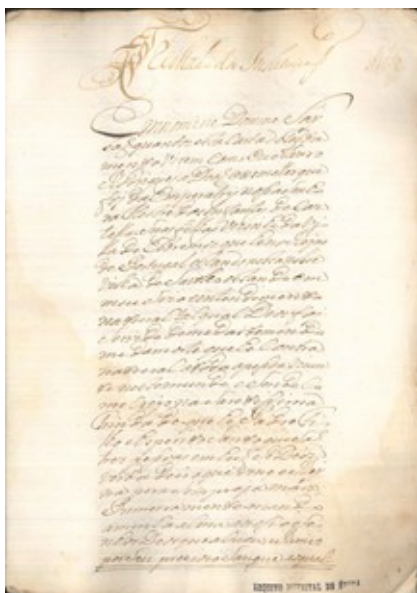
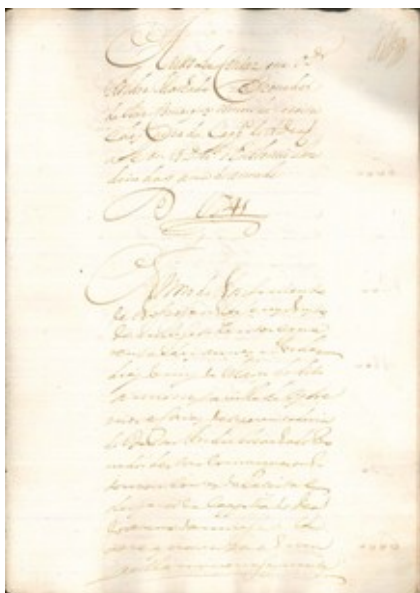
Outra referência interessante é o facto de Álvaro Rodrigues mencionar que possuía quatro igrejas em Portugal, possivelmente ligadas ao padroado real, sendo a Igreja de Santa Maria de Rebordões, a Igreja de São Martinho dos Moutais, a Igreja de São João de Parada e a Igreja de São Miguel de Vila Boa, que lhes deixava "vestimenta de damasco negro com suas sanefas de veludo negro ou de cores com suas Alvas e todo seu aparelho".

Álvaro Rodrigues, também denominado nos autos de contas como Álvaro Rodrigues Canelas, nomeou sua herdeira de universal e usufrutuária de todos os bens sua irmã Brites Rodrigues, moradora no termo de Estremoz.

Nos autos de contas consta o nome das propriedades que foram adquiridas para patronear a capela instituída. Pela breve análise que se fez nas contas tomadas pelos provedores ao longo de 39 anos constatou-se que as propriedades foram bem administradas pelos seus donatários, que aumentaram o seu património e os rendimentos foram sempre superiores à despesa das mesmas.

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora

Cota: Provedoria da Comarca de Évora e Estremoz, Capelas, Estremoz, cx: 6, doc. 1.



Para documento do mês de **março**, mês em que se comemora o “Dia do Pai”, destacamos uma carta pessoal pertencente à Sociedade Vianense. A missiva foi dirigida aos sócios da sociedade por Inácio Avelino Gomes, sócio efetivo da mesma, na qual agradeceu o apoio dos consócios pela homenagem prestada em honra de seu pai Neutel Gomes, sócio fundador da sociedade, falecido a 9 de julho de 1867.

Inácio Avelino Gomes utiliza no texto palavras emotivas, repletas de dor, de mágoa e de revolta pela perda do pai, chegando mesmo a questionar a própria fé.

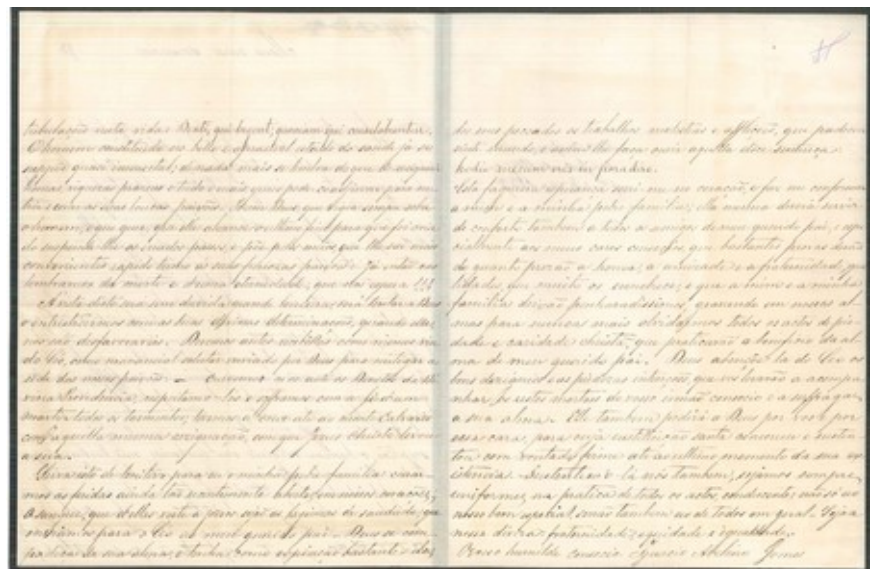
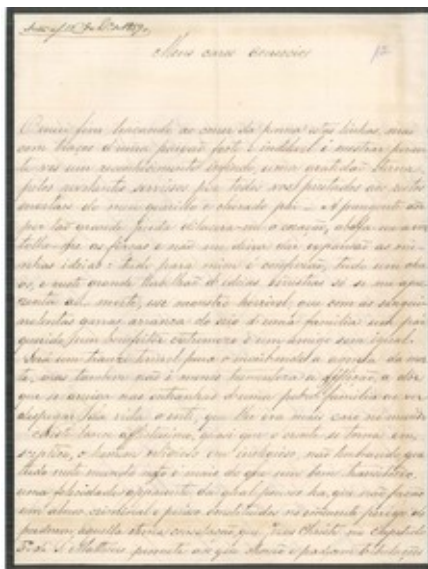
“(…) Neste grande turbilhão de ideias sinistras só se me apresenta a morte, esse monstro horrível, que com as sanguinolentas garras ar-

ranca do seio de uma família um pai querido, um benfeitor extremo e um amigo sem igual.”“Neste lance aflitíssimo, quasi que o crente se torna em sceptico, o homem religioso em irreligioso, não lembrando, que tudo neste mundo não é mais do que um bem transitório, uma felicidade aparente...”.

Através da interpretação da escrita cuidada e culta do autor percebe-se que obteve uma boa educação escolar e religiosa. Salientamos que o ADE possui o processo de habilitação de Inácio Avelino Gomes, que ingressou na vida religiosa no ano de 1859 e ficou apto para presbítero em 1863. No final da carta o autor não assinou como padre, possivelmente por se dirigir ao seu círculo de amigos.

Data: 15 de julho de 1867

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora



Cota: F: Cartório Notarial de Viana do Alentejo, Sr: 012, UI: 0040 – Documentos da Sociedade Vianense, Pt. 120, mç. 164, doc. 12

O documento em destaque no mês de **abril** é a escritura que efetivou a constituição da sociedade anónima de responsabilidade limitada denominada “Companhia Eborensis”, fundadora do Teatro Garcia de Resende. A escritura foi redigida pelo tabelião Joaquim Maria Pinto a 1 de abril de 1881 na Rua Vasco da Gama, nas instalações do Círculo Eborensis.

Foram outorgantes um grupo de cidadãos eborenses, pertencentes à elite local, que se uniram para fundar um teatro em Évora. Os mesmos cidadãos, com autorização dos acionistas da companhia e porque estavam reunidas todas as condições exigidas no art.º 4º da Lei de 22 de junho de 1867, lei que estabeleceu em Portugal a regulamentação das sociedades anónimas de responsabilidade limitada, quiseram através de escritura pública legalizar os estatutos da “Companhia Eborensis”.

Os membros da companhia que no final da escritura assinaram foram:

– Francisco Guedes de Carvalho e Menezes da Costa, 1º Visconde de Guedes, como presidente da Assembleia Geral da Companhia Eborensis;

– João Baptista Rolo, como vice presidente da companhia;

– Dr. Henrique da Cunha Pimentel e Leopoldo César de Noronha Gouveia, como secretários da assembleia geral da companhia;

– Joaquim Avelino Machado, como tesoureiro da companhia;

– José Maria Ramalho Dinis Perdigoão, Dr. Tomás Fiel Gomes Ramalho, Joaquim Sebastião Limpo Pimentel e Inácio da Conceição Ferreira, como diretores efetivos da companhia;

– Augusto César Franco, Domingos António Fiúza, Dr. João António de Carvalho, Simão da Fonseca Lemos Monteiro, Francisco Xavier Rosado, como vogais suplentes da direção da companhia;

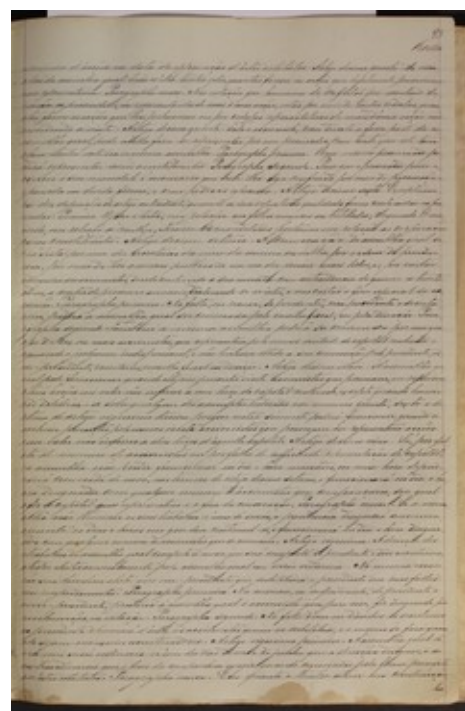
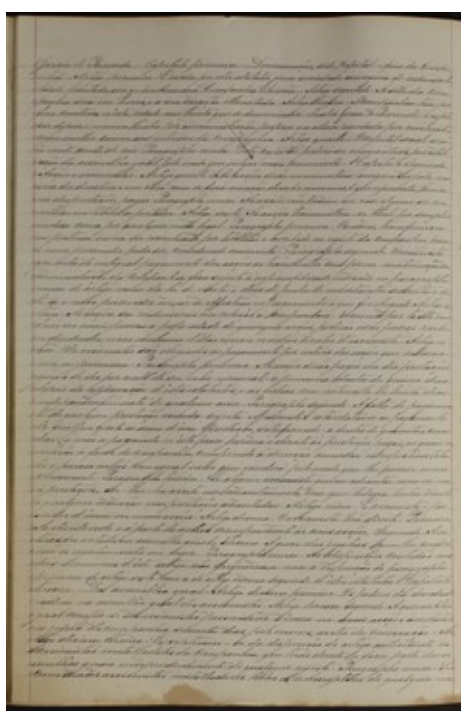
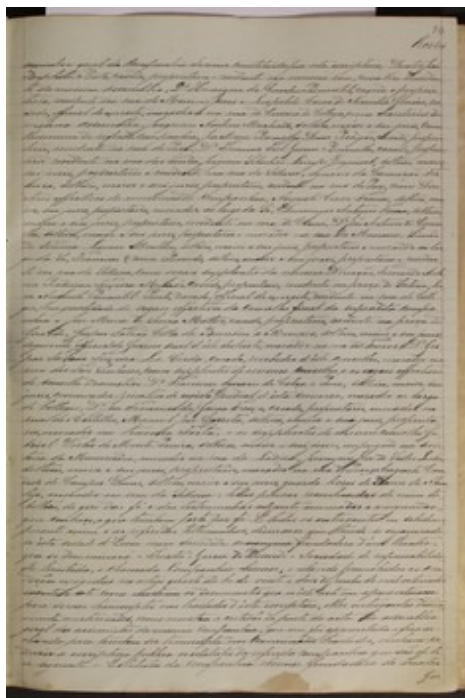
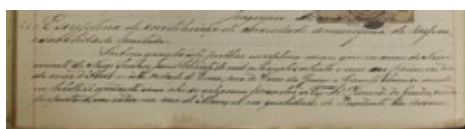
– Fernando António Rodrigues Teixeira Mourão e Luís Augusto Pimentel Pinto, como vogais efetivos do conselho fiscal da companhia;

– José Maria de Sousa Matos, Gaspar Falcão Costa de Bourbon e Menezes, Gaspar Teixeira de Sousa de Magalhães e Lacerda, como vogais suplentes do conselho fiscal da companhia;

– Dr. Francisco Inácio da Calça e Pina, Dr. José Francisco da Gama Freixo e Manuel José Carreta, como vogais efetivos do conselho dramático;

– Gabriel Victor do Monte Pereira, Jerónimo José de Sales Lobo e Augusto Cândido de Campos Enes, como vogais suplentes do conselho dramático.

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora



Cota: Cartório Notarial de Évora, liv. 1957, f. 93vº a 97 vº

O documento em destaque no mês de **maio** é um trabalho efetuado em 1873, por José Quaresma de Paula, Vigário da Vara de Alcácer do Sal e dedicado ao Doutor Abel Martins Ferreira, Cónego da Sé de Évora.

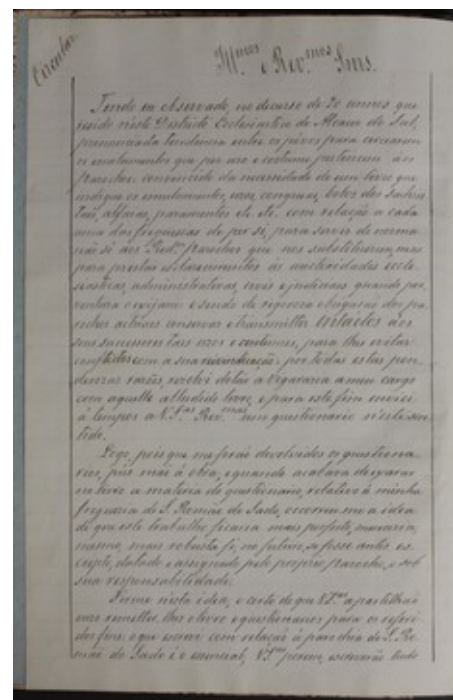
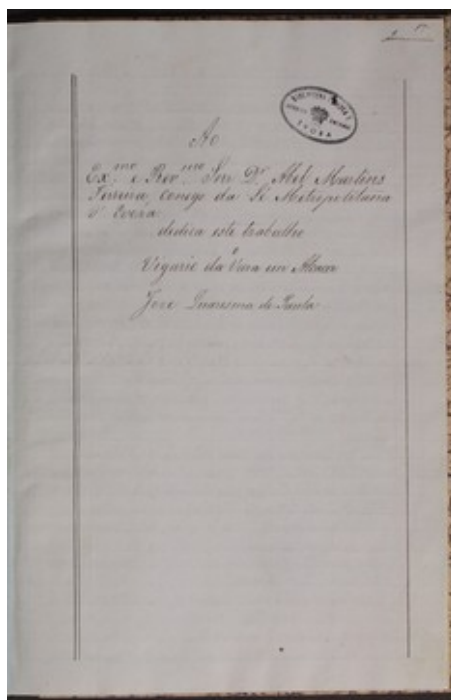
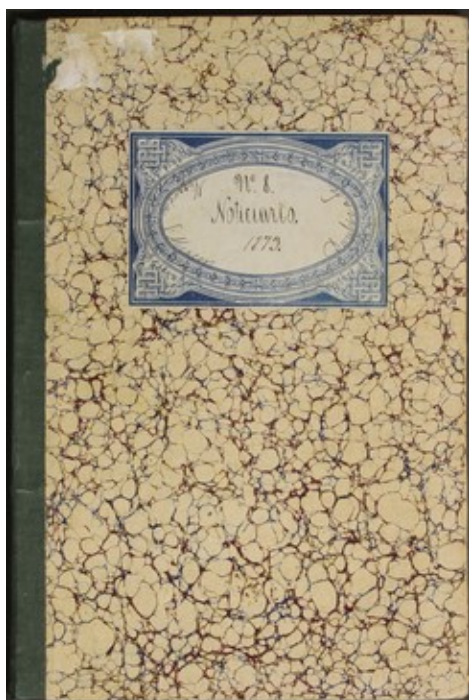
Este livro a que deu o nome de Noticiário, é o resultado de uma preocupação do Prior e Vigário da Vara José Quaresma de Paula, para que ficasse registado para os futuros párocos os emolumentos, usos e costumes praticados nas paróquias e ainda, segundo ele, para servir de norma e também para prestar esclarecimentos às autoridades eclesiásticas, administrativas, civis e judiciais quando fossem necessários.

Tendo por base essas razões enviou um questionário a todos os párocos da sua vigararia, da qual faziam parte: a Freguesia de São Romão do Sado, a Freguesia de São João Batista de Palma, a Freguesia de Santa Susana, a Freguesia de São Martinho, a Freguesia de Santa Catarina de Sítimos, a Freguesia de Montalvo, a Freguesia de Nossa

Senhora do Monte, a Freguesia de Santa Maria do Castelo, matriz da vila de Alcácer do sal e a Freguesia de Santiago

No referido questionário os párocos tinham de responder a questões sobre as confrontações de cada freguesia, se tinham residência paroquial e o seu estado, se tinham cemitério, quantos e quais os altares que existiam nas paróquias, quantas irmandades havia, que livros faziam parte do registo paroquial e o seu estado, descrições dos paramentos e alfaias, o número de fogos e de indivíduos, o número de ermidas anexas e as festas que se celebravam em cada paróquia e, ainda, descrever os emolumentos pagos aos párocos, aos sacristães e aos tesoureiros pela realização de missas, por repiques e sinais, por batizados, por funerais e por casamentos descrevendo a quantia em dinheiro e em géneros (milho, trigo ou centeio, vinho, azeite, galinhas e gado).

Paulina Araújo
Técnica Superior
Arquivo Distrital de Évora



Cota: F: Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência. 1873.

Neste mês de **junho** destacamos as comemorações do 7º Centenário das Festas de Santo António de Lisboa (1195-1895) às quais se associou o Congresso Católico Internacional de Lisboa, realizado nos dias 25 a 28 de junho¹.

As festas foram organizadas pela Grande Comissão Central de Lisboa, criada para o efeito e instalada a 13 de junho de 1894. Tinha como presidente honorária a rainha D. Amélia, como presidente a marquesa de Fronteira e de Alorna e como secretário António J. Simões de Almeida. Desta comissão faziam parte muitas individualidades da aristocracia como, por exemplo, os duques de Palmela, a duquesa de Ávila e de Bolama e o duque de Loulé e, ainda, políticos, religiosos e outras personalidades como Feliciano Bordalo Pinheiro.

As festas dispunham também de uma comissão executiva formada pelo marquês de Pombal, como presidente, pelo conde de Ávila, como secretário, e pelo conde de Burnay, como tesoureiro, e, ainda, pelos vogais, marquês de Fronteira, Júlio Augusto de Oliveira Pires, e Carlos da Silva Pessoa.

Desde o dia 12 até ao dia 30 de junho, de acordo com o programa, desenrolam-se um leque de iniciativas, tais como: um Grande Cortejo em homenagem a Santo António com carros alegóricos sobre Virtudes, Ciências, Belas Artes, Exército, Marinha, Colónias, Imprensa, Comércio, Agricultura, Pesca e outros, acompanhados por

músicos e personagens a pé e a cavalo; o cortejo fluvial no Tejo; o arraial no Terreiro do Paço, decorado para receber as filarmónicas, coros, danças e estudantinas, entre outros divertimentos; uma regata internacional; festa veneziana no Tejo; corridas de touros na Praça de Algés e na Praça do Campo Pequeno; espetáculo de gala no Teatro D. Amélia; batalha de flores; festa da infância, onde foi inaugurado o Asilo-oficina de Santo António (Bairro Andrade); inauguração da Vila de Santo António (situada entre a Junqueira e Santo Amaro); e fogos de artifício.

A par destas festividades realizou-se em São Vicente de Fora, entre os dias 25 e 28 de junho, o Congresso Católico Internacional, enquadrado na dinâmica de fortalecimento do movimento católico inspirado na incíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII. A comissão organizadora foi presidida pelo Cardeal Patriarca, D. José Sebastião de Almeida, e teve como vice-presidente o Arcebispo de Mitilene. Integraram-na outras individualidades como o marquês de Pombal, o duque de Ávila e o duque de Burnay.

Para o congresso foi criado um Regulamento. O seu artigo 1º definia os objetivos, a saber: “reunir os católicos de boa vontade para acordarem nos meios de arraigar a fé, e desenvolver as obras de religião, caridade, educação, associação e liberdade cristã, bem como para se ocuparem

das questões sociais que interessam às classes operárias e às desfavorecidas da fortuna, segundo os princípios do Evangelho e ensinamentos do Sumo Pontífice Romano, o Vigário de Cristo”.

Mas, de acordo com António Ventura² “um programa com tal magnitude não deixaria de suscitar reações desencontradas na sociedade portuguesa”. Desde logo houve um ataque anticlerical por parte da imprensa e foi até realizado um congresso anticlerical que decorreu na Federação das Associações de Classe, na rua Benfornoso. A maioria eram socialistas aos quais se juntaram, segundo António Ventura, “órgãos de imprensa aderentes como a Vanguarda, A Batalha, onde pontificava Heliodoro Salgado, O Dia, animado pelo republicano e maçom Gomes das (sic) Silva, A Federação, porta-voz do grupo de Azedo Gneco, e dos jornais socialistas relativamente equidistantes entre «possibilistas» e «marxistas», A Voz do Operário e A Obra. De registar ainda a presença do jornal anarquista Propaganda”.

No dia 28 de junho, em simultâneo com o congresso anticlerical, foram provocados distúrbios durante o cortejo quando anarquistas lançaram centenas de impressos com o título «Os Anarquistas ao Povo Trabalhador — Abaixo a Reacção», Suplemento do nº 61 do jornal Propaganda. Tratava-se de um violento artigo defendendo os princípios anarquistas³. Dos distúrbios resultaram várias prisões.

Paulina Araújo
Técnica Superior
Arquivo Distrital de Évora

¹Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência.1895 (mç. 81; cx. 14).

²António Ventura. A Contestação do Centenário Antoniano de 1895. p. 370 [em linha] [consultado em 27-05-2019] na Internet: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4936/1/LS_S2_08-9_AntonioVentura.pdf

³Ibidem, p. 373.

O documento do mês de **julho** é dedicado a António Anselmo Dias, um dos maiores comerciantes da cidade de Évora dos finais do séc. XIX. Pioneiro no desenvolvimento das grandes superfícies comerciais, tinha o seu estabelecimento, designado por “Centro Industrial e Comercial”, sediado no número 136 da rua João de Deus.

Este possuía Fábrica a Vapor de amêndoas de vários tipos e sabores (lisas, com açúcar, aromáticas, torradas, finas, grossas, com cores, cruas ou só com açúcar), chocolates (em paus de 40, 50, 100 e 250 gramas e em rolo de 200 gramas, variando o preço consoante a qualidade de 1ª até à 6ª), torrefação e moagem de café. Dedicou-se ao comércio por grosso e a retalho de todos os artigos de mercearia, fabricação de confeita-

ria e outros produtos, tais como: algodão para meias, bacalhau, chá canto, feijão, grão de bico, manteigas de vaca (de Nandufe, Praia d’Ancora, Valpedre, Santo António e Conselheiro de Miguel Dantas; fornecidas ao quilo ou em barris), banha de porco, toucinho e carnes ensacadas, rebuçados, tripa de porco e tripa de vaca, farinhas, tabacos, sabão, papelaria, fósforos, papel para fumar, ferragens (pás e forquilhas), quinquilharias, louças, vidros, licores, aguardentes, vinho do porto, azeite, cereais e legumes.

Num tempo em que poucas eram as casas que tinham eletricidade, tanto na cidade como em povoações próximas, salienta-se que António Anselmo Dias era Agente da *Colonial Oil Company*, fornecedor de gasolina para carros e petróleo russo e americano, fornecido em

barris, latas ou a granel que abastecia grande parte da população, utilizado no uso doméstico, nomeadamente nos fogões e candeeiros.

Este estimado comerciante, bem conhecido de todos os eborenses, era natural da freguesia do Cano, concelho de Sousel, nascido a 9 de janeiro de 1857. Era filho de Anselmo António e de Mariana Augusta, residente em Évora. Casou com D. Maria Amália de Sousa e Brito Maldonado Bandeira em 1876, conforme consta no processo de casamento do fundo da Câmara Eclesiástica. Deslocou-se várias vezes ao estrangeiro, como é exemplo a viagem em negócios que fez a Espanha e a França em 1916, conforme passaporte também detido pelo Arquivo Distrital de Évora.

Francisca Mendes
Técnica Superior
Arquivo Distrital de Évora



Cadeia verde, fina, branco ou de cor	
1.ª qualidade	2500
2.ª qualidade	2400
3.ª qualidade	2300
4.ª qualidade	2200
5.ª qualidade	2100
6.ª qualidade	2000
7.ª qualidade	1900
8.ª qualidade	1800
9.ª qualidade	1700
10.ª qualidade	1600
11.ª qualidade	1500
12.ª qualidade	1400
13.ª qualidade	1300
14.ª qualidade	1200
15.ª qualidade	1100
16.ª qualidade	1000
17.ª qualidade	900
18.ª qualidade	800
19.ª qualidade	700
20.ª qualidade	600
21.ª qualidade	500
22.ª qualidade	400
23.ª qualidade	300
24.ª qualidade	200
25.ª qualidade	100

Bacalhau	
Parteira, modo 1.º	15-1600
Parteira, modo 2.º	14-1500
Parteira, modo 3.º	13-1400
Parteira, modo 4.º	12-1300
Parteira, modo 5.º	11-1200
Parteira, modo 6.º	10-1100
Parteira, modo 7.º	9-1000
Parteira, modo 8.º	8-900
Parteira, modo 9.º	7-800
Parteira, modo 10.º	6-700
Parteira, modo 11.º	5-600
Parteira, modo 12.º	4-500
Parteira, modo 13.º	3-400
Parteira, modo 14.º	2-300
Parteira, modo 15.º	1-200
Parteira, modo 16.º	100

Cafés	
1.ª qualidade	2500
2.ª qualidade	2400
3.ª qualidade	2300
4.ª qualidade	2200
5.ª qualidade	2100
6.ª qualidade	2000
7.ª qualidade	1900
8.ª qualidade	1800
9.ª qualidade	1700
10.ª qualidade	1600
11.ª qualidade	1500
12.ª qualidade	1400
13.ª qualidade	1300
14.ª qualidade	1200
15.ª qualidade	1100
16.ª qualidade	1000
17.ª qualidade	900
18.ª qualidade	800
19.ª qualidade	700
20.ª qualidade	600
21.ª qualidade	500
22.ª qualidade	400
23.ª qualidade	300
24.ª qualidade	200
25.ª qualidade	100

Assucars	
1.ª qualidade	2500
2.ª qualidade	2400
3.ª qualidade	2300
4.ª qualidade	2200
5.ª qualidade	2100
6.ª qualidade	2000
7.ª qualidade	1900
8.ª qualidade	1800
9.ª qualidade	1700
10.ª qualidade	1600
11.ª qualidade	1500
12.ª qualidade	1400
13.ª qualidade	1300
14.ª qualidade	1200
15.ª qualidade	1100
16.ª qualidade	1000
17.ª qualidade	900
18.ª qualidade	800
19.ª qualidade	700
20.ª qualidade	600
21.ª qualidade	500
22.ª qualidade	400
23.ª qualidade	300
24.ª qualidade	200
25.ª qualidade	100

Algodão para meias	
1.ª qualidade	2500
2.ª qualidade	2400
3.ª qualidade	2300
4.ª qualidade	2200
5.ª qualidade	2100
6.ª qualidade	2000
7.ª qualidade	1900
8.ª qualidade	1800
9.ª qualidade	1700
10.ª qualidade	1600
11.ª qualidade	1500
12.ª qualidade	1400
13.ª qualidade	1300
14.ª qualidade	1200
15.ª qualidade	1100
16.ª qualidade	1000
17.ª qualidade	900
18.ª qualidade	800
19.ª qualidade	700
20.ª qualidade	600
21.ª qualidade	500
22.ª qualidade	400
23.ª qualidade	300
24.ª qualidade	200
25.ª qualidade	100

Alpergatas	
1.ª qualidade	2500
2.ª qualidade	2400
3.ª qualidade	2300
4.ª qualidade	2200
5.ª qualidade	2100
6.ª qualidade	2000
7.ª qualidade	1900
8.ª qualidade	1800
9.ª qualidade	1700
10.ª qualidade	1600
11.ª qualidade	1500
12.ª qualidade	1400
13.ª qualidade	1300
14.ª qualidade	1200
15.ª qualidade	1100
16.ª qualidade	1000
17.ª qualidade	900
18.ª qualidade	800
19.ª qualidade	700
20.ª qualidade	600
21.ª qualidade	500
22.ª qualidade	400
23.ª qualidade	300
24.ª qualidade	200
25.ª qualidade	100

Cota: Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Évora, cx. 15, doc. 31.

DOCUMENTOS EM DESTAQUE

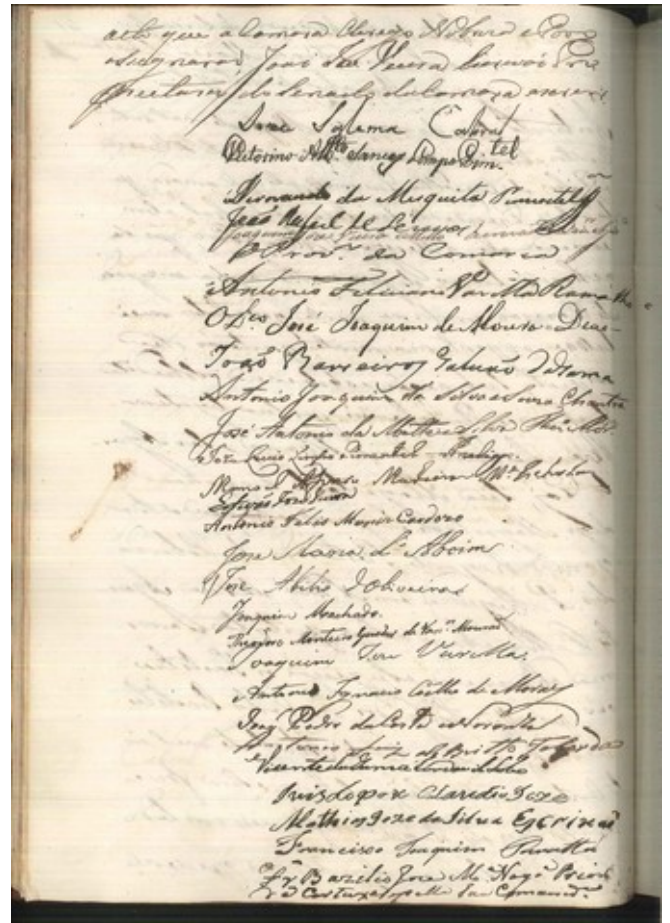
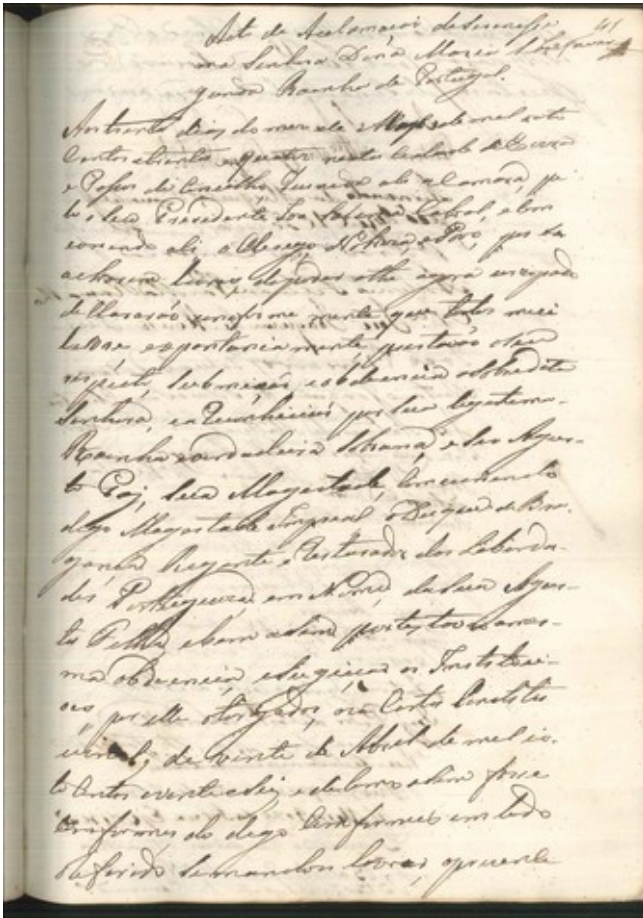
Índice

**Aclamação da Rainha
D. Maria II**

A 26 de maio de 1834 foi assinada, na vila de Évoramonte, a Convenção de Évoramonte, que pôs fim à Guerra Civil Portuguesa entre liberais (apoiantes de D. Maria II) e absolutistas (apoiantes de D. Miguel I).

Após a assinatura do diploma D. Miguel I foi obrigado a abdicar do trono e a sair do país. A 30 de maio de 1834 saiu da cidade de Évora, onde se encontrava desde 21 de maio, com destino a Sines para embarcar num navio de guerra britânico que seguia para Génova. No mesmo dia, no Senado da Câmara da cidade de Évora, foi redigido o ato

de aclamação e reconhecimento da Rainha D. Maria II como rainha de Portugal. No documento constam as assinaturas do presidente da câmara, José Salema Cabral, dos vereadores da câmara e dos representantes da nobreza, do clero e do povo.



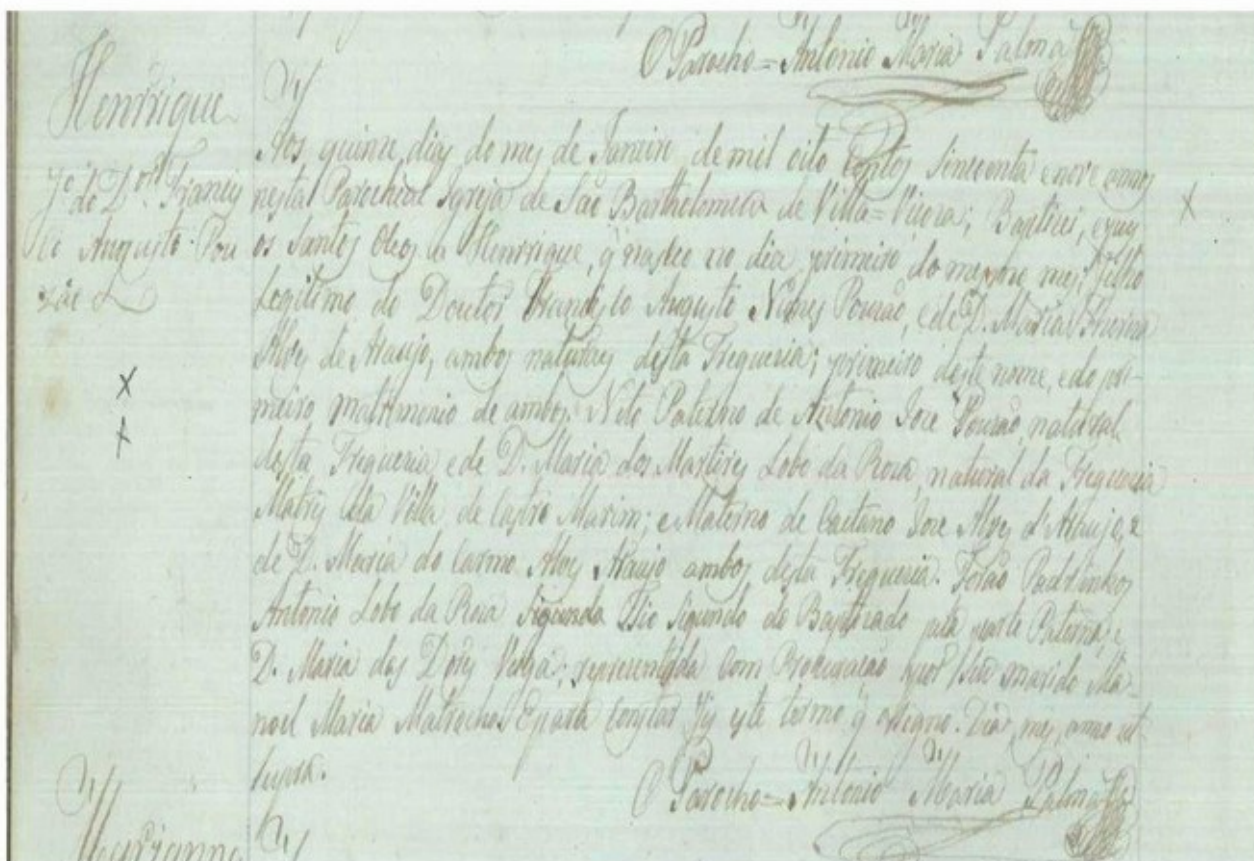
Cota: AHMEVR, liv. 62, f. 41

Dia do Artista

Hoje, dia 24 de agosto, comemorase o Dia do Artista (ou Dia dos artistas). Congratulamos todos aqueles que se expressam através da sua arte, qualquer que seja o campo em que se enquadram: artesãos, pintores, escultores, escritores, poetas, fotógrafos, músicos, compositores, dançarinos, atores, entre tantos outros que todos os dias deixam, ou deixaram, o seu legado à comunidade.

No âmbito deste dia prestamos homenagem ao pintor calipolense Henrique Pousão, de seu nome completo Henrique César de Araújo Pousão, nascido a 1 de janeiro de 1859, batizado a 15 do mesmo mês e ano na Igreja de São Bartolomeu de Vila Viçosa, filho do Doutor Francisco Augusto Nunes Pousão e de Dona Maria Teresa Alves de Araújo. Faleceu precocemente, na sua terra Natal, a 20 de março de 1884.

Destacamos o registo de batismo de Henrique Pousão.



Cota: Paróquia de São Bartolomeu de Vila Viçosa, liv. 23, fôlio 34 v°

ENTREVISTAS

Índice

O Arquivo Distrital de Évora não é só números e produtividade. Por detrás do logótipo há rostos que sustentam a sua atividade e lhe dão humanidade. Funcionários, parceiros e utilizadores convivem numa instituição centenária onde as gerações e o conhecimento se entrecruzam num ambiente quase familiar. De pessoas para pessoas, eis o lema que nos motiva a dar voz a quem, com o seu contributo, ajuda a construir a nossa história.

Solicito como sempre, Estêvão Neves dá uma entrevista ao Boletim do Arquivo Distrital de Évora no gabinete onde trabalha desde 1997, altura em que se mudou da Biblioteca Pública de Évora. Quase a chegar à reforma, faz-nos um balanço do que tem sido a sua carreira.

BADE: Ser arquivista estive nos seus objetivos logo quando começou a carreira?

EN: Não, inicialmente comecei por trabalhar no Museu da Sé, depois entrei para a Biblioteca, onde o gosto pelos documentos foi desper-

tando. Mais tarde, quando tirei o Curso BAD, é que me apercebi que era esta a área em que gostaria de investir profissionalmente.

BADE: Mas nessa altura ainda estava na Biblioteca Pública, certo?

EN: Sim, entrei para lá em 1987 e só saí em 1997, quando houve a separação do Arquivo Distrital. Nessa altura, e por uma questão de gosto, preferi vir para o Arquivo, juntamente com a então diretora, Dra. Isabel Cid.

BADE: Pode descrever como eram as condições de trabalho na altura?

EN: Eram bastante diferentes de hoje, como se pode imaginar. Em primeiro lugar, não havia Internet disponível nem computadores. Fazia-se tudo à mão. Os catálogos eram em papel e quem quisesse consultar os documentos tinha, em princípio, de cá vir. Depois as coisas começaram a mudar bastante ao ponto de hoje a maioria dos nossos leitores não ter de se deslocar ao Arquivo.

BADE: Já vamos ao presente. Gostávamos que falasse mais um pouco do processo de transferência para o Arquivo Distrital.

EN: Ora, na altura o Governo decidiu a separação e foi necessário fazer a mudança. Veio a maior parte do pessoal que estava na Biblioteca e teve de se fazer obras e arrumações no Arquivo para podermos instalar os nossos gabinetes, pois antes só cá estavam duas funcionárias. Foi bastante trabalhoso mas fez-se. Aliás, temos várias fotografias dessa fase em que se vê precisamente o pessoal todo a carregar e a limpar.

BADE: E notou diferença relativamente ao trabalho que desenvolvia na Biblioteca?

EN: Na prática era muito semelhante, pois sempre me dediquei ao atendimento dos leitores, ou seja, a receber os seus pedidos e a dar-lhes seguimento. Sempre andei de volta dos depósitos, a levar e a trazer documentos.



Estêvão Neves, Assistente Técnico do Arquivo Distrital de Évora.

BADE: Que tarefas desenvolve?

EN: Muitas. O mais urgente são os pedidos de reprodução, de certidões e de pesquisa, uma vez que os leitores têm sempre alguma pressa. Mas também dou uma ajuda na Sala de Leitura quando a colega precisa. Atendo e reencaminho as chamadas telefônicas e acolho os leitores quando chegam ao Arquivo. Todo este trabalho diário é acumulado com a descrição dos documentos no sistema DigitArq e com a organização de documentação para poder vir a ser descrita no futuro. Nos últimos anos tenho feito muita descrição. Só para dar alguns exemplos, descrevi os livros do Registo Civil, os passaportes do Governo Civil, os livros da Repartição Distrital de Finanças e a documentação do Celeiro Comum de Évora. Enfim, não paro, mas gosto muito do que faço.

BADE: Que balanço faz do percurso do Arquivo Distrital desde que aqui trabalha?

EN: Tem sido bastante positivo. No passado o País estava mais atrasado e o Arquivo Distrital também acabava por sentir esse atraso. Mas nos últimos dez anos a diferença foi enorme com a Internet e a digitalização dos documentos. Passámos a ter grandes quantidades de documentos na Internet. Aliás, eu tenho o hobbie da genealogia e faço muitas pesquisas para construir a árvore genealógica da minha família. E é uma maravilha conseguir aceder e descarregar as imagens dos documentos neste Arquivo Distrital e nos outros do País. O mesmo não se passa, por exemplo, com os ramos da família que tenho em Espanha, onde os arquivos ainda estão nas paróquias, sendo necessário pedir autorização

para os consultar. Ora, perde-se muito tempo e dinheiro com essas deslocações e nós aqui não é nada assim. É só ir à Internet ou então pedir cópias. Para além disto, o Arquivo Distrital de Évora tem vindo a organizar cada vez mais atividades e é muito procurado pelas outras entidades da região. Logo, sentimo-nos mais valorizados, como foi o caso das comemorações do Centenário, em que estiveram presentes muitas personalidades.

BADE: O que espera do futuro do Arquivo Distrital?

EN: A dois anos da reforma, espero que continue a satisfazer os nossos leitores, que é para isso que existe e que eu me tenho esforçado tanto. E que tenha uma vida longa.

BADE: E o que leva para a sua reforma?

EN: O companheirismo de muitos colegas e o reconhecimento dos leitores e de todos os diretores com quem tenho trabalhado. E o bichinho da genealogia, pois vou finalmente ter mais tempo para me dedicar a ela.

**REDE DE
ARQUIVOS DO
ALENTEJO
(RAA-DE)**

A Estratégia de Salvaguarda do Património Arquivístico do Distrito de Évora

A Rede de Arquivos do Alentejo - Distrito de Évora (RAA-DE), na sequência dos trabalhos que tem vindo a desenvolver, considerou pertinente construir uma Estratégia de Salvaguarda do Património Arquivístico que pudesse ser adotada por cada um dos seus membros e adaptada à sua realidade.

No dia 18 de junho, na reunião de Sousel, aprovou essa mesma “Estratégia” e submete-a agora a discussão pública enquanto irá procurar concretizar experiências-piloto para aferir a sua exequibilidade.

Até ao momento não tem houve a preocupação de formular qualquer estratégia sistemática direcionada para a salvaguarda do património arquivístico por parte dos membros da RAA-DE. Esse hiato não significa, porém, a ausência de ações concretas e a obtenção de resultados satisfatórios neste domínio. Assim, pese embora não haja o hábito de elaborar documentos de estratégia ou de proceder à inventariação e classificação dos arquivos, vários são os membros que têm protegido, de diversas formas, os arquivos à sua guarda ou na sua área de intervenção.

Os casos mais paradigmáticos da RAA-DE são: o Município de Reguengos de Monsaraz, pelo facto de ter, nas últimas duas décadas, conseguido levar a efeito o tratamento documental não apenas do acervo da Câmara Municipal mas também dos arquivos das juntas de freguesia, da Misericórdia de Monsaraz e das coletividades do concelho. Atualmente, prepara-se para disponibilizar todo esse manancial on-line; e o Município de Montemor-o-Novo que recolheu os arquivos de dezenas de Unidades Coletivas de Produção (UCP) e os reuniu no Arquivo da Reforma Agrária, procedendo ao seu tratamento e disponibilização para consulta pública.

Mas os exemplos poderiam ser alargados aos outros membros da RAA-DE uma vez que, mesmo com poucos recursos, têm contribuído para a proteção, tratamento e divulgação do património arquivístico.

Contudo, para garantir uma ação mais sistemática e eficaz, há que desenvolver políticas focadas nesta área, evitando-se, desta forma, a dispersão ou a escassez de informação. No futuro, pretende-se agir com vista a obter resultados mais ambiciosos que permitam proteger património que se poderá perder se não forem tomadas medidas de salvaguarda.

Atendendo a esta necessidade, a RAA-DE incluiu no seu Plano de Atividades para 2019-2020 a elaboração de uma “Estratégia para a Classificação de Documentos” e solicitou à DGLAB a realização de uma ação de esclarecimento sobre esta matéria.

No dia 12 de março de 2019, na CCDR Alentejo foi realizada a "Ação de divulgação das Políticas e Estratégias de Salvaguarda do Património Arquivístico" a cargo do Dr. Pedro Penteado, diretor de Serviços de Arquivística e Normalização, e da Dra. Catarina Guimarães, coordenadora do Gabinete de Salvaguarda do Património. Esta ação teve um total de 39 participantes provenientes da RAA-DE, do Grupo de Trabalho dos Arquivos da CIMBAL, da Rede de Arquivos do Alentejo Litoral e dos municípios de Gavião e de Sesimbra.

Com base nos conteúdos transmitidos a RAA-DE reformulou o objetivo que tinha delineado e alargou-o a todas as potenciais medidas de proteção, elaborando uma “Estratégia de Salvaguarda do Património Arquivístico”.

Esta “Estratégia” pode ser implementada por qualquer organização mas está mais direcionada para os municípios, uma vez que têm atribuições legais no domínio da proteção do património cultural, inclusivamente, a prerrogativa da classificação de bens culturais como detentores de interesse municipal. As medidas de proteção previstas na “Estratégia” abrangem domínios que se estendem desde a alocação de recursos à aplicação dos procedimentos de proteção do património cultural, numa trajetória gradativa que tem como objetivo assegurar a transmissão do património arquivístico nas melhores condições às próximas gerações. O documento procura contextualizar as ações a implementar a partir da perspetiva do macroambiente (nacional e local) e do microambiente organizacional, enumera as medidas de salvaguarda, prevê a realização de um diagnóstico e especifica as várias fases da estratégia. O cumprimento da estratégia implica a identificação, num primeiro momento, dos arquivos a proteger e, posteriormente, a implementação de medidas concretas de salvaguarda.

Assim, a “Estratégia” inicia com o contexto legislativo, ou seja, com a identificação da legislação aplicável à salvaguarda do património arquivístico:

N.º	Diploma	Âmbito de aplicação
1	Constituição da República Portuguesa	Consagra, como incumbências especiais do Estado, a proteção e valorização do património cultural do povo português (Art.º 9.º), bem como o incentivo e promoção da salvaguarda e valorização do património cultural, a fim de garantir o exercício do direito universal à fruição e criação cultural (Art.º 78.º).
2	Lei n.º 107/2001	Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.
3	Decreto-Lei n.º 148/2015	Estabelece o regime da classificação e da inventariação dos bens móveis de interesse cultural, bem como as regras aplicáveis à exportação, expedição, importação e admissão dos bens culturais móveis.
4	Decreto-Lei n.º 22/2019	Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios no domínio da cultura.

Seguidamente, procede à análise dos contextos organizacional e concelhio, fornecendo informações sobre os arquivos à guarda da entidade e as medidas que esta veio desenvolvendo nos últimos anos, assim como de outros acervos na sua área de intervenção.

A “Estratégia” tem como preocupação central a enumeração das principais medidas de salvaguarda a aplicar pela entidade a esses arquivos.

Quadro 1: Medidas de salvaguarda.

N.º	Medida
1	Criação do serviço responsável pelo arquivo
2	Contratação de pessoal especializado para o arquivo
3	Construção ou adaptação de instalações dotadas de condições para o funcionamento do arquivo
4	Carimbagem, numeração, higienização e acondicionamento
5	Restauro
6	Descrição
7	Depósito no Arquivo Municipal
8	Aquisição pelo Município
9	Existência de programa de apoio financeiro, técnico e material para salvaguarda dos arquivos
10	Inventariação
11	Classificação de interesse municipal
12	Classificação de interesse público
13	Classificação de interesse nacional
14	Classificação UNESCO: registo da “Memória do Mundo”
15	Pedido de aplicação dos procedimentos de salvaguarda do património cultural pela entidade patrimonial competente - DGLAB

O ganho de uma percepção exata da realidade depende, naturalmente, da realização de um diagnóstico à situação arquivística, de forma a determinar o seu grau de cumprimento relativamente às medidas de salvaguarda a implementar. Esta fase é fundamental para identificar as fragilidades da organização que devem ser ultrapassadas para que seja possível assegurar o sucesso da estratégia.

O Diagnóstico permite lançar as bases da “Estratégia”, uma vez possibilita a identificação dos domínios a desenvolver. Assim, os responsáveis pela política arquivística devem estabelecer as ações a executar para que o município garanta a salvaguarda efetiva do património arquivístico na respetiva área de intervenção.

Antes da construção da Estratégia devem, no entanto, ser identificados os arquivos a proteger através de uma seleção com base em critérios técnicos. Como resultado desse trabalho prévio propõe-se a elaboração de uma “Lista de bens arquivísticos do concelho objeto de proteção” e de uma “Lista de bens arquivísticos do concelho a salvaguardar selecionados de acordo com os critérios fixados pelo Município”. Estas “Listas” são instrumentos centrais na construção da “Estratégia”, uma vez que fornecem dados sobre o valor, a quantidade, a natureza e o estado de conservação dos fundos arquivísticos a proteger. Todavia, após a identificação dos fundos e coleções, e antes de se propor a classificação, aconselha-se o preenchimento da “Grelha de requisitos técnicos de suporte à decisão da proposta de classificação de bens arquivísticos” prevista no “Modelo de Regulamento do Arquivo”.

Lista dos bens arquivísticos do concelho objeto de proteção, selecionados de acordo com os critérios fixados pela Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

N.º	Proprietário (s)	Detentor (es)	Localização	Nível de proteção*	Proposta de medida de salvaguarda**	Designação do bem arquivístico	Critérios legais***						
							Carácter matricial do bem	Génio do respetivo criador	Interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso	Interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos	Valor estético, técnico ou material intrínseco do bem	Conceção arquitetónica, urbanística e paisagística	Extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva

Lista de bens arquivísticos do concelho a salvaguardar selecionados de acordo com os critérios fixados pelo Município

N.º	Proprietário(s)	Detentor(es)	Localização	Nível de proteção*	Proposta de medida de salvaguarda**	Designação do bem arquivístico	Critérios***						
							Estatuto legal (entidade pública; entidade com utilidade e pública administrativa ou com delegação de poderes públicos ; IPSS; fundação)	Impacto económico, social ou cultural significativo no concelho ou na região	Projeção efetiva da imagem do concelho no exterior	Antiguidade (entidades com mais de 75 anos)	Risco de exportação ou de saída do concelho	Processo de alienação ou venda	Recebimento de apoios públicos pela entidade detentora

As “Listas” preveem campos onde se indica o nível de proteção a que está sujeita a documentação (boa preservação pelo detentor privado ou pelo Arquivo Municipal, descrição, inventariação, classificação), assim como as medidas de salvaguarda a propor em caso de necessidade. Os bens poderão ser objeto de salvaguarda devido a mais do que um critério.

As “Listas” têm objetivos semelhantes mas orientam-se para diferentes situações. Assim, a primeira sustenta-se nos critérios definidos na lei de bases do património cultural e procura identificar património de inegável valor para que sejam tomadas medidas de salvaguarda como a inventariação e a classificação de interesse municipal, público ou nacional. A não aplicação destas medidas de salvaguarda não deve impedir a adoção de outras que podem assegurar igualmente a proteção do bem de forma eficaz, pelo que os municípios (ou outras entidades) devem identificar os acervos a proteger e propor mecanismos que garantam a sua conservação efetiva. Daí a razão de se criar uma segunda lista que alarga o universo dos arquivos a proteger, uma vez que a inventariação e a classificação podem ser desproporcionadas face ao valor do bem arquivístico em causa. Naturalmente, esta compreende critérios mais latos mas que procuram manter alguma objetividade e pertinência face ao património em questão.

O estatuto legal, o impacto económico, social ou cultural, a projeção da imagem do concelho no exterior, a antiguidade, o risco de exportação ou de saída do concelho, a existência de um processo de venda ou alienação que possibilite a aquisição pelo município ou o recebimento de apoios públicos pela entidade detentora, entre outros critérios, são pistas fortes que os responsáveis pelos arquivos podem seguir para identificar arquivos e para criarem as condições para os preservarem, esperando que estes ganhem valor que justifique a sua inventariação e classificação.

A elaboração destas “Listas” permite aprofundar o conhecimento sobre o património arquivístico existente no concelho e selecionar aquele que detém valor cultural suficiente para ser objeto de proteção. Todavia, trata-se da mera identificação, não constituindo garantia da salvaguarda da documentação. Esta exige a tomada de medidas concretas e a necessária aplicação de recursos, razão pela qual os decisores políticos devem ser devidamente informados para poderem tomar decisões.

A estratégia a adotar relativamente a cada arquivo depende das circunstâncias. Se se tratar de um arquivo do próprio município haverá, à partida, maior facilidade em ultrapassar alguns obstáculos. Porém, se pertencer a outra instituição há que obter informações fidedignas sobre quem é o proprietário, se está vivo ou se existe legalmente e se há herdeiros ou outras entidades com direitos sobre o bem. Só esclarecidas estas questões se poderá avançar para a próxima fase, que tem como intuito a definição da melhor medida a adotar para proteger o bem, desde o estabelecimento de um protocolo de depósito e tratamento da documentação até à aquisição ou à inventariação e/ou classificação do bem. As decisões dependem da situação em concreto de cada arquivo e da sua evolução, razão pela qual a elaboração e a atualização das “Listas” podem assumir-se como críticas. A “Estratégia” prevê também uma metodologia de implementação subdividida em 3 fases que visam não apenas aplicar na prática as políticas municipais de salvaguarda do património arquivístico, mas também monitorizar a sua aplicação e avaliação da produção de efeitos no tempo. A estratégia deverá ter um alcance, no mínimo, de 3 anos, e não deve exceder os 5 anos e, no final, deverá ser avaliada e revista nos aspetos em que houver necessidade.

A primeira fase é a do Plano de implementação, que exige a reunião de vários componentes:

- 1- Decisão de topo;
- 2 – Aprovação de normativos legais e técnicos;
- 3 – Disponibilização de recursos humanos, financeiros e materiais.

Assim, a estratégia deve depender da elaboração de um plano onde se preveja, para cada uma das medidas de salvaguarda selecionadas, meios a empregar, metas quantificadas e prazos a cumprir. Na fase da monitorização há que reportar os resultados atingidos em cada medida, recomendando-se que seja efetuada anualmente, sempre que superiormente seja decidido ou quando as circunstâncias assim o

exigirem. Por último, no final do limite temporal definido para a estratégia, deve ser feita uma avaliação dos resultados alcançados com especial ênfase para os aspetos positivos e negativos de modo a produzir ensinamentos para a estratégia a aprovar no período subsequente.

Considerações finais

A estratégia de salvaguarda de bens arquivísticos pretende ser um instrumento eficaz na identificação, proteção e valorização dos documentos constituintes da memória local. O desaparecimento deste património acarreta uma perda inestimável para a formação da identidade das gerações vindouras, pelo que, sendo de propriedade privada ou pública, se prevê um conjunto de ações que visam a sua proteção efetiva e a sua valorização, pois só deste modo é possível a sua fruição.

A “Estratégia” tem uma natureza experimental, uma vez que se trata da primeira vez que as entidades vão implementar políticas destinadas à salvaguarda do património arquivístico devidamente integradas e articuladas num documento estratégico. A margem para explorar este domínio é considerável, prevendo-se que, dentro de 5 anos, os resultados sejam visíveis para a população. A fruição desse património, público e privado, permitirá um fortalecimento das identidade local e promoverá a imagem de cada concelho no exterior.

A RAA-DE aguarda, como sempre, sugestões e propostas de melhoria desta primeira versão da “**Estratégia**” para que possa ser adotada com sucesso pelas mais diversas entidades.

ESTUDOS

Índice

**Relações entre a Catedral de Évora
e a Colegiada de Santo Antão no
final do século XVIII: o caso do
cantor José da Costa**

Luís Henriques

Relações entre a Catedral de Évora e a Colegiada de Santo Antão no final do século XVIII: o caso do cantor José da Costa*

Relations between the Cathedral of Évora and the Collegiate of Santo Antão in the end of the eighteenth century: the case of the singer José da Costa

Luís Henriques**

CESEM/Universidade de Évora

luiscfhenriques@gmail.com

Resumo: O presente estudo incide sobre o cantor da capela de música da Catedral de Évora José da Costa nas últimas décadas do século XVIII. Partindo de um processo de colação para o lugar de tesoureiro da colegiada de Santo Antão descobre-se nova informação sobre a biografia e carreira musical deste músico na sua interação entre a Catedral e a colegiada. Este estudo tem, assim, como objetivo atualizar os dados conhecidos sobre José da Costa e a sua atividade no Colégio dos Moços do Coro, a Catedral e a colegiada de Santo Antão.

Palavras-chave: Cantor, Catedral de Évora, Colegiada de Santo Antão, Música sacra, Século XVIII.

Abstract: The present study focuses on the singer of Évora Cathedral music chapel José da Costa in the last decades of the eighteenth century. Departing from a collation process for the place of treasurer of the collegiate of Santo Antão one finds new information about his biography and musical career of this musician in his interaction between the Cathedral and the collegiate. This study therefore aims to update the known data about José da Costa and his activity in the Choirboys's College, the Cathedral and the collegiate of Santo Antão.

Keywords: Singer, Évora Cathedral, Collegiate of Santo Antão, Sacred music, Eighteenth Century.

* O presente estudo insere-se no âmbito do Projeto ALT20-03-0145-FEDER-028584 (PTDC/ART-PER/28584/2017) - "PASEV: Patrimonialização da Paisagem Sonora em Évora (1540 – 1910)" financiado por fundos nacionais através da FCT/MCTES e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Compete 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI).

** Luís Henriques é colaborador do pólo da UÉvora do CESEM. Tem desenvolvido trabalho no estudo da polifonia vocal sacra dos séculos XVI a XVIII relacionada com a Catedral de Évora. Diretor do Ensemble Eborensis tendo gravado um CD para o projeto ORFEUS, no qual foi bolseiro. Atualmente integra o projeto PASEV sobre a patrimonialização da paisagem sonora de Évora (1540-1910). Tem como interesses de investigação a polifonia na Catedral de Évora e a música nos Açores.

A cidade de Évora foi um importante centro de cultura musical entre os séculos XVI e XIX. A sua importância enquanto local de residência de vários monarcas portugueses terá certamente contribuído para o seu estabelecimento como local de grande dinâmica artística. No que diz respeito à música, as primeiras décadas do século XVI foram determinantes para o estabelecimento de uma estrutura musical na Catedral eborense que perdurou até à implantação do Liberalismo em Portugal no início do século XIX. Para isso foi fundamental o mecenato do Cardeal D. Afonso, último Bispo de Évora, altura em que veio para a cidade o teórico e compositor espanhol Mateus d'Aranda a fim de ocupar o cargo de mestre de capela da Catedral, ficando também a seu cargo o ensino dos moços do coro. O sucessor de D. Afonso e primeiro Arcebispo de Évora, Cardeal D. Henrique, criou os alicerces de um sistema de ensino musical que proporcionou a formação musical e humanística a muitos músicos, que não só desempenharam cargos musicais na cidade, arredores e reino, como também em Espanha e nas colónias do Novo Mundo. A fundação do Colégio dos Moços do Coro, em 1552, e a fundação da Universidade jesuíta no Colégio do Espírito Santo, em 1559, formaram esses dois grandes alicerces, apoiados num grande investimento em termos da contratação de músicos para a atividade musical da Catedral (ALEGRIA, 1973, p. 54-55).

Foi também por volta de meados do século XVI, mais concretamente, após a saída de Mateus d'Aranda para Lente de Música na Universidade de Coimbra em 1544 que surge o cargo do mestre da Clastra, encarregado de ensinar o cantochão e o canto d'órgão (polifonia) aos moços do coro, assim como de os instruir na arte do contraponto, constituindo, junto com o cargo de mestre de capela, os mais importantes postos musicais no âmbito da música realizada na Catedral eborense (ALEGRIA, 1973, p. 29-30). Foi o primeiro mestre da Clastra da Catedral após a saída de Aranda para Coimbra um dos cantores da capela, Francisco Velez, com obrigação de ensinar os moços do coro diariamente duas horas pela manhã e duas pela tarde (ALEGRIA, 1973, p. 32-33).

Com a criação do Colégio dos Moços do Coro, surgiu um novo cargo na esfera musical da Catedral: o de reitor do Colégio. Os indivíduos que ocupavam este cargo tinham uma série de obrigações, nomeadamente a residência no edifício do Colégio, e de prover tudo aquilo necessário (ALEGRIA, 1997, p.68). Um dos seus primeiros reitores foi o bacharel Afonso Dias, que servia no cargo de subchante. Foi nomeado para reitor do Colégio por decisão capitular de agosto de 1574 (ALEGRIA, 1997, p. 64). Em resumo, estes eram os três cargos de influência na dinâmica musical ligada à Catedral de Évora, estabelecidos com regulamentos ao longo do século XVI que, com ligeiras alterações, se mantiveram até ao final do século XVIII.

Desta forma, o presente estudo centra-se na atividade e em quem ocupava estes cargos nas últimas décadas do século XVIII, lugares de importância na esfera musical eclesiástica de Évora, e as relações dos mesmos com outros centros de atividade litúrgico-musical da cidade. O caso aqui estudado em concreto refere-se à relação musical entre a Catedral e a colegiada de Santo Antão que, como a regulamentação dos cargos musicais da Catedral, é também ela de construção quinhentista, obra do Cardeal D. Henrique. Reporta-se o mesmo estudo a essa relação nas últimas duas décadas de setecentos

e a um indivíduo em concreto – José da Costa – que, longe de ocupar um cargo musical de alto prestígio na cidade, circulou entre estas duas instituições.

Em 1728 o Padre Francisco da Fonseca descrevia a Igreja de Santo Antão na sua *Évora Gloriosa* como uma “nova, e soberba Basilica, que hoje vemos”, mandada levantar em 1557 pelo Cardeal D. Henrique (FONSECA, 1728, p. 218). Fonseca traçava ainda um resumo da história do templo e da freguesia. De acordo com o autor da *Évora Gloriosa*, a igreja foi primitivamente uma pequena ermida anexa à Sé, que sustentava um cura para administrar os sacramentos, “comendo os frutos, e dízimos dos freguezes desta Igreja com titulo de Abbades, que depois mudarão em Priores”. Em 1280 a ermida passou a ter uma colegiada composta por vigário e seis beneficiados com obrigação da celebração diária dos ofícios litúrgico-musicais no coro, fundada pelo Bispo D. Martinho. Esta organização manteve-se até 28 de abril de 1565, data em que o vigário Bento Varela renunciou ao seu benefício tendo o então Arcebispo de Évora D. João de Melo extinguido a dignidade de vigário, mandando criar em seu lugar, de sua renda, um reitor e três curas beneficiados para melhor serviço paroquial (FONSECA, 1728, p. 217-218).

A atual Igreja de Santo Antão foi mandada construir pelo Cardeal D. Henrique, tendo as obras decorrido entre 1557 e 1563 sendo dirigidas por Manuel Pires, segundo traçado de Afonso Álvares. Um sismo em 1568 obrigou a obras de consolidação das colunas e abóbada, realizadas em 1570 sob direção do mestre Brás Godinho (GIEBELS, 2006).

Uma das primeiras referências documentadas sobre as relações musicais entre a Colegiada de Santo Antão e a Catedral de Évora surge poucos anos após a segunda campanha de obras realizada por Brás Godinho. Trata-se da associação do compositor Manuel Mendes, antigo mestre de capela privativo do Cardeal D. Henrique que acompanhou este prelado na sua segunda vinda para Évora em 1574 (ALEGRIA, 1997, p. 77). Aquando da sua vinda para Évora, Mendes era referenciado como clérigo *in minoribus*, sendo ordenado subdiácono a 19 de março de 1575, diácono a 29 de maio, recebendo ordens de missa a 24 de setembro desse ano. No livro de matrículas das Ordenações, Mendes surge referenciado como tendo sido ordenado *ad titulum beneficii*, isto é, sem património próprio, recebendo por isso um benefício na colegiada de Santo Antão. Em 24 de janeiro de 1582 e 15 de julho de 1584 assinou o livro de batismos da colegiada, no primeiro caso, como padrinho e, no segundo, como oficiante (ALEGRIA, 1997, p. 77-78). Por volta dessa data terá assumido o cargo de mestre da Clastra, possivelmente substituindo Francisco Velez, que o ocupava desde a saída de Mateus d’Aranda para Coimbra em 1544. A 17 de agosto de 1587 era já um dos 15 bacharéis da Catedral, que tinham como obrigação o serviço no coro, ouvir confissões, ministrar os sacramentos, dizer a Epístola e Evangelho na missa do dia no altar-mor ou no lugar ordenado pelo Cabido, assim como dizer a missa de Prima e aniversários que fossem cantadas (ALEGRIA, 1997, 78). No que diz respeito ao cargo de mestre da Clastra, a 7 de outubro de 1589 era Filipe de Magalhães, antigo aluno de Mendes, quem o ocupava.

O percurso profissional de Manuel Mendes, desde a sua chegada a Évora em 1574 e a sua morte em 1605, reflete as ambições de um clérigo *in minoribus* em assegurar a sua subsistência dentro da car-

reira eclesiástica, nomeadamente a sua ordenação como sacerdote. Os benefícios da colegiada de Santo Antão, funcionavam como complemento ou uma etapa inicial para acesso a cargos eclesiásticos na Catedral (HENRIQUES, 2017, p. 356). Era frequente haver renúncia voluntária de um beneficiado (provavelmente em colegiadas de menor progressão), como aconteceu a Mendes (que o era em Santo Antão), nas mãos do colador, isto é, do Arcebispo, uma vez que só poderia destituir quem podia instituir. Neste caso tratava-se de uma renúncia simples (sendo as outras duas possíveis a favor ou de permuta) uma vez que pretendia um cargo mais elevado na esfera eclesiástica (RODRÍGUEZ; CODES, 2014, p. 45).

Desta forma, Mendes, de forma a assegurar a sua manutenção enquanto clérigo ordenado terá requerido ou foi conduzido num benefício em Santo Antão, embora não se conheça tal processo na documentação. Aqui é importante referir a sua ligação à Catedral, onde desempenhou funções como mestre da Clastra durante cerca de 10 anos, simultaneamente com o cargo de mestre de capela em Santo Antão. No momento em que assumiu o cargo de bacharel da Catedral terá abandonado os cargos que ocupava em Santo Antão, como momento de subida na carreira eclesiástica. Dois séculos mais tarde, a situação em que se encontra José da Costa reflete, em parte, o mesmo percurso e ambições de Manuel Mendes.

A 13 de julho de 1758, o reitor da colegiada de Santo Antão, Domingos Cardoso, assinava o seu contributo para as *Memórias Paroquiais* recolhidas nesse ano por todo o reino. Na seção dedicada à descrição da igreja, após mencionar os vários altares e respetivos oragos, o reitor referia o grande coro alto e as duas sacristias, uma destinada aos padres da igreja e a outra à irmandade do Santíssimo Sacramento (*MEMÓRIAS*, 2011). Em 1758 a colegiada era composta por um reitor, três beneficiados curados (que administravam os sacramentos) e seis beneficiados simples estando os 10 clérigos obrigados a cantar as Horas Canónicas diariamente no coro (*MEMÓRIAS*, 2011). No respeitante aos rendimentos destes eclesiásticos prossegue o reitor referindo que eram “de ténue rendimento certo, suposto, que mais rendem com o incerto”. Desta forma recebia ele próprio oitenta mil réis anuais, os beneficiados curados sessenta mil réis anuais e os beneficiados simples, quarenta mil réis por ano. Eram todos de alternativa do Papa com o prior (o Arcebispo de Évora), que apresentava “a Thesouraria em hum Presbitero (*MEMÓRIAS*, 2011). Através do testemunho do reitor Domingos Cardoso, fica-se a saber que a nomeação do tesoureiro da colegiada, que deveria ser presbítero, ficava a cargo do Arcebispo de Évora.

De acordo com a transcrição realizada por Gabriel Pereira do livro *Das Resoluções da Comunidade* (iniciado a 17 de novembro de 1757 pelo reitor Domingos Cardoso), fica-se a conhecer a dinâmica, assim como alguns dos indivíduos, da colegiada de Santo Antão nas últimas três décadas do século XVIII. Assim, sabe-se que sucedeu a Domingos Cardoso no cargo de reitor o Doutor João Justiniano Farinha, nomeado em junho de 1770, sendo-lhe dada posse pelo beneficiado com maior antiguidade, José António de Meneses e Sousa (PEREIRA, 1947, p. 317). Este mesmo reitor, quatro anos depois, mostrava-se preocupado com a qualidade da atividade litúrgico-musical na colegiada. Desta forma, “vendo a falta de perfeição com que se cantavam os officios divinos, e se officiam as missas

cantadas” por falta de nela residir alguém que ensinasse cantochão. Com a aprovação da comunidade, foi decidido que o padre Francisco de Borja ficasse servindo no coro, aos ofícios divinos e missas cantadas, “em todas as funções a que os mais são obrigados a assistir”, ficando o mesmo a ganhar todas as ocasiões em que assistisse, conformando-se também com as constituições da colegiada (PEREIRA, 1947, p. 318-319). Dois anos depois, em 11 de novembro de 1776, foi decidido convidar-se Manuel de Almeida a assistir aos ofícios e missas cantadas, por não haver na colegiada pessoa instruída em cantochão (PEREIRA, 1947, p. 319). Através destas duas notas, percebe-se que nas últimas décadas do século XVIII havia uma preocupação com a qualidade da prática do cantochão na colegiada de Santo Antão, de tal forma grave, que em duas ocasiões foi decidido permitir a entrada a dois indivíduos externos no sistema rígido do serviço do coro. A 23 de abril de 1795 tomou posse como reitor da colegiada por provisão do arcebispo D. Joaquim Xavier Botelho de Lima, o doutor João Limpo Pimentel. A 24 de novembro do ano seguinte entrou para a colegiada o padre José Lúcio Limpo Pimentel, irmão do precedente. A 31 de outubro de 1797, José Lúcio assumia o cargo de reitor da colegiada, por abandono de seu irmão João. Ocupou o cargo de beneficiado vago pela transferência o padre João António de Sá (PEREIRA, 1947, p. 320).

Durante o período tratado no presente estudo foi Arcebispo de Évora D. Joaquim Xavier Botelho de Lima. Este prelado tomou posse da arquidiocese a 22 de março de 1784, mantendo-se na mesma até à sua morte, a 10 de abril de 1800 (BARATA, 1874, p. 58). Foi um prelado bastante dinâmico do que diz respeito às artes, com particular importância a música. Foi seu secretário João Limpo Pimentel, licenciado em cânones e desembargador da relação que, como se viu, era reitor da colegiada de Santo Antão (BARATA, 1874, p. 60). Um ano após a chegada a Évora de D. Joaquim Xavier Botelho de Lima foi nomeado mestre de capela da Catedral o padre Francisco José Perdigão. O mesmo também foi nomeado reitor do Colégio dos Moços do Coro (ALEGRIA, 1973, p. 103). Foi Perdigão que supervisionou a cópia de vários livros de coro com polifonia para uso na Catedral. O primeiro (Códice n.º 9 do arquivo musical da Sé de Évora) foi copiado logo no ano de 1785 por Fr. José de Nossa Senhora de Loureto e contém música para a Semana Santa dos compositores Fr. Manuel Cardoso, Francisco Martins e Diogo Dias Melgaz. O segundo livro de coro (Códice n.º 5) foi copiado em 1797 por Fr. Jacinto de Santa Inês e contém salmos e Magnificat de Juan Navarro, João Lourenço Rebelo, Pedro Vaz Rego, Ignácio António Celestino e André Rodrigues Lopo. Sucedeu a Francisco José Perdigão como reitor do Colégio dos Moços do Coro o padre Francisco de Borja Machado, capelão da Catedral, e que desde 1774 assistia no coro da colegiada de Santo Antão (ALEGRIA, 1997, p. 182). Em 1812 Borja ainda ocupava o cargo de reitor do Colégio, recebendo cinquenta mil réis anuais pelo desempenho desse cargo. Acumulava também o cargo de primeiro altareiro da Catedral, pelo qual recebia anualmente trinta mil réis e um moio de trigo (ALEGRIA, 1997, p. 192).

É neste contexto que em janeiro de 1786 foi aberto um processo de colação, encerrado em julho desse ano, referente a José da Costa, cantor da capela da Catedral, para o cargo de tesoureiro da colegiada de Santo Antão¹. Neste documento, embora circunscrito à terminologia utilizada em processos desse tipo, surgem

¹ Arquivo Distrital de Évora, Câmara Eclesiástica de Évora, Cargos e Benefícios, Colações, Cx. 33, Doc. 1483. O autor agradece a chamada de atenção para a existência deste documento pela Dra. Paulina Araújo.

alguns dados que contribuem para a uma compreensão mais profunda de quem era José da Costa. Segundo o documento, José da Costa tinha 29 anos de idade em 1786 e era clérigo *in minoribus*, não tendo meios para prosseguir na carreira eclesiástica. Era um dos contraltos da capela da Catedral, ocupando também o cargo de tesoureiro da colegiada de Santo Antão. No documento, Costa ainda afirmava que havia sido criado desde a sua infância no Seminário da Catedral, isto é, o Colégio dos Moços do Coro, que começou a ser designado por seminário no final de setecentos. O mesmo havia servido a mesma instituição com constante e notório préstimo, modéstia e exemplar procedimento. Havia, inclusive, substituído o reitor do Colégio estando ainda nos anos do seu serviço como moço de coro.

Numa passagem pelos três dicionários biográficos de músicos portugueses (MAZZA, 1944; VASCONCELLOS, 1870; VIEIRA, 1900), não foram encontrados quaisquer dados biográficos referentes a José da Costa e a sua atividade em Évora. Vários motivos poderão ser apontados para a ignorância dos autores oitocentistas, sendo um dos principais a posição secundária que Évora e a sua Catedral passaram a ocupar no contexto musical português dos séculos XVIII e XIX. Aqui a hegemonia da Patriarcal e dos músicos e compositores formados no respetivo Seminário remeteu o Colégio dos Moços do Coro de Évora para um papel semelhante ao das outras catedrais portuguesas, cuja influência musical estava circunscrita sobretudo a um contexto local. Simultaneamente, a ausência de uma concentração de carácter enciclopédico de músicos tardo-setecentistas, a exemplo da *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado, impediu semelhante volume de detalhe para estes músicos, como aconteceu para os compositores até meados do século XVIII. Desta forma, o processo de colação de José da Costa vem revelar alguns pormenores do percurso biográfico-profissional deste músico eborense.

No processo de colação, Costa afirmava ser de 29 anos de idade em 1786. Após consulta aos registos de batismo das freguesias da cidade para 1757, foi encontrado um único assento de batismo de um José, a quem o beneficiado José Pinto pôs os santos óleos na Catedral no dia 22 de abril desse ano. Este era filho de António da Costa e de Felícia Maria, ambos naturais de Évora. Era neto pela parte paterna de João Rodrigues e Ana da Costa e, pela parte materna, desconheciam-se os avós. Foi padrinho, Ignácio do Espírito Santo e Oliveira². Desta forma, poderá situar-se a carreira musical de José da Costa enquanto moço do coro da Catedral e aluno do Colégio dos Moços do Coro. Costa terá entrado para o Colégio em 1766 ou 1767, uma vez que a idade usual de admissão dos moços nesta instituição se fazia entre os nove e dez anos. Terá feito os quatro anos de aprendizagem do cantochão, canto de órgão e contraponto com o mestre da Clastra, como era usual, de acordo com o *Regulamento do Collegio dos Moços do Choro*³ estabelecido pelo Arcebispo D. José de Melo em 1617, até à mudança da voz. Após os quatro anos, terá prosseguido os estudos na gramática e latim como um dos oito porcionistas seleccionados entre os quatorze moços que cumpriam os primeiros quatro anos de estudo por volta de

² Arquivo Distrital de Évora, Paroquiais, Livro de registos de batismo, Sé, Livro n.º 42 [1757-1759], f. 21v.

³ Este documento encontra-se transcrito em ALEGRIA, 1997, p. 102.

1771 (ALEGRIA, 1997, p. 103). Costa afirmava ainda que havia desempenhado as funções de reitor do Colégio em várias ocasiões, sendo ainda colegial do mesmo. Assumindo que seria colegial a partir de 1771, Costa teria substituído o reitor padre Brás Gonçalves Galvão, que ocupava este cargo desde 1734. Galvão morreu no ano de 1772, sendo nomeado seu sucessor o capelão da Catedral padre José de Faria Vale (ALEGRIA, 1997, p. 176). De acordo com o regulamento de 1617, o reitor poderia nomear “um moço grande dos Collegiais” para zelar e repreender todo os outros colegiais e moços do Colégio, ficando o mesmo responsável pelos alunos nas ocasiões que o reitor se ausentasse daquela instituição. Deste modo, depreende-se que Costa tenha substituído algum destes dois reitores nos períodos em que cada um deles ocupou o respetivo cargo no Colégio, ou ele próprio o tenha assumido interinamente na fase de transição antes da nomeação efetiva de Vale para o mesmo.

No respeitante à atividade de José da Costa na capela da Catedral, o fato de ser colegial ter-lhe-á permitido uma mais fácil incorporação nesse agrupamento musical que outro cantor contratado exteriormente. No processo de colação, Costa afirmava ser contralto da capela, no entanto, não especificando desde que altura ocupava o dito ofício. O mesmo não é referido no levantamento realizado por Túlio Espanca sobre artistas em Évora durante o século XVIII, no qual se inclui uma extensa lista de músicos (cantores e instrumentistas) ao serviço da Catedral (ESPANCA, 1950, p. 135-139). Através das várias folhas de ponto dos músicos da Catedral⁴ que sobreviveram para a segunda metade do século XVIII, no ponto correspondente ao ano de 1775 (o primeiro possível para a cronologia de Costa), José da Costa não aparece na lista dos músicos da capela. O mesmo surge pela primeira vez nas contas de 1777-1778, no lugar de terceiro contralto recebendo vinte mil réis anuais pelo desempenho desse cargo (ALEGRIA, 1997, p. 176). É interessante reparar que no ponto de 1775 quem surge como terceiro contralto é outro colegial, de nome João Roiz, o que sugere que esta posição seria provavelmente ocupada por colegiais, ascendendo aos lugares cimeiros do naipe por antiguidade. Ainda a 12 de dezembro de 1778, o salário de Costa é aumentado substancialmente com mais quarenta e cinco mil réis, perfazendo os cinquenta e cinco mil que recebia à data do processo de colação como tesoureiro em Santo Antão. Todavia, o mesmo já não aparece nos pagamentos efetuados aos músicos da capela em 1790-1791, o que sugere que antes dessa altura havia já abandonado o cargo de cantor.

Desta forma, através das pistas lançadas no processo de colação, depreende-se que José da Costa terá sido criado dentro do sistema musical da Catedral de Évora, permanecendo no mesmo até à idade em que teve de procurar uma outra forma de sustento para além daquela de cantor da capela, aparentemente insuficiente para a sua subsistência. O cargo de tesoureiro da colegiada de Santo Antão surge, assim, como um futuro para assegurar a sua subsistência dentro da esfera eclesiástica, que muito provavelmente não passaria das ordens menores em resultado do desconhecimento dos seus avós maternos.

⁴ Várias folhas avulsas que correspondem aos anos de 1703, 1759, 1760, 1763, 1764-1767, 1775 e 1800. Arquivo da Sé de Évora, Cabido da Sé de Évora, Fábrica da Sé de Évora, Contas, Despesa, Folha de ponto dos músicos [1703-1800].

José da Costa também ficou também conhecido como compositor, do qual sobreviveram três obras musicais atualmente conservadas no arquivo musical da Catedral de Évora. Como antigo aluno de uma instituição especificamente vocacionada para o ensino da música, José da Costa conheceu os preceitos da arte da composição musical. Embora as três obras sobreviventes não constituam um número suficiente para se perceber em profundidade o estilo da sua escrita musical, estas inserem-se em duas grandes correntes estilísticas herdadas do século XVII e que se mantiveram em uso na Catedral ao longo da centúria de setecentos. A música sacra em Portugal no final do século XVIII encontrava-se dominada pelo de origem napolitana, cujas influências operáticas eram notórias. Desde meados do século XVIII que obras de compositores napolitanos, como David Perez e Niccolò Jommelli, eram feitas com frequência nas principais igrejas de Lisboa, nomeadamente o *Mattutini dei Morti* do primeiro e uma missa de *Requiem* do segundo. Nápoles foi também ponto de aprendizagem de vários músicos portugueses de influência nos círculos musicais lisboetas, como João de Sousa Carvalho ou os irmãos Brás e Jerónimo Francisco de Lima (NERY; CASTRO, 1991, p. 105-106). Uma das principais instituições musicais e religiosas de Lisboa que muita influência teve na produção e difusão de música sacra foi a Patriarcal, local onde se formaram inúmeros músicos. Estes eram iniciados não só no canto e instrumentos de tecla, mas também no contraponto e harmonia, sendo as principais técnicas de escrita musical familiares a grande parte deles. Neste contexto da Patriarcal existiam uma distinção entre músicos ditos contrapontistas e músicos intitulados de compositores. De uma forma geral, o primeiro apenas dominava as técnicas de escrita musical, sendo o segundo aperfeiçoado no respeitante à composição musical dentro de um plano artístico (FERNANDES, 2010, p. 218-219). No caso das três obras de José da Costa, percebe-se imediatamente numa primeira análise que este seria um músico contrapontista, entendido nos preceitos da arte, mas longe de ser um compositor no sentido artístico da palavra.

A primeira das obras conhecidas de José da Costa é a antífona mariana *Regina caeli*, para quatro vozes e baixo contínuo (Música Mariana n.º 21). Esta obra reflete uma corrente estilística hoje designada como *stile pieno*, isto é, uma obra escrita para coro, sem solistas, com apenas acompanhamento de baixo contínuo. Geralmente este estilo englobava obras policorais, como é o caso de grande número de repertório em uso na Patriarcal durante a primeira metade do século XVIII (ALVARENGA, 2018, p. 33). No caso da Catedral de Évora, existe um número substancial de composições policorais neste estilo, assim como obras para quatro vozes onde se inclui esta *Regina caeli*. Trata-se de uma obra, em geral, simples, escrita num estilo marcadamente coral e com praticamente nenhuma repetição do texto o que a torna pouco extensa, adequando-se a ocasiões onde se exigia brevidade no canto.

A antífona *O lingua benedicta* é uma obra bastante mais extensa que a *Regina caeli*, estando dividida em duas partes claramente assinaladas. A dinâmica do concertado entre solistas e *ripieno* é bastante rápida. Por exemplo, no caso do soprano, existem seções a solo de apenas dois ou três compassos, (assim como alguns duos) intercaladas com seções corais. As seções solistas estão distribuídas sobretudo pelo soprano e alto, sendo o tenor e baixo vozes com uma função estritamente coral (de *ripieno*). A escrita musical é bastante simples. Com já foi mencionado, as seções solistas e corais, embora dinâmicas, são feitas com base numa escrita predominantemente homofónica e silábica, com poucas repetições textuais (geralmente apenas uma ou duas repetições).

No caso do responsório *Iste cognovit*, surge um outro exemplo de um responsório isolado, também destinado à festa de Santo António, *Si quaeris miracula* de Francisco António de Almeida, compositor ligado à Capela Real, ativo na primeira metade do século XVIII. O caso da obra de Almeida apresenta uma escrita marcadamente moderna para o tempo, com influência italiana, com um desenho contrapontístico assente em frases longas, com ritmos mais curtos, porém, iniciando com uma escrita vocal imitativa com um acompanhamento de baixo contínuo (ALVARENGA, 2011, p. 191). No responsório de Costa, surge uma introdução instrumental bastante longa (22 compassos), para os violinos e baixo contínuo. As seções corais (de *ripieno*) são intercaladas com seções solistas para o soprano e contralto. Apesar de manter a forma do responsório (responsório – *repetendum* – verso e doxologia), dentro de cada uma das respetivas seções o *estilo concertado* surge de forma muito simplificada, com as seções instrumentais, corais e solistas claramente definidas, não existindo muita dinâmica entre os solistas e *ripieno* coral. Em termos da escrita musical, a obra segue os parâmetros estético-estilísticos que podem ser encontrados na música vocal sacra concertada portuguesa do final do século XVIII, percebendo-se que, pela falta de desenvolvimento das seções solistas, Costa não era um compositor experimentado neste tipo de escrita musical.

Em resumo, o processo de colação de José da Costa como tesoureiro da colegiada de Santo Antão de Évora vem lançar alguma luz no percurso biográfico e profissional deste músico eborense, que permaneceu dentro do círculo musical da Catedral de Évora. Costa fez nesta instituição o percurso que muitos outros músicos nela fizeram ao longo dos séculos XVI a XIX, nomeadamente a instrução musical no Colégio dos Moços do Coro, importante local de aprendizagem para futuros clérigos da cidade. Como colegial a sua participação na atividade da capela da Catedral concretizou-se com a sua permanência como terceiro contralto, um posto que, como se viu, sugere ter sido ocupado por um aluno do Colégio. Como só havia tomado ordens menores e pretendia assegurar a sua subsistência enquanto clérigo, Costa viu no lugar de tesoureiro da colegiada de Santo Antão um cargo de segurança. Após ter entrado nesse cargo desconhece-se a sua atividade na capela, o que não é de estranhar, uma vez que desde o século XVI muitos outros músicos abandonaram a exclusividade das suas funções musicais na capela da Catedral de forma a assegurarem cargos de outra natureza, sobretudo eclesiástica, permitindo-lhes manter o seu sustento e, em muitos casos, também de familiares, de forma vitalícia.

Referências bibliográficas

- ALEGRIA, José A. – História da Escola de Música da Sé de Évora. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.
- ALEGRIA, José A. – O Colégio dos Moços do Coro da Sé de Évora. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- ALVARENGA, João P. d' – *Allo stile dei musici di questa nazione: Balancing the Old and New in Portuguese Church Music from the 1720s and 1730s*. In DRESCHER, Thomas; KIRNBAUER, Martin (eds.) – *Basler Jahrbuch für Historische Musikpraxis XXXVIII 2014*. Winterthur: Amadeus Verlag, 2018. p. 33-54.
- ALVARENGA, João P. d' – 'To make of Lisbon a new Rome': The repertory of the Patriarchal Church in the 1720s and 1730s. *Eighteenth-Century Music*. Vol. 8 Nº 2 (2011), p. 179-214.
- ARAÚJO, Paulina – *Câmara Eclesiástica de Évora: Catálogo/Inventário*. Évora, 2013. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, apresentada à Universidade de Évora.
- ESPANCA, Túlio – *Artes e Artistas em Évora no Século XVIII. A Cidade de Évora*. Nº 21-22 (1950), p. 75-141.
- ESPANCA, Túlio – *Monumentos de Évora – A Igreja de Sto Antão. A Cidade de Évora*. Nº 4 (1943), p. 74-75.
- FERNANDES, Cristina – *O sistema produtivo da Música Sacra em Portugal no final do Antigo Regime: a Capela Real e a Patriarcal entre 1750 e 1807*. Évora: [s.n.], 2010. Tese de doutoramento em Música e Musicologia, apresentada à Universidade de Évora.
- FONSECA, Francisco da – *Evora Gloriosa. Epilogo dos quatro Tomos da Evora Illustrada, que compoz o R. P. M. Manoel Fialho da Companhia de Jesu*. Roma: Officina Komekeriana, 1728.
- GIEBELS, Daniel – *Igreja Paroquial de Santo Antão de Évora/Igreja de Santo Antão [Em linha]*. Sacavém: SIPA, 2006 [Consult. 11.11.2018]. Disponível na Internet: http://monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3953.
- HENRIQUES, Luís – *A paisagem Sonora de Évora no século XVII: Perspectivas a partir da actividade musical das instituições religiosas da cidade*. In *Book of Proceedings II International Congress on Interdisciplinarity in Social and Human Sciences*. Faro: Research Centre for Spatial and Organizational Dynamics, 2017. p.355-359.
- MAZZA, José – *Diccionario Biographico de Muzicos Portugueses, com prefácio e notas do P.e José Augusto Alegria*. Lisboa: Tipografia da Editorial Império, Lda., 1944.
- Memórias Paroquiais 1758: Évora – Santo Antão [Em linha]*. 2011 [Consult. 11.11.2018]. Disponível na Internet: <http://portugal1758.di.uevora.pt/index.php/lista-memorias/52-evora/1317-evora-santo-antao/>
- NERY, Rui V.; CASTRO, Paulo F. de – *História da Música (Sínteses de Cultura Portuguesa)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991.

PEREIRA, Gabriel – Estudos Eborenses. Évora: Edições Nazareth, 1947. vol. I.

RODRIGUÉZ, António A. J Díaz; CODES, Ana I. López-Salazar – El cabildo catedralicio de Évora en la Edad Moderna (1547-1801). Historia y Genealogía. Nº 4 (2014), p. 31-58.

VASCONCELLOS, Joaquim de – Os Musicos Portuguezes. biografia – bibliografia. Porto: Imprensa Portugueza, 1870.

VIEIRA, Ernesto – Diccionario Biographico de Musicos Portuguezes. Lisboa: Typographia Mattos Moreira & Pinheiro, 1900. 2 vols.

**Elementos biográficos de compositores
eborenses do final do século XVIII e
início do XIX: contributos do Arquivo
Distrital de Évora**

Rita Faleiro

Elementos biográficos de compositores eborenses do final do século XVIII e início do XIX: contributos do Arquivo Distrital de Évora*

Biographical elements of the composers in Évora in the late eighteenth and early nineteenth centuries: contributions from the District Archive of Évora

Rita Faleiro**

Resumo: Para o final do século XVIII, e início do XIX, José Augusto Alegria apresenta-nos nas suas obras de referência (com especial incidência para a História da Escola de Música da Sé de Évora) alguns nomes de músicos e compositores afectos à Sé de Évora. Partindo dos dados por ele apresentados, junto com os registos depositados no Arquivo Distrital de Évora, pretende este artigo observar de forma mais completa os nomes de Joaquim de Santa Anna, Ignácio António Ferreira de Lima e Miguel Anjo do Amaral. Estes nomes retratam compositores até agora pouco (ou nada) estudados, pelo que se torna fundamental saber dados contextuais sobre os mesmos que não estejam presentes nas suas partituras (registos mais imediatos de dados sobre eles): datas de morte, registos de pagamento e indicações pessoais presentes em documentos como testamentos permitem-nos ter uma visão mais abrangente sobre os intervenientes na criação da realidade sonora eborense.

Palavras-chave: Sé de Évora; Músicos de Évora; Testamentos; Arquivo Distrital de Évora.

Keywords: Cathedral of Évora; Évora's musicians; Wills; District Archive of Évora.

Abstract: In the late eighteenth and early nineteenth centuries, José Augusto Alegria presents us in his works (especially in his História da Escola de Música da Sé de Évora) some names of musicians and composers, who were related to the Cathedral. Taking this and data found in the District Archive of this city as a starting point, we aim to observe in a more complete way the names of Joaquim de Santa Anna, Ignácio António Ferreira de Lima and Miguel Anjo do Amaral. These names refer to composers that haven't been studied much or not at all yet, for why it is important to study their context - not only their

* O presente estudo insere-se no âmbito do Projeto ALT20-03-0145-FEDER-028584 - "PASEV: Patrimonialização da Paisagem Sonora em Évora (1540 – 1910)" financiado por fundos nacionais através da FCT/MCTES e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Compete 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI). Enquadra-se igualmente no projecto de Doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT): "Os salmos no fundo musical da Sé de Évora (de meados do século XVIII a inícios do século XIX): edição e estudo de uma selecção representativa" - SFRH/BD/137427/2018.

** Rita Faleiro é doutoranda na Universidade de Évora, integrando o CESEM – U.É. e bolsa de investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia. O seu trabalho académico centra-se actualmente no fundo musical da Sé de Évora no final do século XVIII e início do século XIX, com especial destaque para a composição e prática do salmo *Miserere*. Integra ainda a equipa do projecto Patrimonialização da Paisagem Sonora em Évora (1540 - 1910).

scores - and therefore other data has to be collected: dates of death, payment records and personal indications on wills allow us to have a broader vision of the makers of the musical reality in Évora.

Para quem trabalha a temática da música sacra em Évora, a literatura produzida pelo Cónego José Augusto Alegria (1917 – 2004, instituído Cónego da Sé de Évora em 1957) é de consulta e referência absolutamente fundamental e imprescindível. As suas obras *História da Escola de Música da Sé de Évora*, a par do *Catálogo dos Fundos Musicais da Biblioteca Pública de Évora* e do *Catálogo do Arquivo das Músicas da Sé de Évora* trazem-nos dados valiosos sobre a realidade musical desta última instituição, não apenas no que diz respeito à sua história ao longo dos séculos mas também no que concerne aos músicos e composições a ela afectos. O seu trabalho a nível musicológico valeu-lhe em 1985 o Prémio de Ensaísmo Musical atribuído pelo Conselho Português da Música e, de acordo com informação veiculada no site da DGLAB, é um dos casos de investigação em música sacra mais dignos de serem apontados. (Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas)¹.

Para o período histórico que diz respeito ao século XVIII, Alegria faz um retrato importante – ainda que não completo – do contexto musical da Sé. Não apenas nos indica quais os instrumentos novos que são associados à Instituição (cravo, viola, rabeção – não sendo especificado se este rabeção se refere a um violoncelo ou contrabaixo), como enumera de maneira mais específica os instrumentos existentes desde meados do século: dois organistas, uma harpa, uma viola, cinco rabecas, um baixão. Esta situação evolui em 1765, ano em que se encontram seis cantores, dois organistas, cinco rabecas e um baixão. Mais no final do século (1790), encontramos um rabequista apenas e, ainda que em 1796 seja conhecido que ainda se usassem o cravo e o rabeção, não é essa a realidade veiculada nas folhas de pagamentos aos músicos, que apenas referem o órgão. O órgão é, aliás, o instrumento por excelência utilizado na prática composicional da Sé de Évora; independentemente de existirem mais instrumentos a acompanhar as composições musicais ou não, o órgão está sempre presente e, se for analisada a estrutura musical das obras (como por exemplo salmos, sejam de Miguel Anjo do Amaral ou qualquer outro compositor afecto à Sé), verificar-se-á que o órgão acompanha a totalidade da obra enquanto outros instrumentos poderão estar associados meramente a partes específicas da obra. Esta questão está ligada ao facto de o órgão ser, por excelência, o instrumento autorizado e permitido enquanto acompanhamento instrumental da música sacra – e Évora não é excepção. De facto, mesmo em períodos mais tardios, há uma preocupação por parte da Igreja em regulamentar a questão da música instrumental que acompanha a música sacra, referindo que esta deveria ser sobretudo vocal embora se permitisse/tolerasse a utilização do órgão. Já desde épocas tão distantes quanto o século XVI a questão do acompanhamento e prática musical na música sacra foi debatida e regulamentada, sendo inclusivamente proposto que se permitisse apenas prática de cantochão, banindo polifonia vocal e uso instrumental, à excepção precisamente do órgão

¹ <http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=9026>

(LESSA 2017: 160). Em Évora, a utilização do órgão em contexto sacro é visível tanto em mosteiros e conventos como num ambiente mais aberto à comunidade de fiéis. Efectivamente, e vendo por exemplo o caso de São Bento de Cástris, houve ao longo do tempo uma preocupação para que este instrumento fosse privilegiado e favorecido em relação a outros, que seriam proibidos: “(...) e nas mesmas Igrejas, e Coros, se não poderá usar de instrumento algum musico, excepto órgão” (B.P.E., Cód. CXXXI/2-7, fls. 20v., 21 in CONDE 2009: 414). O papel privilegiado do órgão encontra ainda eco nas palavras de Filipe Oliveira, que refere ser após a Reforma Tridentina que este instrumento adquire nesta cidade um novo fôlego, assumindo um papel próprio e preponderante quer enquanto acompanhador quer enquanto solista, pelo que justifica assim o surgimento de organistas que se tornaram referências, como António Carreira, Frei Heliodoro de Paiva, Manuel Rodrigues Coelho ou Francisco Araújo (OLIVEIRA 2016: 6). Curiosamente, diz-nos Alegria que no arquivo da Sé não existe qualquer peça escrita unicamente para órgão (ALEGRIA 1973: 7); ou seja, este instrumento deteve nesta instituição um papel fundamental mas meramente a título de acompanhamento – não solista.

No entanto, estas directrizes e orientações não significam que os outros instrumentos não existissem ou não fossem utilizados em contexto sacro, e uma breve consulta às obras praticadas nestes locais reflecte precisamente isso; de facto, a par do órgão encontramos instrumentos como violinos, violoncelos, sopros como trompas ou fagotes, e inclusivamente flautas ou clarinetes, introduzidos *a posteriori* naquela que é uma prática recorrente da Sé – o reaproveitamento de obras musicais, quer em anos diferentes quer por compositores diferentes. É o caso de Miguel Anjo do Amaral com o salmo *Laudate Pueri Dominum*, que apresenta três versões instrumentais para a mesma parte vocal, versões estas que poderão ter sido compostas para ocasiões específicas (relembre-se que a versão de 1812, ano da instituição de Frei Manuel do Cenáculo como Arcebispo de Évora, é a que contém uma introdução instrumental mais longa), ou o caso do *Miserere* a três coros de Julião Rosado Tavares, que foi mais tarde rearranjada por Francisco José Perdigão para apenas dois coros – mantendo-se sempre o órgão como elemento comum a todas estas obras. Regressando à questão dos nomes apontados por José Augusto Alegria, e associados à Sé de Évora, há alguns compositores sobre os quais este autor não refere muitos dados, e que no próprio Arquivo da Sé não apresentam muita informação para além da veiculada nos manuscritos das suas obras, ou em algumas referências esporádicas em fontes como folhas de ponto ou registos de pagamento.

Até este momento, poucas ou nenhuma informação se tinham sobre alguns destes compositores. Sobre Miguel Anjo do Amaral não existem quaisquer referências em nenhum dos dicionários biográficos consultados (Vieira, Mazza ou Vasconcelos). Ignácio António Ferreira de Lima é referido apenas na obra de Ernesto Vieira (1900: 34 – 2º volume), que o considera um compositor de média qualidade. Vieira coloca-o na catedral eborense nos finais do século XVIII e refere um inventário das obras dele realizado em 1809, no qual aparecem inúmeras obras de Lima – cerca de duzentas – para além de identificar responsórios da Semana Santa e um *Salutaris* (presume-se que seja o hino *O salutaris hostia*) presentes na Biblioteca Nacional (Vieira). Já de Joaquim de Santa Anna (frei), existe um registo em Vasconcelos (VASCONCELOS 1870: 7); porém, quer devido à data de morte quer devido à sua localização, torna-se evidente que não é o indivíduo presente em Évora.

Os registos existentes no Arquivo Distrital de Évora tornam-se então uma ferramenta poderosa que nos traz alguns apontamentos biográficos sobre os responsáveis locais pela criação da realidade musical sacra em Évora. No entanto, nem sempre é possível chegar a uma conclusão definitiva sobre estes compositores, sobretudo pelo facto de que por vezes se conseguem encontrar, nos registos de óbito presentes neste Arquivo, mais do que uma ocorrência do mesmo nome.

Este é o caso de Joaquim de Santa Anna.

De acordo com Alegria (1973a: 11), em 1791 é celebrado contrato com este Padre, que auferiria a quantia de duzentos mil réis e teria como obrigação, para além do cantar, a substituição do mestre de capela ou claustra quando este (neste caso, Perdigão) estivesse impossibilitado. Sobre esta questão, há que referir que as folhas de ponto dos músicos² (documentos nos quais se assinala as penalidades, ou multas, atribuídas aos músicos por falhas no seu trabalho) já desde 1775 referem Joaquim de Santa Anna como Baixo (em Junho de 1775) ou 2º Baixo (Setembro de 1775), pelo que ele estaria já ao serviço da Sé antes de celebrar um contrato oficial com a instituição.

Quando nos debruçamos sobre os registos de óbito da paróquia de Santo Antão, encontramos pelo menos três registos de Joaquim de Santa Anna. O primeiro, datado de Maio de 1818, refere o seguinte:

“Aos vinte e oito dias do Mês de Maio de mil oitocentos e dezoito anos em esta Freguezia de Santo Antão faleceu sem sacramentos, por não os pode receber Joaquim de Santa Anna solteiro filho de Clemente da Cruz e de Jozefa Thereza: não fez testamento por não ter de que, e foi sepultado em O Cardal do Santo Hospital desta cidade de Évora. Em fé de que fiz este termo, que assignei dia Mês e anno ut supra” (PT-ADEVR-PRQEV-VR05-003-0005_M0137).

À data da sua morte, o seu local de enterro, o Hospital, estava debaixo da administração da Santa Casa da Misericórdia, situação originada em 1567 pelo Cardeal D. Henrique, e que durou até 1975, altura em que por razões legais esta instituição passou para a tutela do Estado Português. Pode presumir-se ter morrido enfermo, uma vez que não teve oportunidade de receber sacramentos e ter sido enterrado no cemitério desta instituição.

Mais tarde, encontramos um novo Joaquim de Santa Anna, falecido em 1820:

“Em os seis dias do mez de Novembro de mil oito centos e vinte anos nesta freguesia de Santo Antão faleceu com todos os sacramentos dos enfermos Joaquim de Santa Anna casado que foi com Mariana Angelica sem testamento e foi sepultado na Igreja de S. Francisco: em fé de que fiz este termo que assigno: dia, e anno ut supra” (PE-ADEVR-PRQEV-VR05-003-0006_M0157).

No entanto, parece mais viável – não sendo esta hipótese definitiva - que a pessoa referida por José Augusto Alegria seja a retratada no registo datado também de 1818, do mês de Julho:

² PT/ASE/CSE/FSE/D/B/004/Mç001

“Aos vinte e oito do mes de Julho de mil oito centos e dezoito faleceu nesta Parrochial Igrej.^a de Santo Antam o P.e Joaquim Jozé de Santa Anna com todos os sacramentos, e foi emterrado na Igr.^a de Sam Mamede desta cidade filho de Joam Evangelisto e de Maria Tehodora. em fé do q fiz este termo q. assignei. Evora 29 de Julho de 1818” (PT-ADEV-PRQ-EVR05-003-0006_m0139).

O facto de parecer mais provável ser este o registo associado ao nome identificado por Alegria está ligado a que, dentro dos três registos, este é o único com referências à ligação à Igreja, quer através da abreviatura “R.^{do}” (Reverendo), colocada à margem do registo, quer através da abreviatura “P.e” (Padre) colocada antes do nome. Isto pode ainda estar ligado à explicação dada por Alegria (1973: 75), relativamente ao facto de tradicionalmente os cantores serem originários do clero e os instrumentistas não (pelo menos no século XVII) – e efectivamente este baixo é o único Joaquim de Santa Anna, de entre todos os registos encontrados, que tem a designação de padre. O P. Joaquim de Santa Anna vem a ser enterrado na Igreja de S. Mamede, cuja paróquia contava no início do século XVIII com quatro beneficiados (COSTA 1708: 422). Sobre esta paróquia, adianta-nos o P. Francisco da Fonseca (1728) que celebra as suas festas e procissões com “grande custo e magnificência”, bem como o facto de que tem prior, dois beneficiados simples, dois beneficiados ligados à Cura das Almas, um capelão e coro, providos pelo arcebispo – todos eles com obrigação de residência (FONSECA 1728: 219).

As próprias folhas de pagamento e demais registos do Arquivo da Sé de Évora retratam esta realidade e comprovam a existência de dois Santa Anna afectos à Sé de Évora. Se nas anteriormente referidas Folhas de Ponto dos Músicos encontramos Santa Anna - baixo, nos registos de despesas de 1828 encontramos Santa Anna - contralto e foleiro.

Aliás, no ano de 1871 existe um quarto registo de Joaquim Jozé de Santa Anna, falecido com os sacramentos espirituais à idade de oitenta e cinco anos, casado em segundas núpcias com Maria Joanna Augusta:

“Aos vinte e cinco dias do mes de Novembro do anno de mil oitocentos e setenta e um, ás quatro horas da tarde, na casa número trinta e tres da Rua das Fontes d’esta Freguesia de São Mamede da Archidiocese, Concelho e cidade d’Evora, faleceo, tendo recebido os sacramentos espirituais, um individuo do sexo masculino, por nome, Joaquim Jozé de Sant’Anna, de oitenta e cinco annos d’idade, forneiro <foleiro?>, natural da Provincia da Beira, segundo dizem, casado que era em segundas núpcias com Maria Joanna Augusta; ignorando-se á cerca do finado tudo mais por falta de esclarecimentos; o qual não fez testamento, não deixou filhos e foi sepultado no Cemitério Público d’esta cidade. Para contar lavrei em duplicado, este assento, que assigno. Dia ut retro. O Prior, Francisco Januário Rodrigues” (PT-ADEV-PRQ-EVR07-003-0019_M0028).

O que se afigura provável, tendo em conta a designação “Padre” (P.) efectuada por Alegria, é que o Joaquim de Santa Anna com quem se realizou contrato de baixo em 1791 seja o Joaquim de Santa Anna, reverendo, falecido em 1818 – e que o foleiro e contralto referido nas folhas de pagamento mais

tardias possa ser o Joaquim Jozé de Santa Anna falecido, aos 85 anos de idade, em 1871 – no entanto, já em 1815 existe a referência um Joaquim de Santa Anna, segundo foleiro da sé, com ordenado de 20 mil réis. Presume-se, pela falta da referência a Padre, que seja o segundo Joaquim de Santa Anna, falecido em 1871.

O que é certo é que os registos encontrados na Sé não podem referir-se à mesma pessoa: este último Joaquim de Santa Anna à data de celebração do contrato referido por Alegria teria apenas cinco anos de idade.

Outro dos nomes ligados à Sé de Évora ao qual os documentos do Arquivo Distrital aportam uma importante contribuição é o de Ferreira de Lima. Segundo Alegria (1973a: 115), Lima entra ao serviço da capela em 1816 após ter sido monge jerónimo em Belém (sendo então conhecido como Frei Ignácio António de S. Jerónimo), constituindo assim um revés na tradição eborense de utilizar ao seu serviço músicos oriundos da própria instituição.

Alegria diz-nos que este compositor esteve preso e que foi Mestre de Capela da Praça de Campo Maior, local onde esteve entre Lisboa e Évora. As partituras de Lima presentes no Arquivo da Sé de Évora relatam-nos precisamente esta situação, visto conterem nos seus frontispícios indicações relativamente ao local onde Lima se encontrava aquando da sua composição – o que se torna também importante para poder estabelecer uma cronologia da vida do compositor, já que não foi encontrado, até agora, qualquer referência a data ou local de nascimento.

É nos Registos de Óbito da paróquia de Santo Antão que conseguimos aceder à entrada relativa a Lima, que confirma os dados adiantados por Alegria:

“Aos sinco dias do mez de Dezembro de mil oitocentos e dezoito annos nesta freguesia de Santo Antam faleceu com todos os Sacramentos, e mais socorros o Reverendo Ignácio António Ferreira de Lima, Mestre da Capela da Sancta Sé e foi Sepultado na Igrêja de Santa Marta filial desta Paroquia em fé do que fiz este termo que assignei dias mez e anno ut supra” (PT-ADEVR-PRQ-EVR05-003-0006_M0142).

Apesar de parecer uma informação irrelevante, visto que ao contrário do caso previamente exposto, de Joaquim de Santa Anna, a data de morte de Ferreira de Lima era já conhecida (Alegria refere o dia 5 de Dezembro de “(...) 1818), a informação realmente importante (...)” aqui está ligada ao seu local de enterro, a Igreja de Santa Marta, pertencente à anteriormente referida paróquia de Santo Antão.

De acordo com o que o P. Fonseca nos refere, existe um vigário e seis beneficiados em S. Antão no ano de 1380 que deveriam acudir ao coro para uma celebração mais solene nos divinos mistérios; Fonseca relata ainda a instituição em 1565 de um reitor (que substitui o vigário) e três curas beneficiados, instituídos pelo Arcebispo D. João de Mello (Fonseca 1728: 219).

O P. António da Costa, autor da Corografia Portuguesa de 1708, refere que esta paróquia contava na sua Igreja Matriz, S. Antão, no início do século XVIII com 10 beneficiados e um reitor. Quanto aos beneficiados, há a referir que o benefício eclesiástico era a renda concedida a pessoa re-

gular, que tinha a obrigação de rezar o ofício divino ou de exercer algum outro ministério espiritual (VIEIRA, 1871: 756). Pertencentes a esta paróquia, encontramos diversas instituições religiosas: o Convento de São Francisco junto ao antigo Palácio Real; o Convento de S. Domingos; o Convento de N. Senhora das Mercês, da ordem dos Agostinhos Descalços; o Colégio dos Frades Paulistas; o Convento de Santa Helena do Monte Calvário (freiras capuchas da primeira regra de Santa Clara); o Mosteiro de Santa Clara, fundado em 1458; o Convento de N. Senhora dos Remédios, de Carmelitas Descalças; e, finalmente, o Mosteiro de Santa Catarina de Sena, de freiras dominicanas, originalmente da Ordem Terceira. Esta situação é já referida e documentada por Luís Fontes (2015: 70). Segundo este autor, o mosteiro de Santa Catarina de Sena é referido como “da hordem de são domjnguos da terçeyra Regra” em datas tão antigas quanto 1511, altura em que era liderada por Catarina de Melo (prioresa), que lá coabitava com mais sete mulheres.

O convento de Santa Catarina está ligado à Igreja de Santa Marta (edificada no século XVI), que no início do século XVIII era uma ermida da paróquia de S. Mamede (COSTA 1708: 422). Este convento teve a sua origem nas Beatas da Pobre Vida, no ano de 1400. De acordo com Fontes (2017: 204), há referências ao “oratório de Guiomar da Silveira” e às “pobres de Maria da Fonseca” que fazem pensar que o Mosteiro de Santa Catarina de Sena poderá ter agrupado grupos distintos de pessoas; ainda segundo este autor (2015: 69), a casa das pobres mulheres da Rua do Cervato pode corresponder precisamente ao núcleo que mais tarde se intitulou Catarina de Sena, e as pobres de Maria da Fonseca estariam associadas a Santa Marta. Foi no ano de 1547 que estas freiras passam para o novo local: “feita a nova casa, se passaraõ para ella no de 1547, a qual dedicarão a S. Catherina de Sena, pela devoção, que lhe tinham do tempo que foram Terceiras (...)” (COSTA 1708: 422). Este novo local foi fundado no sítio da antiga Ermida de Santa Catarina, doada pelo Conde do Vimioso, e esta mudança de local foi efectuada, de acordo com as Memórias Paroquiais de Santo Antão, com uma procissão solene, tendo sido padroeiro D. Afonso, filho do referido conde.

Ligada à Igreja de Santa Marta, que, crê-se, não terá tido uma figura patronal própria (FONTES 2015: 59), está também a Irmandade das Almas do Clero de Évora (classificada por Costa como ermida), de clero secular, alojada neste templo a partir de 1660 e na qual “entrão só Sacerdotes” (COSTA 1708: 422).

É precisamente esta localização e estas instituições que estabelecem a ponte entre Ferreira de Lima e Miguel Anjo do Amaral, da mesma maneira que a paróquia de São Mamede estabelece a ponte entre Santa Anna e Amaral, compositor sobre o qual até agora nada se sabia a não ser as palavras de Alegria (1973a: 103), que no-lo apresentam como segundo contralto e compositor de variadíssimas obras que se encontram no Arquivo da Sé. As palavras de Alegria encontram eco no Catálogo das Obras daquele arquivo: nele, Amaral é um compositor proficuamente representado, estando especializado na música sacra – com cerca de quatro dezenas de obras – não sendo possível encontrar, da consulta ao Catálogo das Obras do Arquivo da Sé, qualquer ocorrência de Miguel Anjo do Amaral na música profana. As suas obras dividem-se por diversas categorias: Missas, Credos, *Te Deum*, Salmos, Hinos, Música Mariana ou ainda Música para a Semana Santa.

À semelhança do que acontece com outros compositores afectos à Sé, Amaral é responsável pela composição de música de carácter funcional; é frequente encontrarem-se várias versões de uma mesma obra, diferindo meramente o acompanhamento instrumental. É o caso do seu salmo *Laudate Pueri Dominum*, que José Augusto Alegria indica com três cotas diferentes (P-EVc Salmos 2, P-EVc Salmos 3, P-EVc Salmos 6), ou do(s) seu(s) *Te Deum*, apenas como alguns exemplos.

Na documentação do Arquivo da Sé de Évora, especificamente nos registos da Fábrica da Sé³, encontramos efectivamente referências a Amaral desde o ano de 1785: “Tem de ordenado Miguel Anjo de segundo contralto da Sé, sincoenta mil reis.” Estes cinquenta mil reis seriam distribuídos pelos quatro quartéis do ano (cada quartel representava três meses), recebendo assim em cada quartel doze mil e quinhentos réis. Porém, no quartel de Setembro de 1785, é-nos indicado que Amaral recebeu apenas 12\$450 “porque perdeu 50 reis”. Situação semelhante acontece no primeiro quartel de 1786; esta diferença radica na aplicação de alguma penalidade por incumprimento no trabalho (como por exemplo faltar a algum serviço). Já nas Folhas de Ponto dos Músicos encontramos também referência a Amaral, *altus*, no ano de 1800, a par dos nomes de Jozé António Coutinho, Jozé Lourenço Rabbal (multado em cinquenta réis no quartel de Dezembro de 1800), Ignácio Jozé da Rocha (igualmente multado em cinquenta réis no mesmo período), Manoel Jozé dos Reis, Jozé António Coutinho, e Manoel Jozé Mouquinho.

Quer o testamento quer o registo de óbito de Miguel Anjo do Amaral contêm em si elementos importantes para situar geográfica e cronologicamente este compositor, bem como para se entender melhor quem foi.

Se através da datação presente em algumas das suas obras chegamos a um período provável de actividade, através do Arquivo Distrital chegamos a datas mais concretas.

O seu testamento foi realizado no dia 21 de Abril de 1807, e refere o seguinte: “Em nome da Santissima Trindade Pº Filho e Espirito Santo três pessoas destintas a hu só D^s verdadeiro, em quem creio e adoro. Eu Miguel Anjo de Amaral Sachristão da Igreja de S^{ta} Martha desta cid.^e de Evora por não saber a hora em que D^s N. Snr. sera servido levarme da presente vida faso este meu testamento p^a bem da minha Alma e descargo da minha consciência. Creio todos os Misterios da nossa S.^{ta} Fe Catholica Romana e portesto viver e morrer salvar a minha Alma. Quero se digao todas as Missas q se poderem dizer nesta Fre.^{za} de Corpo presente, e mais vinte, no Con^{to} de Noça S^a dos Remedios por alguns emcargos. Item quero me acompanhem todas as Freguesias, a comunidade de S. D.^{os} e Ordem Terceira da mesma. Meu corpo seja amortalhado no Manto de Terceiro. Quero q meu corpo seja sepultado em S.^{ta} Martha, ou em S. D.^{os}. Item nomeio e instituo por minha univerçal herdeira a Mariana Ignacia e peço pelo amor de D.^s seja minha testamenteira, e sento esta falecida ao tempo da minha morte nomeio do mesmo modo a M.^{el} da Cruz Quintanheiro da Q.^{ta} do Alcaide por meu univerçal herdeiro e testamenteiro, e por esta forma hei este meo Testamento por findo, e acabado o qual fiz e me acinei. Evora 21 de Abril de 1807. Miguel Anjo de Amaral. Declaro que as missas que asima digo ham de ser ditas na Fre.^{za} aonde

³ PT/ASE/CSE/FSE/D/C/001/Lv089

morrer, da esmola de duzentos reis, e as outra, dos encargos de cento e cincoenta cada hu^a. Declaro também q quero ser amortalhado meo Manto de Ter.^a de S D^o e quero q este meo Testamento, se cumpra como tenho determinado por ser esta a minha ultima Vontade, e peço a justiça de Sua Magestade o faça cumprir como determino e por ser verd.^e me assinei. Evora dia e mes e ano ut retro. Miguel Anjo” (PT-ADEV-06805_m0003).

Ainda antes de se avançar mais na unidade que contém o testamento de Amaral, estas suas palavras dão-nos já indicações bastante valiosas sobre si e sobre a sua situação.

Amaral aparece-nos então como sacristão de Santa Marta, igreja atrás referida com ligações ao convento dominicano de Santa Catarina de Sena. As ligações de Amaral à ordem dominicana tornam-se mais evidentes pela sua declaração de que quer que o acompanhem (aquando do enterro, presume-se) todas as freguesias e comunidade de São Domingos e da Ordem Terceira da mesma, ou seja, da Terceira Ordem de São Domingos; para além disso, pretende ser amortalhado no manto desta ordem, e pretende ser sepultado ou em Santa Marta ou em São Domingos— todos estes factores nos fazem concluir que Amaral seria irmão da Ordem Terceira Dominicana. As ordens terceiras eram ordens seculares, sendo constituída por leigos; hoje em dia, a Ordem Terceira Dominicana desembocou nas Fraternidades Leigas de São Domingos, das quais qualquer leigo pode fazer parte, comprometendo-se a seguir os requisitos da mesma. As ordens terceiras, não-clérigas, podem dividir-se entre seculares e regulares. A diferença radica na tomada – ou não – de votos públicos. Nas regulares, existe este professar de votos públicos e há uma vivência em comunidade, seguindo uma regra específica. As seculares não professam votos públicos e, embora vivam de acordo com os princípios da ordem que seguem, não vivem em comunidades religiosas. Tendo em conta que não há qualquer registo que no Terreiro do Senhor da Consolação (actual Largo 13 de Outubro) existisse qualquer comunidade religiosa de homens, ou qualquer registo de algum convento, poder-se-á presumir que Amaral fosse irmão secular da Ordem Terceira Dominicana. De acordo ainda com Fr. José de Santo António (1726: 44), a Ordem Terceira Dominicana (fundada em 1221) encontra a sua génese da Ordem da Milícia de Jesus Cristo, fundada em 1220. A pertença a uma ordem terceira trazia consigo uma protecção inerente, que cobria assistência e socorro na doença ou outros eventos (como viuvez), preparação de cortejos fúnebres, celebração de missas, ou ainda sepultura em chão sagrado (CAMPOS 2011: 2).

Quanto à Igreja de S. Domingos, a alternativa que Amaral apresenta como destino de enterro, fazia parte do Convento de São Domingos (fundado por Martim Annes, cavaleiro de Évora, e sua mulher, D. Catherina, no reinado de D. Dinis). Este casal legou todos os seus bens ao convento, apenas com a contrapartida de se rezar uma missa quotidiana pelas suas almas. No reinado de D. João III, o local do coro é aumentado em um terço do tamanho, para se tornar mais proporcional ao tamanho do corpo da Igreja; no início do século XVIII, pelas palavras de Costa (1708: 421), este convento tem em si mais de quarenta frades da ordem mendicante dominicana.

Outro elemento importante a reter do testamento de Amaral está ligado à referência feita ao Convento de Nossa Senhora dos Remédios (de carmelitas descalços, pertencente à freguesia de Santo

Antão), situado junto à muralha eborense e cujo edifício actual foi fundado no século XVII pelo Arcebispo D. José de Melo onde pretende que se digam vinte missas com um encargo de cento e cinquenta réis cada uma – encargo um pouco inferior aos duzentos réis pretendidos para as missas de corpo presente na freguesia de morte.

Barata (1874: 33) confirma isso, dizendo que Melo foi padroeiro deste convento, muito o beneficiando sobretudo na provisão de água. De acordo com Henriques (2018: 81), o Convento de Nossa Senhora dos Remédios esteve ligado, ao longo do tempo, a diversos acontecimentos musicais, como a mudança da comunidade de frades da Rua do Raimundo (onde estava originalmente radicada) para a Porta de Alconchel, ou a recepção pelo convento de relíquias de santos, como as cabeças de Santo Apolónio e de São Lúcio, trazidas de Roma. Estas ocasiões contaram com o cantar do hino *Te Deum laudamus*, hino este associado a eventos solenes de acção de graças.

Não se pode saber qual a ligação concreta que Amaral tem ao Convento de Nossa Senhora dos Remédios, nem por que razão Amaral terá ordenado que após a sua morte se rezassem lá vinte missas. O que é certo é que este convento tem ligações ao meio musical, e foi palco de acção de alguns dos nomes musicais associados a Évora: no século XVII terá vivido neste convento Frei Simão dos Anjos, e logo no início do século XVIII, em 1700, é lá enterrado o mestre de capela da Sé de Évora, e compositor, Diogo Dias Melgaz (HENRIQUES 2017: 358).

No decorrer dos papéis que fazem parte do testamento de Amaral, vamos encontrar mais dados que mostram de que forma há uma representação das instituições atrás referidas na vida deste compositor.

Assim, no rol das testemunhas encontramos mais um funcionário de Santa Marta, desta feita Jozé Alberto, que era nessa igreja sacristão menor. O papel do sacristão está ligado ao cargo eclesiástico laico que tem como responsabilidade cuidar e manter os edifícios das Igrejas a que estão afectos, com especial atenção à Sacristia. Presume-se, pela utilização dos termos “maior” relativamente a Amaral, e “menor” relativamente a Jozé Alberto, que este último tenha tido um papel de ajudante, ou de substituição por impedimento de Amaral.

A Irmandade dos Servos das Almas está representada no testamento de Amaral na figura da testemunha João de Deos, que juntamente com o barbeiro Flamino José e o oficial de barbeiro António José, moravam no Adro de S. Domingos. Tendo em conta a localização da sua morada, poder-se-á presumir que seria todos irmãos da Ordem Terceira de São Domingos, eventualmente regulares por partilharem a mesma morada.

Encontramos ainda referência a Jozé Dias, morador na rua do Mestre Reguengos (hoje já não existente) e a Jozé Joaquim, músico.

Não é possível saber quem seria este Jozé Joaquim. Na diversa documentação consultada até à data de realização deste trabalho, não foi possível encontrar nos registos quer da Sé quer do Arquivo Distrital nenhuma referência a um músico com este nome. Porém, tendo em conta que todo o testamento e ligações institucionais relacionados a Amaral são do âmbito da Ordem Terceira Dominicana, é possível que este Jozé Joaquim tenha também estado ligado a esta ordem.

O facto de na documentação da Sé não surgir um Jozé Joaquim, músico (pelo menos até à data deste trabalho), não significa que não apareçam na Sé diversos homens com este nome. Nos registos de despesa da Sé relativos ao ano de 1815-1816 (f.15), aparece-nos o nome de um Joze Joaquim <...> relativamente aos pagamentos efectuados pela Fábrica da Sé ao Real Collegio dos Nobres. O Colégio dos Nobres foi um estabelecimento científico para a educação dos jovens nobres, criado por carta de lei em Março de 1761, e poderia alojar até cem colegiais (com idade de admissão entre sete e treze anos e com a qualificação mínima de foro de moço fidalgo). Pela estrutura geral do tipo de documentos onde se encontra esta referência, que por norma são assinados pelo receptor do pagamento, assume-se que este Joze Joaquim tenha estado ligado a esta instituição, Collegio dos Nobres. De igual forma, aparece-nos associado à Sé um Reverendo Jozé Joaquim Marrelos (ou Marrecos), agente de causas da Fábrica da Sé, recebendo para tal 2\$00 réis distribuídos pelos diversos quartéis do ano. Encontramos também um segundo altareiro com este nome, também ele homem de clero; falamos de P. Joze Joaquim de Mira. Não se afigura provável que a testemunha de Amaral tenha sido quer o agente de causas quer o altareiro da Sé, visto para estes dois existir uma clara referência à sua posição dentro da Igreja (reverendo e padre). No entanto, relativamente ao nome que nos surge ligado ao Real Collegio dos Nobres, queda por estabelecer se o mesmo era músico e se é o músico presente como testemunha na elaboração do testamento de Miguel Anjo do Amaral.

Ainda através dos registos de pagamento da Sé para os anos de 1815-16, encontramos Miguel Anjo como procurador do aposentado Mestre da Capela, Francisco José Perdigão. No ano de 1815, Perdigão já estava aposentado, recebendo como ordenado cento e vinte mil réis (a receber em Setembro, Dezembro, Março e Junho). Desde 1812 que o Mestre de Capela era já Francisco Ignácio Moreira, rabequista e organista, e em 1816 (ano em que Ferreira de Lima assume o posto de mestre de capela e de solfa, estando por isso obrigado a ensinar os meninos do coro) encontra-se a Sé de Évora na posição de ter três nomes simultaneamente neste cargo: Perdigão e Moreira como mestres aposentados, Lima como mestre activo.

A sua morte ocorre apenas quase vinte anos mais tarde do que a realização do testamento:

“Aos sinco dias do mez de Julho de mil oitocentos e vinte e seis annos, nesta Parochia de São Mamede, em o terreiro do Senhor da Conçolação, faleceo com todos os sacramentos e testamento Miguel Anjo de Amaral, filho de Jozé Francisco da Fonceca, e de Thereza de Jezuz, e foi sepultado na Igreja de S. Domingos, e para constar fiz este termo que assignei. Évora, dia, mez e anno ut supra” (PT-ADEV-PRQEV-07-003-0005_m0079).

Este último registo traz também informação importante; se na abertura do termo judicial, efectuado perante Mariana Ignácia (servente há quarenta anos na casa de Amaral) já nos aparece a data de 5 de Julho, o registo de óbito confirma não apenas que foi precisamente neste dia que o músico eborense morreu como também nos informa que, das duas opções que Amaral indicou no seu testamento, o enterro acabou por ser feito na Igreja de São Domingos.

Das leituras efectuadas, uma conclusão parece destacar-se: parece certo que, imediatamente a se-

guir à paróquia da Sé, Santo Antão deteve um papel de importância na localização dos enterros dos músicos afectos à Sé: em Santa Marta foi enterrado Ferreira de Lima e em São Domingos foi enterrado Miguel Anjo do Amaral. A excepção parece estar contida no Pe. Joaquim de Santa Anna, enterrado em São Mamede.

É deste constante confronto entre fontes documentais que se torna possível ir entendendo e conhecendo melhor uma parte importante da história cultural da cidade de Évora, percebendo a implantação geográfica dos músicos afectos à Sé de Évora nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, contribuindo assim para uma melhor percepção da vida sonora, instituições e agentes eborenses.

Bibliografia:

ALEGRIA, José Augusto. História da Escola de Música da Sé de Évora. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973a.

ALEGRIA, José Augusto. Arquivo das Músicas da Sé de Évora Catálogo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973b.

ALEGRIA, José Augusto. Biblioteca Pública de Évora – Catálogo dos fundos musicais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

BARATA, António Francisco. Esboços chronologico-biographicos dos arcebispos da Egreja de Évora. Imprensa Litteraria, 1874.

DA FONSECA, Francisco. Evora gloriosa. Na Officina komarekiana, 1728.

FIALHO CONDE, Antónia. Cister a Sul do Tejo. O mosteiro de S. Bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobaça (1567-1776). Colibri, 2009.

FONTES, João Luís Inglês. Em torno de uma experiência religiosa feminina: as mulheres da pobre vida de Évora. Lusitania Sacra, 2015, 51-71.

FONTES, João Luís Inglês. Inventário dos fundos monástico-conventuais da biblioteca pública de Évora. Publicações do Cidehus, 2017.

Memórias Paroquiais 1758: Évora – Santo Antão [Em linha]. 2011 [Consult. 02.01.2019]. Disponível na Internet: <http://portugal1758.di.uevora.pt/index.php/lista-memorias/52-evora/1317-evora-santo-antao/>

HENRIQUES, Luís. A paisagem sonora de Évora no século XVII: Perspectivas a partir da actividade musical das instituições religiosas da cidade. In: Book of Proceedings II International Congress on Interdisciplinarity in Social and Human Sciences. Faro: Research Centre for Spatial and Organizational Dynamics, 2017. p. 355-359.

HENRIQUES, Luís. A atividade litúrgico-musical no convento de Nossa Senhora dos Remédios de Évora: o seu papel na paisagem sonora da cidade durante o século XVII. Herança-Revista de História, Património e Cultura, 2018, 1.1: 73-92.

LESSA, Elisa. Cantochão ou polifonia? Música e devoção nos mosteiros femininos portugueses no Período Moderno. 2017.

LESSA, Elisa. A música no quotidiano das monjas dos séculos XVII e XVIII-mosteiros de beneditinas e ursulinas em Portugal. Revista Portuguesa de Musicologia, 2014, 47-58.

MAZZA, José. Dicionário biográfico de músicos portugueses: prefácio e notas. Império, 1945.

OLIVEIRA, Filipe. O Património musical das catedrais—o órgão e o fundo musical da Sé de Évora. 2016.

PT-ADEV-PRQEV-EVR05-003-0005_M0137

PT-ADEVVR-PRQEVV-EVV05-003-0006_m0139

PE-ADEVVR-PRQEVV-EVV05-003-0006_M0157

PT-ADEVVR-PRQEVV-EVV07-003-0005_m0079

PT-ADEVVR-PRQEVV07-003-0019_M0028

PT/ASE/CSE/FSE/D/C/001/Lv089

SANTO ANTÓNIO, Padre Fr. de. Iman espiritual, atractivo dos coraçoes ao amor, veneraçã e sequito da Terceira Ordem Augustiniana. na Officina da Musica, 1726.

VASCONCELLOS, Joaquim de. Os Musicos Portuguezes: Biographia - Bibliographia (Vols. I, II). Porto: Imprensa Portugueza, 1870.

VIEIRA, Domingos. Grande dictionario portuguez: ou, Thesouro da lingua portugueza. E. Chadron e BH de Moraes, 1878.

VIEIRA, Ernesto - Dictionario Biographico de Músicos Portuguezes (Vols. I, II). Lisboa: Typographia Mattos Moreira & Pinheiro, 1900.

O ofício de Guadamecileiro

Francisca Mendes

Índice

O ofício de Guadamecileiro

Francisca Mendes*

Resumo: Este artigo tem como objetivo dar a conhecer uma profissão/ofício, muito antiga, designada de Guadamecileiro, encontrada numa escritura de procuração lavrada no Livro Nº 3 do Fundo Notarial de Évora, em 1544.

Palavras Chave: guadamecileiro, couro, arte, decoração.

Keywords: guadamecileiro, leather, art, decoration.

Abstract:

This article aims to let know a very old occupation, called of "Guadamecileiro", found in a charter of the Book number 3 of Fundo Notarial de Évora, in 1544.

Introdução

Através da Procuração de 3 de setembro de 1544, que passou João de Torres, homem da Câmara da Infanta D. Maria, irmã de D. João III, a Rodrigo Afonso, guadamecileiro de El Rei, no paço do tabelião das notas da cidade de Évora¹ juntamente com três testemunhas, pretende-se divulgar mais uma profissão/ofício antiga encontrada na documentação do Arquivo Distrital de Évora, dando continuidade à atividade realizada durante os três últimos anos (2016-2018), baseada na divulgação de 36 profissões antigas que foram sendo publicadas mensalmente.

A profissão de Guadamecileiro, muito antiga e pouco conhecida, desenvolve-se na aplicação da técnica decorativa utilizada para ornamentar o couro fino, que deu origem à arte “guadameci”, oriunda de África e que teve grande relevo em Portugal durante o século XVI, sendo de salientar este documento que a refere em Évora em 1544, o que mostra bem a importância da cidade nesta época. Desta forma, pretende-se com este pequeno artigo dar a conhecer esta profissão, nomeadamente a sua definição e funções, os materiais utilizados, a técnica de fabrico, os objetos produzidos e alguma documentação onde é referida.

* Técnica Superior no Arquivo Distrital de Évora.

¹ Arquivo Distrital de Évora, Fundo Notarial de Évora, Livro Nº 3, f. 20-21v, de 1544.

O ofício de Guadamecileiro

O significado deste ofício está descrito no Grande Dicionário da Língua Portuguesa de António de Moraes Silva, com a seguinte designação: “Guadamecileiro, s. m. (de guadameci!). Fabricante de guadamecis. || Aquele que guardava os “guadamecis” da casa real”². Nesta definição estão patentes duas valências: por um lado, menciona o artista que ocupava o seu quotidiano na ornamentação de vários objetos em couro utilizados para decoração no interior das casas; e, por outro lado, realça também a função do guardador destes objetos, certamente raros e valiosos, que existiam nas grandes casas senhoriais e aposentos reais, como é o exemplo mencionado na escritura de procuração feita a Rodrigo Afonso, gaudamecileiro de El Rei, em meados do século XVI (fig.1).

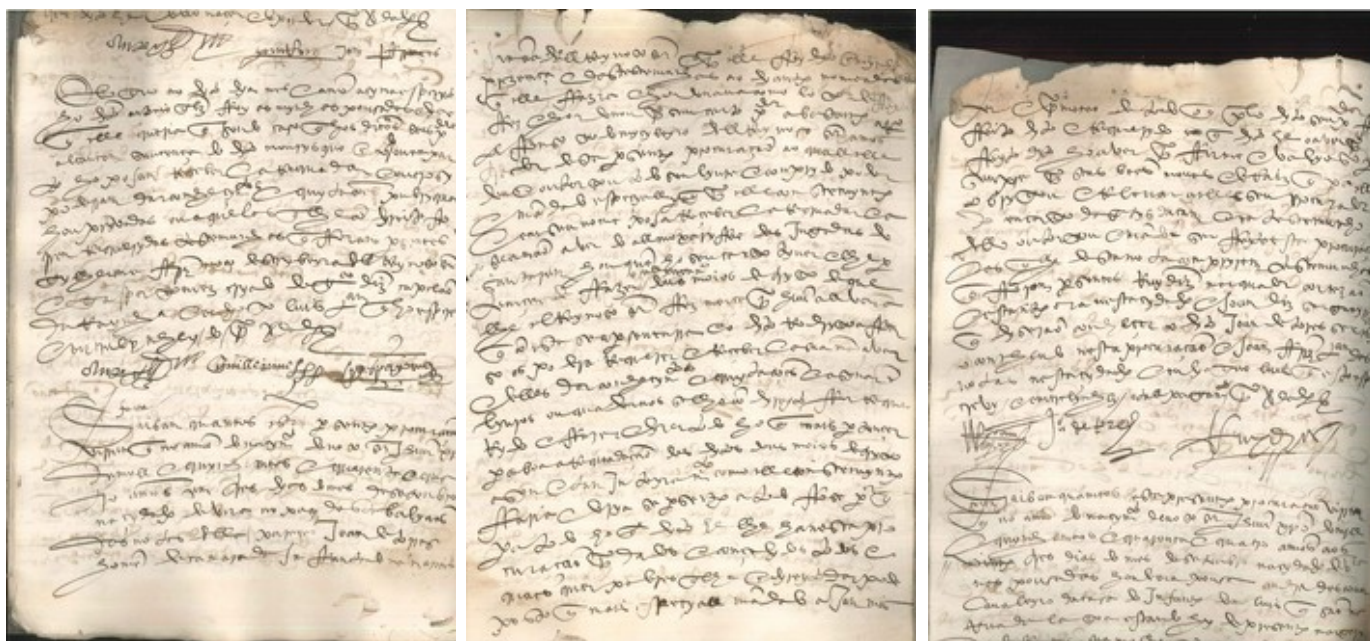


Fig.1 - Escritura de procuração feita a Rodrigo Afonso, gaudamecileiro de El Rei, em 3 de setembro de 1544, na cidade de Évora.

O ofício de guadamecileiro foi regulamentado por D. João III em 1539 e o regimento data de 1572. Este regimento especifica as regras, que o oficial teria de cumprir para se tornar mestre, realizadas em exame na casa do juiz, como são exemplo: «executar um “pano” com trinta e duas “peças/rectângulos” e depois montá-lo para que se possa armar e ver a perfeição da obra final³; as cores eram moídas na altura, sendo as mais usuais o “cramisim, verde, pardo, azul, e branco”; tal pintura era realizada num brocado “sem padrão [padrão]”, que servia de cópia para outros, incluso as sanefas; fabricar dois coxins a obter a partir

² Silva, António de Moraes, Grande Dicionário da Língua Portuguesa, Vol. V, Editorial Confluência, Lisboa, 1948-1959.

³ Franklin Pereira, “O comércio de “couro dourado”/guadameci entre Córdova e Lisboa: um contrato de venda de 1525”, in *Medievalista* [Em linha]. Nº13, (Janeiro - Junho 2013). Dir. José Mattoso. Lisboa: IEM. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/ISSN: 1646-740X> (consultado em 26 de março de 2019).

de “quatro peças vermelhas”; fabricar “sete peças douradas e acabadas por sua mão”, estas eram cortadas em terços, a serem texturados. Os coxins tinham as usuais borlas nos cantos (as “enxarrafas”) do tamanho que lhas pedissem. A qualidade da execução permitia ao oficial obter o exame»⁴.

Para além destas regras, que o oficial era obrigado a cumprir, o regimento proibia os mestres de utilizarem estanho em vez de prata e proibia também a venda de “guadamecis” para fora do reino. Obrigava ainda os mestres sapateiros a usar peças brancas ou douradas no caso do fabrico de sapatos de luxo⁵.

O ofício de guadamecileiro foi praticado em Lisboa, Coimbra, Évora e Vila Viçosa⁶, principais localidades por onde deambulava a Corte dos séculos XVI e XVII, como comprovam os registos encontrados em vários documentos desta época.

Ao longo do século XVI foram encontrados, para além da procuração referida no Arquivo Distrital de Évora, registos em documentação da Torre do Tombo, como são exemplo um mandado da Rainha D. Catarina de 1555 “para os Contadores de sua fazenda levarem em conta a Afonso de Zunica, seu tesoureiro, 6.600 réis que despendeu na compra dos guadamecis e outros”⁷. No final do século XVI existem duas referências a guadamecis: uma é descrita na declaração de Rui Pedro de Távora que “recebera do rei 2 casas no paço, para que fossem levadas em conta a António Pinheiro, tesoureiro da Tapeçaria, conhecimento do mesmo Senhor em como recebera do dito tesoureiro 29 peças de guadamecis”⁸; a outra é descrita numa carta de Bernardino de Távora ao secretário de estado “pedindo-lhe que mandasse passar uma ordem para os oficiais levarem em conta ao tesoureiro os guadamecis que couberam a seu pai na divisão que deles se fez entre ele, Cristóvão Soares e Catarina”⁹. No século XVII foi encontrada uma mercê de D. Pedro II a conceder Alvará de ofício de Guadamecileiro a Manuel Galvão, que para além da função de decorar o couro e de guardar os guadamecis, tinha também a função de manutenção e limpeza, uma vez que ficava “obrigado a remendar, coser e limpar todos os guadamecins, almofadas e coisas do serviço de Sua Alteza”¹⁰.

⁴ Franklin Pereira, “Couros Artísticos nos Interiores abastados de Arraiolos e Montemor-o-Novo, no séc. XVII”, in *Almanson Revista de Cultura* n.º 1 | 2ª série 2002, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2002, p. 150.

⁵ Id. *Ibidem*, p. 151.

⁶ Id. *Ibidem*, p. 151.

⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Mandado da Rainha D. Catarina para os Contadores de sua fazenda levarem em conta a Afonso de Zunica, seu tesoureiro, 6.600 réis que despendeu na compra dos Guadamecis e outros*. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3779913>>. Consultado em: 22 de março de 2019.

⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Declaração de Rui Pedro de Távora em como recebera do rei 2 casas n paço, para que fossem levadas em conta a António Pinheiro, tesoureiro da Tapeçaria, conhecimento do mesmo Senhor em como recebera do dito tessoureiro 29 peças de guadamecis* e outro documento. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7489681>>. Consultado em: 22 de março de 2019.

⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Carta de Bernardino de Távora ao secretário de estado pedindo-lhe que mandasse passar uma ordem para os oficiais levarem em conta ao tesoureiro os guadamecis que couberam a seu pai na divisão que deles se fez entre ele, Cristóvão Soares e Catarina*. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=5898163>>. Consultado em: 22 de março de 2019.

¹⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Alvará de ofício de guadamecileiro com 500 réis de moradia por mês pagos aos quartei no Tesouro das moradias concedido a Manuel Galvão*. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4660970>>. Consultado em: 22 de março de 2019.

Para além das referências documentais, há também a salientar vários estudos, sobre “guadamecis”, como são exemplo um deles realizado no Alentejo, publicado por Franklin Pereira¹¹, intitulado “Couros Artísticos nos Interiores abastados de Arraiolos e Montemor-o-Novo, no séc. XVII”¹², realizado com base nos “inventários de casas ricas de Arraiolos e Montemor-o-Novo, redigidos entre 1609 e 1688”¹³. Este estudo retrata bem o tipo de objetos decorativos usados na época como: “tapeçarias e couros trabalhados nas paredes, enxergões e tapetes de estrado”¹⁴. Estes objetos substituíram as antigas almadragues (almofadas usadas em assentos ou para encostar a cabeça), as tarimbas e os panejamentos¹⁵. É ainda de salientar outro estudo, realizado por este Autor, intitulado “O couro lavrado de estética mudéjar na Casa-Museu e Fundação Guerra Junqueiro - memórias do al-Andalus em terras portuguesas”, que realça, entre outros objetos, 3 cadeiras completas que “pertencem ao núcleo mais antigo do panorama da gravura em Portugal; são da época de transição entre as modas mudéjares e o Renascimento, com o uso mais frequente da cadeira”¹⁶, como se pode verificar na Peça Nº 1, representada nas figuras Nº 2, 3 e 4.



Fig. 2 – Peça Nº 1 - Cadeira GMGI¹⁷



Fig. 3 – Peça Nº 1 - Espaldar de cadeira GMGI¹⁸



Fig. 4 – Peça Nº 1 - Assento de cadeira GMGI¹⁹

¹¹ Investigador de arte do ARTIS – Instituto de História da Arte da Universidade de Lisboa.

¹² Id. *Ibidem*, pp. 145-167.

¹³ Id. *Ibidem*, p. 145.

¹⁴ Id. *Ibidem*, p. 145.

¹⁵ Id. *Ibidem*, p. 145.

¹⁶ Franklin Pereira, “O couro lavrado de estética mudéjar na Casa-Museu e Fundação Guerra Junqueiro - memórias do al-Andalus em terras portuguesas”, *Med on* [online]. 2017, n. 22, pp. 1-40. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-740X2017000200005&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1646-740X. Consultado em: 03 de junho de 2019.

¹⁷ Id. *Ibidem*

¹⁸ Id. *Ibidem*

¹⁹ Id. *Ibidem*

Materiais utilizados para fabrico do “Guadameci”

O material de base utilizado para aplicação da técnica “guadameci” era o couro de carneiro, designado por “badana” de curtume “vegetal”, “curtida com substâncias vegetais, como o sumagre e casca de árvores ricas em tanino”²⁰.

Utilizava-se tapa poros para alisar a pele, que servia também para fixar a folha de prata. Para aplicar a cor dourada não se utilizava folha de ouro, aplicava-se verniz dourado sobre a folha de prata. Este verniz obtinha-se através da cozedura de ingredientes vegetais (como pó de aloé-vera, resina de pinheiro e óleo de linhaça)²¹. Este procedimento estava estipulado no regimento de 1572.

Para gravar o couro usavam-se moldes de madeira/carimbos com motivos decorativos e para a pintura utilizavam-se tintas a óleo.

A técnica de fabrico do “guadameci”

A arte de decorar o couro fino foi designada por António de Moraes Silva: “Guadamecim, Guadameci ou Guadamecil, s. m. (do ár. Guadamesi). Antiga tapeçaria de couro pintado e dourado: Estava todo o pátio enramado, as classes bem armadas com guadamecins, painéis e várias sedas”²².

A técnica da arte “guadameci” provém, segundo Franklin Pereira, de várias hipóteses: de origem islâmica, de “wad’ al-masir”, que significa aquele que é rameado e colorido”²³; de origem árabe hispano, “gueld masir”, couro rameado, ou poderá ainda provir do topónimo Ghâdamès, cidade africana da Líbia. No entanto, esta hipótese é designada pelo autor de simplória e menos provável, afirmando que se vivia numa “época de conquistas e trocas culturais, e onde só sobreviveu um chapim (sapato de sola elevada de cortiça) em guadameci, usado por uma menina muçulmana de Granada, nos finais do séc. XV”²⁴.

A aplicação da técnica desenvolve-se, numa primeira fase, através do tratamento do couro, que começa por ser cortado em retângulo, no sentido do comprimento da pele, segundo o padrão estabelecido no Regimento de Lisboa de 1572²⁵, que proibia e punia quem cortasse peles “pela marca de Castella”, pois o tamanho oficial português era o “padrão que para isso se fez cõ a marca da cidade”, sob pena de multa e cadeia”²⁶. Após a realização do corte, procedia-se à lavagem do couro “para retirar o produto da curtimenta”²⁷.

²⁰ Franklin Pereira, “O comércio de “couro dourado”/guadameci entre Córdoba e Lisboa: um contrato de venda de 1525”, in *Medievalista* [Em linha]. Nº13, (Janeiro - Junho 2013). Dir. José Mattoso. Lisboa: IEM. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/ISSN: 1646-740X> (consultado em 26 de março de 2019).

²¹ Id. *Ibidem*

²² Silva, António de Moraes, “Grande Dicionário da Língua Portuguesa”, Vol. V, Editorial Confluência, Lisboa, 1948-1959.

²³ Franklin Pereira, “Couros Artísticos nos Interiores abastados de Arraiolos e Montemor-o-Novo, no séc. XVII”, in *Almanson Revista de Cultura* nº 1 | 2ª série 2002, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2002, pag. 148.

²⁴ Id. *Ibidem*, pag. 148.

²⁵ Franklin Pereira, “O comércio de “couro dourado”/guadameci entre Córdoba e Lisboa: um contrato de venda de 1525”, in *Medievalista* [Em linha]. Nº13, (Janeiro - Junho 2013). Dir. José Mattoso. Lisboa: IEM. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/ISSN: 1646-740X> (consultado em 26 de março de 2019).

²⁶ Franklin Pereira, “Couros Artísticos nos Interiores abastados de Arraiolos e Montemor-o-Novo, no séc. XVII”, in *Almanson Revista de Cultura* nº 1 | 2ª série 2002, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2002, pag. 151.

²⁷ Id. *Ibidem*, pag. 149.

Numa segunda fase e depois da secagem do couro, aplicava-se o tapa poros (como a goma-laca) que, para além de alisar a pele tapando os poros, servia também para fixar a folha de prata sobre a sua superfície. Após este procedimento o couro poderia demorar alguns dias a secar.

Numa das últimas fases o couro era gravado, através de moldes/carimbos de madeira com desenhos florais que eram pintados com óleos transparentes. Depois de “carimbado e pintado o guadamecileiro utilizava as punções típicas da arte”²⁸, marcadas através do peso do martelo preenchendo os fundos com motivos circulares, frutos ou folhagens.

Para além do fabrico de “guadamecis” em Portugal, também se recorria à importação vinda de Córdoba, como refere Franklim Pereira, mencionando que uma das maiores encomendas se realizou em 31 de dezembro de 1525. Esta foi recebida por Rodrigo Afonso, guadamecileiro de El Rei, e incluía: «nove “paños” grandes com 32 peças cada um “de oro y plata y colorado”, 13 “paños” pequenos com sanefas, seis frontais (presume-se que de altar) com sanefas e “piezas de brocado”, e 26 coxins “colorados y de brocado” com sanefas de ouro e prata»²⁹.

Conclusão

O ofício de guadamecileiro é um dos mais antigos que temos encontrado na documentação do Arquivo Distrital de Évora. E, embora a documentação remonte a 1544, esta atividade é bastante mais antiga, criada no Al-Andalus e desenvolvida durante a Idade Média. O mestre de guadamecis era considerado um artista de grande valor e, como vivia junto da Corte, era considerado um aristocrata.

A atividade do Guadamecileiro foi regulamentada pelo regimento de 1572 e desenvolvia-se na aplicação da técnica decorativa designada de “guadameci” aplicada sobre o couro de carneiro, designado de “badana”, que depois de tratado (cortado, lavado, esticado e seco) era coberto com folha de prata ou dourado e posteriormente decorado com motivos florais, devocionais ou de heráldica.

Os “guadamecis” caracterizavam-se por objetos decorativos e luxuosos bastante caros, que estavam na moda e que, para além de proporcionarem conforto, enalteciam a ostentação de quem os possuía, pois eram usados apenas na casa real e pelas classes mais abastadas da sociedade. Entre as peças fabricadas podem-se destacar: os coxins; as cobertas de parede; os frontais de altar; e os tapetes, onde as mulheres se sentavam “à mourisca”, pois as cadeiras, normalmente estofadas em couro, eram raras e destinavam-se ao senhor da casa.

A arte “guadameci” foi praticada desde a Idade Média até ao século XVIII, quando foi extinto o ofício de guadamecileiro. Vários fatores contribuíram para este declínio, sendo um dos principais o desenvolvimento da indústria de tecidos, produzidos em grandes quantidades e com mais variedade de

²⁸ Id. *Ibidem*, pag. 149.

²⁹ Id. *Ibidem*, pag. 151.

desenhos e cores, que substituíram o couro que foi decaindo em qualidade e a quantidade também era menor em relação ao tecido. É de salientar ainda que o desenvolvimento do fabrico destes tecidos introduziu novas modas na sociedade, o que originou a produção de novos objetos que passaram a fazer parte da vida quotidiana, como o papel de parede, as almofadas e as cadeiras que substituíram os luxuosos objetos de couro, nomeadamente as tapeçarias de parede, os coxins e os tapetes de estrado.

Fontes:

Arquivo Distrital de Évora, Fundo Notarial de Évora, Livro Nº 3, f. 20-21v, de 1544.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Alvará de ofício de guadamecileiro com 500 réis de moradia por mês pagos aos quartei no Tesouro das moradias concedido a Manuel Galvão*. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4660970>>.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Carta de Bernardino de Távora ao secretário de estado pedindo-lhe que mandasse passar uma ordem para os oficiais levarem em conta ao tesoureiro os guadamecis que couberam a seu pai na divisão que deles se fez entre ele, Cristóvão Soares e Catarina*. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=5898163>>

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Declaração de Rui Pedro de Távora em como recebera do rei 2 casas n paço, para que fossem levadas em conta a António Pinheiro, tesoureiro da Tapeçaria, conhecimento do mesmo Senhor em como recebera do dito tessoureiro 29 peças de guadamecis e outro documento*. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7489681>>.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Mandado da Rainha D. Catarina para os Contadores de sua fazenda levarem em conta a Afonso de Zunica, seu tesoureiro, 6.600 réis que despendeu na compra dos Guadamecis e outros*. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3779913>>.

Bibliografia:

PEREIRA, Franklin, “Couros Artísticos nos Interiores abastados de Arraiolos e Montemor-o-Novo, no séc. XVII”, in *Almansor – Revista de Cultura* nº 1 | 2ª série 2002, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2002.

PEREIRA, Franklin, “O comércio de “couro dourado”/guadameci entre Córdova e Lisboa: um contrato de venda de 1525”, in *Medievalista* [Em linha]. Nº13, (Janeiro - Junho 2013). Dir. José Mattoso. Lisboa: IEM. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/ISSN:1646-740X>

PEREIRA, Franklin, “O couro lavrado de estética mudéjar na Casa-Museu e Fundação Guerra Junqueiro - memórias do al-Andalus em terras portuguesas”, *Med on* [online]. 2017, n.22, pp.1-40. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-740X2017000200005&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1646-740X.

SILVA, António de Moraes, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Vol. V, Editorial Confluência, Lisboa, 1948-1959.

**Câmara Eclesiástica de Évora:
Os róis de confessados**

Paulina Araújo

Câmara Eclesiástica de Évora: Os róis de confessados

Paulina Araújo

Técnica Superior
paulina.araujo@adevr.dglab.gov.pt

Com este artigo pretendemos divulgar os livros de róis de confessados existentes no fundo documental da Câmara Eclesiástica de Évora à guarda do Arquivo Distrital de Évora. Para o efeito foram selecionados os livros dos róis de confessados da extinta paróquia de São Pedro de Évora no período de 1874 e 1875. Foi também analisado o registo dos livros de róis de confessados que deram entrada na Câmara Eclesiástica de Évora no anos de 1804 a 1825. Deste último foram objeto de análise as paróquias de Évora (Sé, Santiago, São Pedro, São Mamede e Santo Antão), as paróquias de Viana do Alentejo (Nossa Senhora da Anunciação ou matriz de Viana e São Salvador das Alcáçovas) e as paróquias de Terena (São Pedro ou matriz de Terena, Santiago Maior e Santo António de Capelins).

1 – Paróquias

Paróquia de São Pedro de Évora

São Pedro é uma extinta freguesia urbana do concelho de Évora. Na verdade, tratava-se da segunda mais antiga da cidade. Pertencia à antiga comenda dos Templários e, pela abolição desta ordem militar, foi transformada em freguesia urbana sob beneplácito real de D. Dinis e do Bispo D. Geraldo Domingos, como priorado de seis benefícios dependentes da metrópole, pois as suas rendas e proventos eram avultados (ESPANCA, 1966).

Por Portaria de 20 de novembro de 1839 foram reduzidas as cinco paróquias existentes em Évora (Sé, Santiago, São Pedro, São Mamede e Santo Antão) para quatro. Nesta ocasião foi suprimida a paróquia de São Pedro e integrada na Igreja do convento de São Francisco. O convento de São Francisco foi um dos poucos edifícios que ficou excluído da venda dos bens nacionais aquando da extinção dos conventos, mosteiros e casas religiosas do sexo masculino por Decreto de 30 de maio de 1834.

Em 29 de novembro de 1840 realizou-se a trasladação da Paróquia de São Pedro para a igreja do antigo Convento de São Francisco. Nesta transferência estiveram presentes todas as autoridades eclesásticas, civis, militares, colegiadas e irmandades, clero, nobreza e povo. Foi realizada uma procissão com o Santíssimo Sacramento pelas ruas da cidade até à Igreja do convento de São Francisco, onde foi celebrada uma missa realizada pelo Deão José Joaquim de Moura. No dia 12 de dezembro de 1840 tomou posse do Priorado de São Pedro o reverendo António Joaquim Lobo Mexia Corte Real¹.

¹ ARAÚJO, Paulina Margarida Rodrigues. Câmara Eclesiástica de Évora: Catálogo-Inventário. Tese de Mestrado em Ciências da Informação e Documentação – Arquivologia. Universidade de Évora. Évora.2013. p. 366-367.

Paróquia da Sé de Évora

A Sé é uma extinta freguesia urbana do concelho de Évora. Trata-se da mais antiga freguesia do concelho, cuja fundação remonta à edificação da própria catedral.

A freguesia compreendia o núcleo urbano intramuros e todo o espaço extramuros da cidade.

Paróquia do Santo Antão

A igreja foi construída no espaço da ermida de Santo Antoninho e do hospital-albergaria do Corpo de Deus das ordens dos Templários².

Paróquia do São Mamede

Paróquia urbana da cidade de Évora. A sua existência remonta a 1302 e sofreu uma completa transformação arquitetónica nos meados do século XVI³.

Paróquia do São Tiago de Évora

Foi instituída logo após a restauração da diocese e, simultaneamente à Sé e a São Pedro, teve o privilégio de ser incorporada no padroado real⁴. A freguesia foi extinta em 1840 e o seu território foi integrado a São Antão.

Paróquia de Nossa Senhora da Anunciação, matriz de Viana do Alentejo

A igreja Matriz da vila foi fundada por D. Dinis, sendo reconstruída no séc. XVI. Viana foi sede de concelho até 12 de Julho de 1895, altura em que foi anexada ao de Évora. A 13 de Janeiro de 1898 viu ser restaurada a sua qualidade de concelho.

Paróquia de São Salvador de Alcáçovas, Viana do Alentejo

A paróquia de São Salvador de Alcáçovas foi fundada em 1308 pelo bispo de Évora D. Fernando II (ESPANCA, Túlio, 1975). Alcáçovas foi sede de concelho até 1836, ano em que foi integrada no de Viana do Alentejo.

Paróquia de São Pedro, matriz de Terena

A freguesia de São Pedro também aparece denominada por São Pedro de Terena, localizada no Concelho do Alandroal. As origens da Vila de Terena são muito antigas, supondo-se que ascendam à época romana ou cartaginesa. O seu primeiro foral foi concedido no século XIII (fevereiro de 1262) pelo

² ESPANCA, Túlio. Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora. I Vol.. Academia Nacional de Belas-Artes. Lisboa. 1966. p. 207.

³ ESPANCA, Túlio. Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora. I Vol.. Academia Nacional de Belas-Artes. Lisboa. 1966. p. 267.

⁴ ESPANCA, Túlio. Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora. I Vol.. Academia Nacional de Belas-Artes. Lisboa. 1966. p. 225.

cavaleiro D. Gil Martins e sua mulher D. Maria João, que se empenharam em povoá-la. No século XVI, em 10 de Outubro de 1514, o rei D. Manuel I concedeu-lhe Foral da Leitura Nova. A freguesia inclui as localidades de Terena e de Hortinhas.

Paróquia de Santiago, Terena

A freguesia de Santiago Maior, até meados do séc. XIX, denominava-se freguesia de Santiago, termo de Terena. Posteriormente, nos registos paroquiais, surge como Santiago Maior de Terena, pertencendo ao concelho do Alandroal.

Paróquia de Santo António de Capelins, Terena

Até meados do século XIX era designada por Santo António, termo da Vila de Terena. Posteriormente, aparece nos registos paroquiais como Santo António de Capelins, sendo atualmente denominada Capelins. Pertencem a esta paróquia as localidades de Ferreira de Capelins e Monte Juntos.

2 - Róis de confessados

São várias as fontes documentais utilizadas pelos investigadores a fim de analisarem a população portuguesa. Os censos⁵ são a forma mais comum de conhecer o número de habitantes de um determinado território. O primeiro censo foi realizado em Portugal em 1864. Antes deste os instrumentos utilizados para esse efeito eram os numeramentos. Todavia, e embora não fossem produzidos com esse objetivo, os registos paroquiais (livros de batismo, casamento e óbito) e os róis de confessados fornecem dados abundantes sobre a evolução da população. É sobre os róis de confessados que este trabalho se centra.

Os livros de róis de confessados eram livros nos quais o pároco estava obrigado a arrolar os seus paroquianos no período da Quaresma. Serviam essencialmente para verificar se estes cumpriam os deveres religiosos e a administração dos sacramentos (confissão e a comunhão). Permitia ainda saber quantos fiéis existiam nas paróquias.

De acordo com as Constituições do Arcebispado de Évora de 1565⁶ era obrigatório que todo o católico se confessasse e comungasse pelo menos uma vez no ano, durante a Quaresma, ficando sujeito a penas de excomunhão quando não cumprisse esse dever. Nestes livros, e ainda de acordo com as constituições, os párocos eram obrigados a registar todos os membros das suas paróquias com idade de confessar e comungar. Porém, as crianças a partir dos 7 anos eram obrigadas a confessar-se e, a partir dos 14 anos, a comungar.

⁵ Censos. [em linha] [consultado em 16 de outubro de 2018] Na Internet: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_hist_pt&xpid=CENSOS21&xlang=pt

⁶ Constituições do arcebispado de Évora novamente feitas por mandado do Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor dom João de Melo, arcebispo do dito arcebispado. Évora: em casa de André de Burgos, 1565, p. 3. [em linha] [consultado em 02 de maio de 2018] na internet: http://purl.pt/13348/7/res-2787-v_PDF/res-2787-v_PDF_24-C-R0150/res-2787-v_0000_capa-cap_t24-C-R0150.pdf

Para além da Quaresma, os reitores, curas e capelães aconselhavam os seus paroquianos a fazerem o mesmo pela Festa do Espírito Santo, que se celebra 50 dias depois da Páscoa, e pela Nossa Senhora de Agosto⁷ que se realiza a 15 de agosto em honra da Assunção de Nossa Senhora.

Estes livros são fontes documentais relevantes para estudos demográficos, económicos e sociais, uma vez que estes registos fornecem dados como o nome das pessoas, o nome das ruas, o número de polícia de cada habitação, o número de fogos, o número de pessoas que habitavam na paróquia, as suas idades, onde residiam, as suas nacionalidades e ainda em alguns casos o registo das profissões.

3 - Os róis de confessados de 1874-1875 da Paróquia de São Pedro de Évora⁸

Os livros de róis de confessados da Paróquia de São Pedro de Évora encontram-se organizados por ruas com o registo do número de polícia, que corresponde ao número atribuído à habitação, número de fogos, número de moradores, os nomes e sobrenomes, estado civil, a idade, a nacionalidade, a ocupação, se confessou e se comungou, e um campo para as observações. Neste campo o pároco registava informação como, por exemplo, se faleceu, se foi habitar para outra rua ou se a pessoa se encontrava ausente.

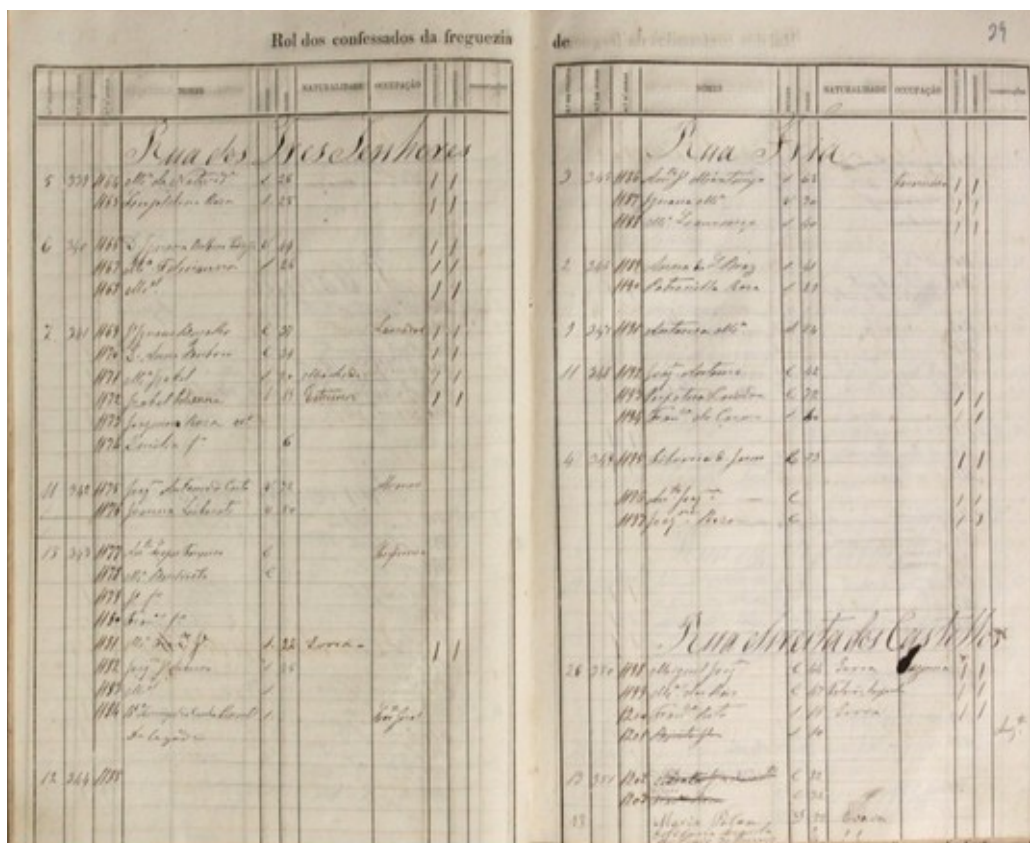


Imagem 1 – Livro de Róis de Confessados da Paróquia de São Pedro de Évora, 1874, p.28v e 29.

⁷ *Comemorações de Nossa Senhora*, in Enciclopédia Católica. [em linha] [consultado em 10-07-2018] na internet: http://catholicum.wikia.com/wiki/Comemora%C3%A7%C3%B5es_de_Nossa_Senhora

⁸ ARAUJO, Paulina. *Câmara Eclesiástica de Évora: Catálogo-Inventário*. Tese de Mestrado em Ciência da Informação e da Documentação. Universidade de Évora. 2013, p. 256.

No final dos livros encontram-se os termos de encerramento realizados pelo Prior de São Pedro, António de Ascensão Teles, com a indicação de que as pessoas registadas nos livros pertenciam à freguesia de São Pedro. Refere, ainda, que as pessoas que se confessaram e comungaram são as que estão sinalizadas com dois riscos e as que somente se confessaram estão assinaladas com apenas um risco. No entanto, faz menção que sabe que as pessoas que não têm qualquer sinal cumpriram os preceitos da Quaresma, ou seja, que se tinham confessado e comungado mas não apresentaram documentos que o provassem, razão pela qual não tem qualquer sinal. Também faz referência ao facto de que durante a missa tentava persuadir todos os que, por desleixo ou descuido, não se confessaram e não comungaram (imagem 2).

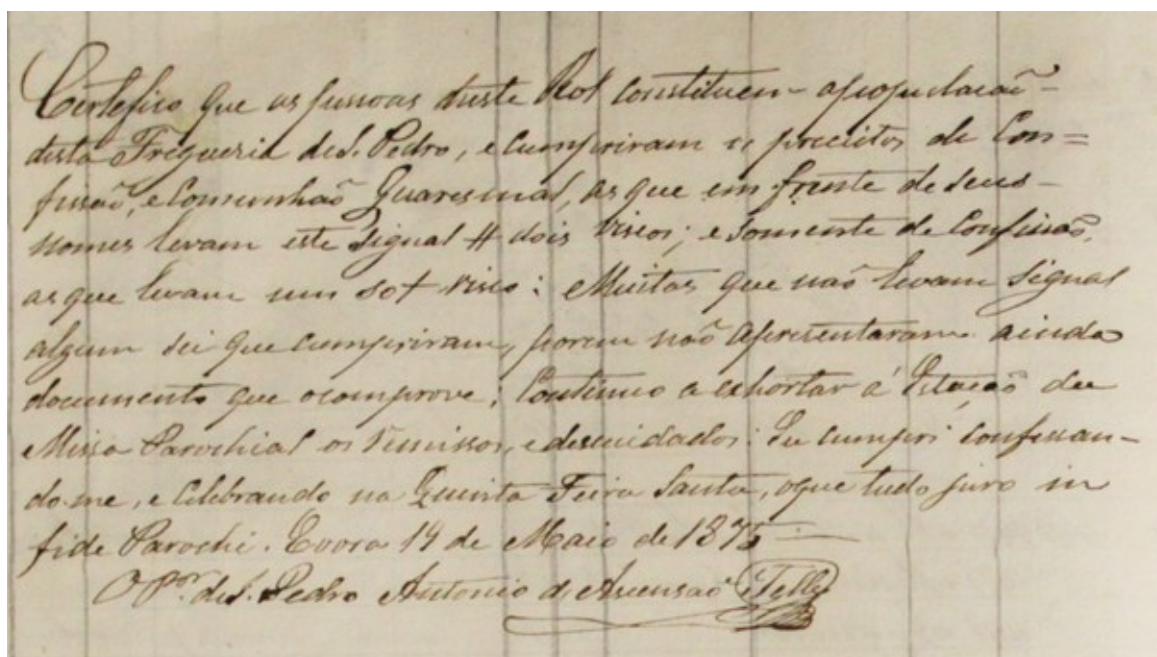


Imagem 2 - Livro de Róis de Confessados da Paróquia de São Pedro de Évora, 1875, p. 35v

Transcrição: *Certifico que as pessoas inscritas neste livro constituem a população desta Freguesia de São Pedro e cumpriram o preceito quaresmal de confissão e comunhão as que em frente de seus nomes levam o sinal de // dois riscos e só de confissão as que levam um risco/. Muitas que não levam sinal algum sei que cumpriram, porem não apresentaram ainda documento que o comprove. Continuo a exortar a Estação da Missa Paroquial nos dias santificados os remisses e descuidados. Eu cumpri confessando-me e celebrando em Quinta Feira Santa o que tudo juro in fide Parochi.*

Évora 19 de maio de 1875

O Prior de São Pedro António de Ascensão Teles.

Depois de registados todos os indivíduos com idade de se confessarem e comungarem os livros eram enviados todos os anos para as Câmaras Eclesiástica, à semelhança do que acontecia com os outros livros de registo paroquial, onde eram registados em livro elaborado para o efeito. Este procedimento pode-se constatar através do livro de róis de confessados de 1874, onde se encontra uma nota do arcebispo de Évora, D. José António da Mata e Silva, para que o escrivão Vasconcelos registasse o livro que deu entrada na Câmara Eclesiástica de Évora.

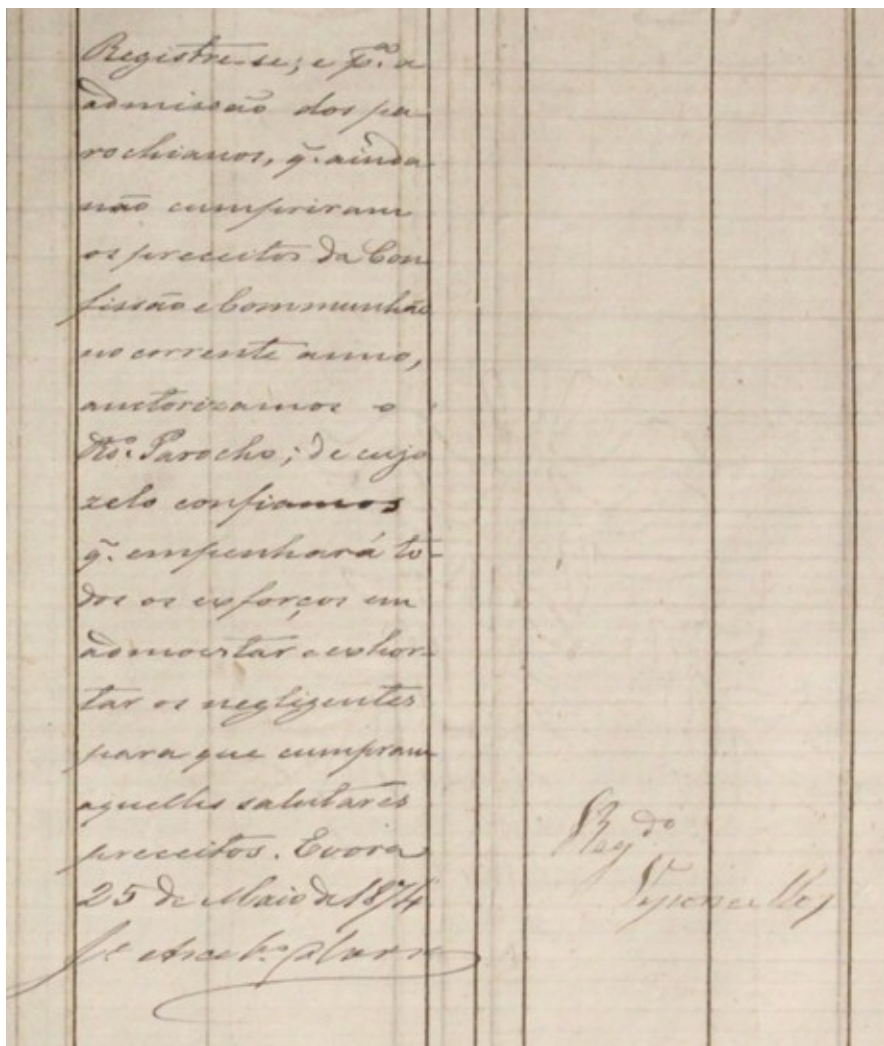


Imagem 3 - Livro de Róis de Confessados da Paróquia de São Pedro de Évora, 1874, p. 37.

Transcrição: *Registe-se; e para a admissão dos paroquianos que ainda não cumpriram os preceitos da confissão e comunhão no corrente ano, autorizamos o Reverendo Pároco de cujo zelo confiamos que empenhará todos os esforços em admoestar e exortar os negligentes para que cumpram aqueles salutarés preceitos. Évora*

25 de Maio de 1874.

José Arcebispo de Évora.

Registado, Vasconcelos

2.2 - Mapa resumo dos livros de róis de confessados de 1784 e 1875

Neste resumo apenas mostramos o ano em que foi executado, o nome das ruas, o número de fogos, o número de habitantes, a proveniência e, ainda, referência a algumas profissões que o pároco foi registando.

Róis de Confessados de 1874	Róis de confessados de 1875
<p>Rua dos Mercadores 36 fogos e 100 indivíduos.</p> <p>Naturais de Évora, Gouveia, Azaruja, Madeira, Lisboa, Alvito, Portel, Viseu, Beira, Moura, Vimieiro, Barrancos, Arraiolos, Vendas Novas e Mortágua.</p> <p>Em relação às ocupações registou 2 proprietários, 1 guarda-livros, 1 medidor, 1 marchante, 2 pedreiros, 1 lojista, 1 caixeiro, 2 criados de servir, 1 professor de Liceu (1 procurador natural de Viseu), 1 empregado do Governo Civil, 1 pregoeiro, 1 abegão, 1 lavrador, 2 carpinteiros, 1 carreiro, 1 aguadeiro, 1 moleiro, 1 burriqueiro e 1 mendigo.</p>	<p>Rua dos Mercadores 35 fogos e 113 indivíduos.</p> <p>Naturais de Évora, Gouveia, Azaruja, São Matias, Montemor-o-Novo, São Miguel, Fronteira, Evoramonte, Lisboa, Cano, Casa Branca, Vimieiro, Viseu, Elvas, São Manços, Beira, Redondo, Machede, Vendas Novas, Mortágua, Santiago, Moura, Tourega e de São Marcos dos Campo.</p> <p>Em relação às ocupações registou 2 proprietários, 1 guarda-livros, 3 carreiros, 1 empregado público, 2 pedreiros, 2 lojistas, 1 caixeiro, 1 criado, 1 professor do Liceu, 1 procurador, 2 empregados do Governo Civil, 1 pregoeiro, 1 abegão, 1 servo de Santa Clara, 2 carpinteiros, 2 mendigos, 1 vendedor de vinho, 1 aguadeiro, 1 moleiro e 1 burriqueiro.</p>
<p>Beco dos Açúcares, atualmente Travessa dos Açúcares 9 fogos e 15 indivíduos. Naturais de Évora, Badajoz, Málaga, Beja e São Marcos. Registou 1 carpinteiro e 1 sapateiro.</p>	<p>Beco dos Açúcares, atualmente Travessa dos Açúcares 9 fogos e 34 indivíduos. Naturais de Évora, Badajoz, Málaga, Beja e São Marcos. Registou 1 carpinteiro e um sapateiro</p>
<p>Travessa do Capitão 7 fogos e 20 indivíduos. Naturais de Évora, Monte de Trigo, São Marcos do Campo, São Jordão, Caparica e Vila Viçosa. Registou 1 carreiro, 1 serralheiro, 1 trabalhador e 1 jardineiro.</p>	<p>Travessa do Capitão 8 fogos e 22 indivíduos. Naturais de Vila Nova da Baronia, São Jordão, Évora, Caparica e Vila Viçosa. Registou 1 carreiro, 1 ferreiro e 1 jardineiro</p>
<p>Travessa da Tamara 16 fogos e 45 indivíduos. Naturais de Évora, Machede, Viana, Beja, Setúbal, Alcáçovas, Redondo, Estremoz. Registou 1 carpinteiro, 1 celeiro, 1 capitalista, 1 marceneiro, 1 sapateiro, 2 pedreiros e 1 músico.</p>	<p>Travessa da Tamara 15 fogos e 43 indivíduos. Naturais de Machede, Beja, Setúbal, Viana, Évora, Alcáçovas, Redondo e Estremoz. Registou 1 capitalista, 1 marceneiro, 1 sapateiro, 1 pedreiro e um músico</p>

<p>Travessa da Ana da Silva 6 fogos e 13 indivíduos.</p>	<p>Travessa da Ana da Silva 6 fogos e 12 indivíduos. Naturais de Machede, Portel e Moura.</p>
<p>Travessa Torta 4 fogos e 7 indivíduos. Naturais de Évora. Registou 2 alfaiates.</p>	<p>Travessa Torta 4 fogos e 7 indivíduos. Naturais de Évora. Registou 2 alfaiates.</p>
<p>Rua do Raimundo 45 fogos e 181 indivíduos. Naturais de Évora, Reguengos, Alpalhão, Portalegre, Palmela, Torrão, Lisboa, Vimieiro, Vila Viçosa, Viana e Mangualde.</p> <p>Registou, 4 taberneiros, 1 feitor, 1 chapeleiro, 1 fundidor, 1 barbeiro, 1 merceeiro, 1 capelão da Santa Casa da Misericórdia de Évora, Padre José Jerónimo, 3 lavradores, 1 sacristão, 3 ferreiros, 1 pedreiro, 2 carpinteiros, 4 proprietários, 1 abegão e 1 segeiro⁹ (fabricante de carruagens).</p>	<p>Rua do Raimundo 50 fogos e 176 indivíduos. Naturais de Évora, Torres Novos, Reguengos, Vimieiro, Lisboa, Alpalhão, Palmela, Portalegre, Viana, Vila Viçosa e Mangualde.</p> <p>Registou 2 taberneiros, 1 feitor, 1 chapeleiro, 1 fundidor, 1 barbeiro, 1 merceeiro, 1 capelão da Santa casa da Misericórdia de Évora, 1 empregado público, 1 sacristão, 3 ferreiros, 2 lavradores, 2 pedreiros, 1 carpinteiro e 2 proprietários.</p>
<p>Brotas 5 fogos e 12 indivíduos. Naturais de Monsaraz, Estremoz. Registou de 1 pedreiro.</p>	<p>Brotas 4 fogos e 12 indivíduos. Naturais de Alcáçovas e Monsaraz.</p>
<p>Travessa dos Fusos 10 fogos e 31 indivíduos. Não faz referência à sua naturalidade nem às profissões.</p>	<p>Travessa dos Fusos 12 fogos e 33 indivíduos. Registou uma pessoa de natural de Évora.</p>
<p>Rua do Mau Foro - Rua Bernardo de Matos¹⁰ 26 fogos e 70 indivíduos. Alguns naturais de São Sebastião, Mourão, Arraiolos, Elvas, Évora e Reguengos. Registou de 1 pedreiro, 1 calçador e 1 Advogado.</p>	<p>Rua do Mau Foro - Rua Bernardo de Matos 25 fogos e 75 indivíduos. Alguns naturais de São Sebastião, Graça do Divor, Évora, São Marcos do Campo, Reguengos e Estremoz. Registou 1 criado, 1 pedreiro, 1 calçador e 1 advogado.</p>
<p>Rua dos Touros 9 fogos e 22 indivíduos. Alguns residentes eram naturais Évora e Viana. Registou de 1 seleiro¹¹.</p>	<p>Rua dos Touros 9 fogos e 31 indivíduos. Alguns residentes eram naturais de Veiros, Évora, Beira e de Aveiro. Registou 1 seleiro e 1 criado de servir.</p>

<p>Travessa dos Oleiros 4 fogos e 19 indivíduos. Alguns eram naturais de Redondo, Vila Nova de Foz Côa, São Bento do Mato e da Ilha Graciosa, Açores.</p>	<p>Travessa dos Oleiros 4 fogos e 20 indivíduos Alguns oriundos de Ilha Graciosa, Açores, Vila Nova de Foz Côa, São Bento do Mato, Évora e Redondo.</p>
<p>Travessa dos Padres Grilos¹² 3 fogos e 6 indivíduos.</p>	<p>Travessa dos Padres Grilos 2 fogos e 12 indivíduos. Alguns naturais de Machede, Lisboa e Estremoz. Registou 1 polícia.</p>
<p>Rua da Capelinha¹³ 4 fogos e 12 indivíduos. Há um residente natural de Moura.</p>	<p>Rua da Capelinha 5 fogos e 9 indivíduos. Há um residente natural de Moura.</p>
<p>Rua do Segeiro¹⁴ 12 fogos e 38 indivíduos. Alguns eram naturais de São Bento do Mato, Santa Maria da Alagoa, Coimbra e Évora. Em relação às profissões há referência a 1 ganadeiro.</p>	<p>Rua do Segeiro 14 fogos e 45 indivíduos. Alguns eram naturais de São Marinho, Rio Torto, São Bento do Mato, Santa Maria da Alagoa e Montoito.</p>
<p>Rua do Lagar dos Dízimos 6 fogos e 15 indivíduos. Registou 1 bombeiro.</p>	<p>Rua do Lagar dos Dízimos 6 fogos e 15 indivíduos. Registou 1 barbeiro</p>
<p>Rua da Cadeira 34 fogos e 133 indivíduos. Alguns eram naturais de Évora, São Matias, Santa Sofia e Estremoz.</p>	<p>Rua da Cadeira 35 fogos e 128 indivíduos. Alguns eram naturais de Évora, Beira, Lisboa, São Matias, Santa Sofia e Santiago. Registou 1 estudante e 1 pedreiro.</p>
<p>Arco do Cavaco 4 fogos e 21 indivíduos. Alguns eram naturais de Reguengos, Lisboa, Évora, Monsaraz e Mourão. Registou 1 moleiro.</p>	<p>Arco do Cavaco 7 fogos e 31 indivíduos. Alguns eram naturais de Reguengos, Lisboa, Évora, Monsaraz e Mourão. Registou 1 moleiro.</p>
<p>Largo de São Francisco 4 fogos e 18 indivíduos. Apenas registou um indivíduo natural de Nossa Senhora de Machede.</p>	<p>Largo de São Francisco 5 fogos e 17 indivíduos. Apenas registou um indivíduo natural de Nossa Senhora de Machede.</p>

<p>Rua do Paço 46 fogos e 203 indivíduos. Alguns era naturais de Évora, Santarém, Vila Viçosa, Santo António de Capelins, Caldas, Estremoz, Almodôvar, Lisboa, Pavia, Avis, Figueiró dos Vinhos, Castro Verde, Óbidos, Castelo Branco, São Miguel, Arraiolos, Mirandela e Redondo. Registou 1 chapeleiro, 1 escrivão, 1 alferes, 1 boleiro¹⁵.</p>	<p>Rua do Paço 47 fogos e 196 indivíduos. Alguns eram naturais de Estremoz, Vila Viçosa, Évora, Santarém, Caldas, Almodôvar, Lisboa, Machede, Castro verde, Óbidos, Castelo Branco, São Brás dos Matos e São Miguel do Pinheiro. Registou 1 criada, 1 escrivão, 1 alferes, 1 relojoeiro e 1 carreiro.</p>
<p>Rua do Evorinho 1 fogos e 5 indivíduos.</p>	<p>Rua do Evorinho 1 fogo e 5 indivíduos.</p>
<p>Terreiro de D. Brás 3 fogos e 11 indivíduos.</p>	<p>Terreiro de D. Brás 3 fogos e 10 indivíduos.</p>
<p>Travessa da Caraça 3 fogos e 11 indivíduos.</p>	<p>Travessa da Caraça 2 fogos e 9 indivíduos.</p>
<p>Rua da Graça 6 fogos e 13 indivíduos. Alguns naturais de São Matias, Santiago e Arraiolos.</p>	<p>Rua da Graça 6 fogos e 14 indivíduos. Alguns eram naturais de Crato, São Matias, Santiago, Arraiolos, Oriola e Évora.</p>
<p>Rua do Fradique 10 fogos e 30 indivíduos. Alguns são naturais de Vila Viçosa, Alcáçovas, Santiago, Portel e Évora.</p>	<p>Rua do Fradique 10 fogos e 28 indivíduos. Alguns são naturais de Vila Viçosa, Alcáçovas, Santiago, Portel e Évora.</p>
<p>Rua do Cicioso 20 fogos e 62 indivíduos. Alguns são naturais de Vila Viçosa, Santiago, Lisboa, Nossa Senhora de Machede e Évora. Registou 1 ferrador e 1 proprietário.</p>	<p>Rua do Cicioso 18 fogos e 52 indivíduos. Alguns são naturais de São Brás, Vila Viçosa, Évora, Santiago, Monte Alegre, São Pedro da Ladeira e de Lisboa. Registou 1 proprietário e 1 ferrador</p>
<p>Largo dos Castelos 5 fogos e 17 indivíduos. Alguns são naturais de Machede e Évora. Registou 1 alfaiate, 1 militar e 1 criado.</p>	<p>Largo dos Castelos 5 fogos e 13 indivíduos. Registou 1 alfaiate, 1 militar.</p>
<p>Rampa 1 fogo e 7 indivíduos. Eram naturais de Évora e de Machede.</p>	<p>Rampa 1 fogo e 4 indivíduos. Eram naturais de Évora e de Machede. Registou 1 proprietário.</p>

<p>Largo da Alameda 2 fogos e 12 indivíduos. Alguns são naturais de Coimbra, Setúbal e Évora. Em relação às profissões apenas registou 1 taberneiro.</p>	<p>Largo da Alameda 2 fogos e 13 indivíduos. Alguns são naturais de Coimbra, Setúbal e Évora. Registou 1 taberneiro.</p>
<p>Rua dos Três Senhores 6 fogos e 20 indivíduos. Alguns são naturais de Machede, Estremoz e Évora. Registou 1 lavrador, 1 serviço geral, 1 alvanéu e 1 em hospedaria.</p>	<p>Rua dos Três Senhores 5 fogos e 23 indivíduos. Alguns são naturais de Machede, Estremoz e Moura. Registou 1 lavrador e 1 alvanéu.</p>
<p>Rua Fria 5 fogos e 12 indivíduos. Registou 1 taberneiro.</p>	<p>Rua Fria 6 fogos e 11 indivíduos. Registou 1 taberneiro.</p>
<p>Rua Direita dos Castelos 15 fogos e 36 indivíduos. Alguns são naturais de Espanha, Reguengos, Vila Nova, Borba, São Manços e Évora. Registou 1 alvanéu e 1 barbeiro.</p>	<p>Rua Direita dos Castelos 15 fogos e 35 indivíduos. Alguns são naturais de Reguengos, Vila Nova, Borba, São Manços e Évora. Registou 1 alvanéu e 1 barbeiro</p>
<p>Rua dos Ramires 8 fogos e 28 indivíduos. Alguns são naturais de Lisboa, Mirandela, Lamego e Évora. Registou 1 proprietário, 1 sapateiro e 1 Regente da Casa Pia.</p>	<p>Rua dos Ramires 10 fogos e 28 indivíduos. Alguns são naturais de Lamego, Lisboa, Redondo, Santiago e Évora. Registou 1 sapateiro e 1 Regente da Casa Pia.</p>
<p>Rua do Borrvalho 16 fogos e 26 indivíduos. Alguns são naturais de Idanha-a-Nova, Loulé, Sacavém e Évora.</p>	<p>Rua do Borrvalho 21 fogos e 26 indivíduos. Alguns são naturais de Idanha-a-Nova, Loulé, Sacavém, Tavira e Évora.</p>
<p>Travessa Madre de Deus 4 fogos e 11 indivíduos. Registou 1 moleiro e 1 empregado público.</p>	<p>Travessa Madre de Deus 6 fogos e 17 indivíduos. Registou 1 moleiro e 1 empregado público.</p>
<p>Travessa da Portaria 2 fogos e 3 indivíduos. Registou um indivíduo natural de Machede.</p>	<p>Travessa da Portaria 2 fogos.</p>

<p>Travessa do Açacal 7 fogos e 14 indivíduos. Registou um indivíduo natural de Faro e um de Évora. Registou 1 abegão</p>	<p>Travessa do Açacal 7 fogos e 16 indivíduos. Registou um indivíduo natural de Faro e um de Évora. Registou 1 abegão</p>
<p>Rua da Mesquita 15 fogos e 38 indivíduos. Alguns são naturais de Setúbal, São Mamede da Ribeira do Sado, Arraiolos, Moura e Évora. Em relação às profissões registou 1 padeiro, 1 moleiro e 1 carreiro.</p>	<p>Rua da Mesquita 13 fogos e 37 indivíduos. Alguns são naturais de Setúbal, Arraiolos, Moura, Machede e Évora. Registou 1 padeiro, 1 moleiro e 1 carreiro.</p>
<p>Carmo 1 fogo e 1 indivíduo.</p>	<p>Carmo 1 fogo e 4 indivíduos.</p>
<p>Porta de Moura 4 fogos e 14 indivíduos. Alguns são naturais de Almodôvar, Castelo de Penalva e Évora. Em relação às profissões registou 1 proprietário, 1 alvanéu e 1 lojista.</p>	<p>Porta de Moura 4 fogos e 13 indivíduos. Alguns são naturais de Almodôvar e Castelo de Penalva. Registou 1 alvanéu e 1 lojista.</p>
<p>Rua dos Infantes 23 fogos e 86 indivíduos. Alguns são naturais de Lamego, Estremoz, Lisboa, Alcáçovas, Torrão, Torres Novas e Machede.</p>	<p>Rua dos Infantes 26 fogos e 101 indivíduos. Alguns são naturais de Borba, Safira, Graça do Divor, Évora, Torrão, Torres Novas, Montemor-o-Novo, Igrejinha e Lisboa.</p>
<p>Total: 1438 indivíduos</p>	<p>Total: 1490 indivíduos</p>

⁹"segeiro", fabricante de carruagens in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/segeiro> [consultado em 21-06-2018].

¹⁰ ALMEIDA, Claudino. *Ruas de Évora: Subsídios para a explicação dos seus nomes*. Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora Vol. 2, nº 1. Gráfica Eborense. Évora, 1930, p.20.

¹¹ "seleiro", fabricante ou vendedor de selas, selins e arreios in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/seleiro> [consultado em 22-06-2018].

¹² Alterada em 1869. Anteriormente era Travessa da Porta do Carro dos Frades Grilo desde 1764. ALMEIDA, Claudino. *Ruas de Évora: Subsídios para a explicação dos seus nomes*. Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Vol. 2, nº 1. Gráfica Eborense. Évora, 1930, p.15.

¹³ Rua onde está edificada a Capela de Nossa senhora ao Pé da Cruz. ALMEIDA, Claudino. *Ruas de Évora: Subsídios para a explicação dos seus nomes*. Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Vol. 2, nº 1. Gráfica Eborense. Évora, 1930, p.9.

¹⁴ Desde 1764 era denominada por Rua do Pocinho e Rua do Segeiro desde 1854. ALMEIDA, Claudino. *Ruas de Évora: Subsídios para a explicação dos seus nomes* in Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Vol. 2, nº 1. Gráfica Eborense. Évora, 1930, p.29.

¹⁵ **boleiro**", indivíduo que conduz os cavalos de uma carruagem in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/boleiro> [consultado em 28-11-2018].

Nestes dois livros de róis de confessados da paróquia de São Pedro de Évora é possível constatar que os locais de origem dessas pessoas abrangia todo o território nacional, incluindo ilhas dos Açores e da Madeira, como por exemplo algumas pessoas vindas de Faro, Lisboa, Lamego, Ilha do Faial, Açores, Coimbra, Ilha da Madeira, Castelo Branco, Portalegre, Beja, Moura, Portalegre, Montemor-o-Novo, entre outras localidades, e ainda, alguns indivíduos oriundos de Espanha.

Em relação às profissões nem sempre faz o registo mas, dos que registou, podemos verificar que na sua maioria tinham profissões como padre, empregado público, professor do Liceu, procurador, empregado do Governo Civil, pregoeiro, abegão, carpinteiro, vendedor de vinho, aguadeiro, moleiro, burriqueiro, alfaiate, padeiro, pedreiro, moleiro, carreiro, lojista, caixeiro, criado, sapateiro, lavrador, taberneiro, ferrador, chapeleiro, fundidor, barbeiro, merceiro, segeiro, abegão, jardineiro e relojoeiro.

4 - Livros de registo dos livros de róis de confessados¹⁶

Para além dos livros de róis de confessados, realizados anualmente nas paróquias, existem também os livros de registo desses róis de confessados que obrigatoriamente eram enviados para a Câmara Eclesiástica. Tratam-se de livros com informação resumida constando apenas a indicação da paróquia, a sua localização, o número de fogos, o número de maiores e menores existentes à data da sua realização. Também através destes dados podemos obter um conhecimento sobre a evolução demográfica da população num determinado período, como o caso do registo dos róis de confessados que deram entrada na Câmara Eclesiástica de Évora entre 1804 e 1826.

Para a análise demográfica através dos registos da Câmara Eclesiástica de Évora foram selecionadas as paróquias da Sé, São Pedro, Santo Antão, Santiago e São Mamede, do concelho de Évora, as paróquias de São Pedro de Terena, Santiago Maior e Santo António de Capelins, do concelho de Alandroal, e as paróquias de Nossa Senhora da Anunciação e de Alcáçovas, do concelho de Viana do Alentejo, entre os anos de 1804 e 1826¹⁷.

De salientar que os dados finais podem não estar corretos com o número de habitantes que viviam nessa data nessas localidades porque o responsável pela paróquia ou pela quadrela não mandava os livros ou, como aconteceu em 1840, o escrivão da Câmara Eclesiástica, em relação à quadrela da responsabilidade do Bacharel da Sé, José Inácio Borges do Prado, apenas registou a existência de 37 fogos (imagem 4) e não fez referência ao número de indivíduos. Outra situação é o caso do registo dos róis de confessados de Viana do Alentejo em que o escrivão da Câmara Eclesiástica registou no ano de 1819 a existência de 937 adultos e 607 menores, totalizando 1544 indivíduos (imagem 5).

¹⁶ ARAÚJO, Paulina, *Câmara Eclesiástica de Évora: Catálogo-Inventário*. Tese de Mestrado em Ciência da Informação e da Documentação. Universidade de Évora. 2013, p.256

¹⁷ ARAÚJO, Paulina Margarida Rodrigues (2013). *Câmara Eclesiástica de Évora: Catálogo-Inventário*. Tese de Mestrado em Ciências da Informação e Documentação – Arquivologia. Universidade de Évora. Évora, p. 256

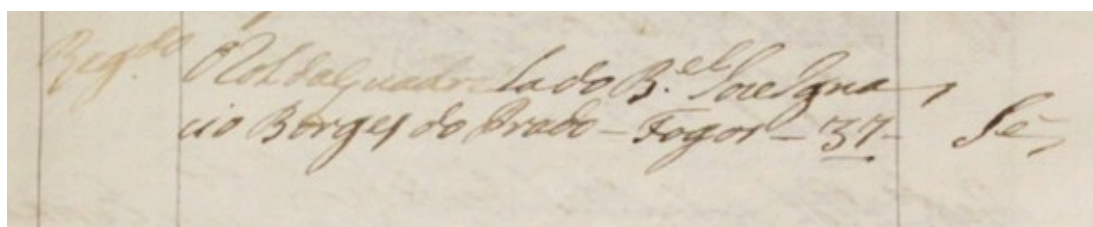


Imagem 4 - Livro de registo dos livros de róis de Confessados da Câmara Eclesiástica de Évora, 1804-1825, p. 63.

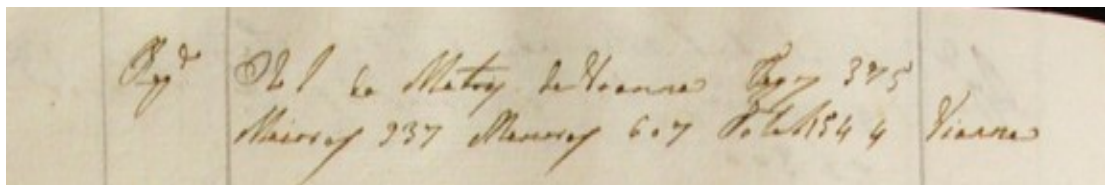


Imagem 5 - Livro de registo dos livros de róis de Confessados da Câmara Eclesiástica de Évora, 1804-1825, p. 134v.

Évora										
Ano	Sé		São Pedro		São Mamede		Santo Antão		Santiago	
	Nº>*	Nº < **	Nº>	Nº <	Nº>	Nº <	Nº>	Nº <	Nº>	Nº <
1804	4.576	585	214	25	842	70	2.965	317	244	13
1805	4.889	616	216	32	937	81	2.905	287	230	13
1806	4.633	550	222	31	913	67	2.944	324	248	14
1807	4.491	529	226	29	1.009	68	2.914	292	248	14
1808	4.449	478	229	17	948	74	3.056	270	248	14
1809	4.298	428	204	17	845	75	2.621	319	***218	11
1810	3.457	362	191	17	850	71	2.092	209	244	11
1811	3.840	387	167	24	798	83	1.281	114	119	9
1812	3.792	464	169	21	818	106	2.451	180	207	10
1813	3.714	512	197	28	819	99	2.705	250	229	15
1814	3.943	485	198	28	868	91	2.195	199	119	14
1815	4.108	481	206	21	873	103	2.703	207	222	21
1816	4.334	542	209	23	919	108	2.684	286	213	26
1817	3.619	399	195	18	950	101	2.185	224	226	17
1818	4.213	450	198	18	904	80	2.248	206	220	19
1819	4.232	471	194	16	890	80	1.522	127	237	14
1820	4.270	472	202	12	926	83	2.049	163	231	10
1821	4.062	419	202	14	927	86	2.802	208	230	8
1822	4.298	419	189	15	963	79	2.792	221	244	8
1823	3.652	329	203	24	950	78	2.773	217	244	13
1824	3.662	357	196	18	932	59	2.767	237	236	17
1825	3.877	382	199	13	897	91	2.285	231	214	14

* Corresponde ao número de maiores de idade.

** Corresponde ao número de menores de idade, ou seja, menores de 21 anos.

*** Registou para além desses, a existência de 16 clérigos.

Na Paróquia da Sé de Évora no ano de 1810 não houve registo de pessoas. Faz-se apenas referência ao número de fogos, razão pela qual o número de adultos baixou. O ano de 1823 foi também aquele em que houve menos indivíduos de menor idade.

Em relação à paróquia de Santo Antão, nos anos de 1810, 1814, 1817, 1818, 1820 e 1825 faltou registar uma quadrela e, em 1811 e 1819, faltou registar duas quadrelas, razão pela qual os dados referentes ao número de indivíduos são inferiores.

Na paróquia de São Pedro, o número de adultos manteve-se ao longo dos anos, com exceção de 1811 e 1812, em que rondou os 167 e 169 respetivamente.

Na paróquia de São Mamede o ano em que houve um maior número de indivíduos em idade adulta foi o de 1807, chegando a 1009 adultos.

Terena						
Ano	São Pedro de Terena		Santiago Maior		Santo António de Capelins	
	Nº>	Nº>	Nº>	Nº<	Nº>	Nº>
1804	580	63	609	134	365	77
1805	592	53	626	129	355	68
1806	606	56	367	113	280	60
1807	555	38	630	127	357	62
1808	582	54	636	127	381	43
1809	545	76	627	137	394	68
1810	578	75	610	125	379	35
1811	534	59	617	141	342	38
1812	520	66	580	127	394	42
1813	520	53	0	0	348	43
1814	501	69	571	102	356	44
1815	506	65	579	102	390	45
1816	524	64	703	101	356	40
1817	535	35	716	133	376	51
1818	543	57	601	131	313	49
1819	523	59	570	119	380	53
1820	540	53	614	131	387	68
1821	552	61	685	166	367	65
1822	541	69	617	133	372	98
1823	519	69	750	139	419	75
1824	519	65	648	136	360	56
1825	509	71	7649	138	355	59

* Não houve registo da Paróquia de Santiago Maior em 1813.

Na Paróquia de Terena o número de indivíduos adultos durante os anos de 1804 e 1825 manteve-se entre os 501 e 606 indivíduos. Em relação aos menores, o ano de 1807 foi onde se registou o número mais baixo.

Em Santiago Maior o ano de 1806 foi onde houve um menor número de indivíduos em idade adulta ficando em 367, enquanto nos restantes anos o número de adultos rondou os 570 e os 750. Referir ainda que no ano de 1813 não houve registo do livro de róis de confessados de Santiago Maior.

Em Santo António de Capelins, o ano de 1823 foi aquele em que se registou o maior número de indivíduos em idade adulta (419 indivíduos), e no ano de 1806 registou-se o menor número (280 indivíduos), enquanto nos restantes anos rondavam entre os 313 e os 390 indivíduos.

Viana do Alentejo				
Ano	Viana do Alentejo		Alcáçovas	
	Nº>	Nº<	Nº>	Nº<
1804	969	198	908	111
1805	960	175	1247	144
1806	525	163	1172	165
1807	941	134	1270	120
1808	993	136	1200	129
1809	960	127	1147	123
1810	940	139	1119	118
1811	934	133	1123	122
1812	814	129	1041	99
1813	787	136	1069	88
1814	858	140	1019	78
1815	880	133	976	113
1816	890	118	1088	101
1817	940	101	1093	96
1818	930	90	1112	95
1819	937	*607	1039	83
1820	947	102	1006	80
1821	964	124	1152	82
1822	976	125	1064	73
1823	922	135	786	78
1824	937	132	1175	118
1825	1017	142	771	83

* O escrivão da Câmara Eclesiástica registou em 1819 a existência de 607 menores na matriz de Viana do Alentejo. Ver imagem 5.

Nos registos analisados podemos constatar que na freguesia de Viana do Alentejo não houve oscilação quanto ao número de indivíduos, com exceção do ano de 1806, em que o número baixou significativamente. Referir ainda o caso do ano de 1819, em que o escrivão registou a existência de 607 menores, aparentemente um erro, pois o número destoa dos restantes anos.

Em relação às Alcáçovas a diferença do número de indivíduos durante os anos em análise não é significativa, com exceção dos anos 1804, 1815, 1823 e 1825 em que o número de adultos ficou abaixo de 1000.

3 - Considerações finais

Os róis de confessados eram livros obrigatórios e anuais onde os párocos registavam todos os indivíduos em idade de confessar e comungar no período da Quaresma e serviam essencialmente para controlar os seus paroquianos. Nestes livros os párocos registavam os membros da sua paróquia em idade de confessar e comungar, sendo que as crianças a partir dos 7 anos eram obrigadas a confessar-se e só a partir dos 14 anos a comungar.

Os livros de róis de confessados são fontes documentais relevantes para o estudo, principalmente demográfico e económico, uma vez que estes registos fornecem dados como o nome das ruas, o número de polícia de cada habitação, o número de fogos, o número de pessoas que viviam na habitação, que podiam ser um agregado familiar ou não, as suas idades, a suas naturalidades e ainda em alguns casos registava as profissões.

Estes róis de confessados eram obrigatoriamente enviados anualmente para a Câmara Eclesiástica onde eram registados. Nestes livros de registo dos livros de róis de confessados, o escrivão apenas apontava o nome da paróquia ou a quadrela que cabia a cada Bacharel ou Prior numa determinada paróquia, o ano, o número de fogos e o número de maiores e menores.

A documentação como de róis de confessados e os livros de registo dos livros de róis de confessados são fontes fundamentais para a investigação e para a realização de estudos, nomeadamente demográficos. Através do registo das naturalidades das pessoas era, por exemplo, possível apurar as movimentações das populações. São também uma fonte para os estudos económicos, designadamente, através do registo das profissões.

Contudo, nem sempre os dados registados nos livros de róis de confessados ou nos livros de registo de livros de róis de confessados estão de acordo com a realidade. Alguns párocos, por descuido, nem sempre enviavam os livros de róis de confessados para a Câmara Eclesiástica. Havia também erros no registo quando estes livros davam entrada na Câmara Eclesiástica como foi, por exemplo, o caso do ano de 1819 referente a Viana do Alentejo, em que o escrivão registou a existência de 607 menores e que, de acordo com os anos anteriores e posteriores, é um número muito elevado e que altera significativamente o resultado final.

BIBLIOGRAFIA

Documentos Impressos

ARAÚJO, Paulina. *Câmara Eclesiástica de Évora: Catálogo-Inventário*. Tese de Mestrado em Ciência da Informação e da Documentação – Ramo Arquivologia. Universidade de Évora. Évora. 2013.

ESPANCA, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal: Concelho de Évora*. I Vol. Academia Nacional de Belas-Artes. Lisboa. 1966.

Documentos manuscritos

Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Livro de registo dos livros de róis de Confessados, nº 1, 1804-1826.

Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Livro de róis da Paróquia de São Pedro de Évora, nº 5, 1874.

Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Livro de róis da Paróquia de São Pedro de Évora, nº 6, 1875.

WEB:

Constituições do arcebispado de Évora novamente feitas por mandado do Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor dom João de Melo, arcebispo do dito arcebispado. Évora: em casa de André de Burgos, 1565, p. 3. [em linha] [consultado em 02 de maio de 2018] na Internet: http://purl.pt/13348/7/res-2787-v_PDF/res-2787-v_PDF_24-C-R0150/res-2787-v_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf

**Contributos para a história do
património religioso da Arquidiocese de
Évora com o Decreto de 30 de maio
de 1834**

Paulina Araújo

Contributos para a história do património religioso da Arquidiocese de Évora com o Decreto de 30 de maio de 1834

Paulina Araújo

Técnica Superior

paulina.araujo@adevr.dglab.gov.pt

Com este artigo pretendemos contribuir, através de documentação existente no Fundo da Câmara Eclesiástica de Évora, para a história do património religioso aquando da extinção das ordens religiosas em Portugal tendo por base o Decreto de 30 de maio de 1834. Este decreto, da autoria de Joaquim António de Aguiar, conhecido pelo “Mata-Frades”, foi responsável pelo encerramento de conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas religiosas de todas as ordens regulares do sexo masculino. Foi responsável pelo encerramento de 448 casas religiosas, das quais 356 do sexo masculino¹.

Em Portugal não foi a primeira vez que houve uma extinção de ordens religiosas masculinas, uma vez que em 1759 os jesuítas foram expulsos do país por Alvará de 3 de setembro e os seus bens entregues à Fazenda Nacional. Regressaram a Portugal com D. Miguel. Contudo, voltaram a ser expulsos em 1834².

As casas religiosas do sexo feminino foram mantidas até ao falecimento da última freira, mas esses conventos ou mosteiros foram sempre controlados através de mapas e inventários detalhados com declaração das rendas que o convento possuía, o estado do edifício e o número de religiosas, tendo como finalidade saber se era necessário unir alguma das casas religiosas para melhor sustentação e bem-estar das religiosas.

No entanto, até ao seu encerramento, continuaram a entrar crianças e mulheres, algumas casadas, que se recolhiam como seculares³, ou seja, não estavam sujeitas a nenhuma ordem religiosa. Estas eram sustentadas à sua custa, viviam de acordo com os usos e costumes do convento e não podiam fazer profissão de votos religiosos.

Em Évora existiram 15 os conventos masculinos: Graça, São Francisco, São Domingos, Espinheiro, São João Evangelista, Carmo, Valverde, Colégio do Espírito Santo, Santo António, Colégio de São Paulo, Santa Margarida, Santa Catarina, Cartuxa, Remédios e Mercês⁴.

¹ **Rodrigues**, Henrique (2004). *Extinção das ordens religiosas e dinâmicas socioculturais: frades residentes no Alto-Minho no século XIX*. [em linha] [consultado em 23 de agosto de 2018] Disponível na internet: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4466/1/LS_S2_16_HenriqueRodrigues.pdf

² **Santos**, Luís Filipe (2004). *Extinção das Ordens Religiosas*. [em linha] [consultado em 16 de novembro de 2018] Disponível na internet: <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/nacional/extincao-das-ordens-religiosas/>

³ **"seculares"**, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha][consultado em 15-11-2018] , <https://dicionario.priberam.org/seculares> .

⁴ **Fonseca**, Francisco, (1728) *Évora Gloriosa*, epílogo dos quatro volumes que compôs o P. Manuel Fialho da Companhia, Roma. p. 3.

Nos finais do século XVIII encontravam-se ainda em funcionamento em Évora dezanove casas conventuais, onze masculinas e oito femininas, algumas com uma certa grandeza, pois possuíam herdades, mas outras já em enfraquecimento⁵.

Com o Decreto de 1834 essas casas conventuais masculinas foram encerradas e os seus bens foram entregues à Fazenda Nacional, ao Tesouro Público ou, ainda, à Casa da Moeda.

Pela Portaria de 3 de junho de 1834⁶, enviada pelo Ministério da Justiça e dos Negócios Eclesiásticos, foi solicitado ao vigário capitular do arcebispado de Évora que enviasse uma lista de todos os religiosos das casas extintas com indicação da situação de cada um deles. Determinava ainda a referida Portaria que esses religiosos deixassem o hábito das suas respetivas corporações e que passassem a usar o traje secular, com exceção dos que estiveram contra a rainha e a Carta Constitucional e que usaram armas, aceitaram benefícios ou empregos, denunciaram ou perseguiram os apoiantes do trono e fizeram parte do exército de D. Miguel.

Em 20 de junho de 1834, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda o governador vigário capitular do arcebispado de Évora recebeu ordem para que executasse o determinado no decreto de 30 de maio de 1834. A ordem continha as indicações de se conservarem as igrejas onde os fiéis pudessem celebrar os ofícios divinos e que fossem guardadas com a devida decência as imagens, os vasos sagrados e todos os utensílios ligados ao culto. Nessa mesma portaria solicitou-se ainda que fosse feita uma relação exata de tudo antes de ser enviada ao Tesouro Público. Em anexo a esse ofício consta uma cópia assinada por Casimiro Maria Parrela, Oficial Maior, Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, com data de 20 de junho de 1834, enviada para o Prefeito da Província da Estremadura, da qual faziam parte Alenquer, Leiria, Lisboa (capital da província), Santarém e Torres Vedras⁷. Circularmente foi também remetida para os Prefeitos das demais províncias do reino, com as instruções sobre a arrecadação dos bens pertencentes às Casas Religiosas extintas pelo Decreto de 30 de maio de 1834⁸.

A distribuição das alfaias nem sempre foi realizada da melhor forma pelas igrejas mais necessitadas porque em alguns casos foram exigidos pagamentos por esses bens. Atendendo a essa situação a Repartição dos Negócios Eclesiásticos ordena que o vigário capitular do arcebispado de Évora tivesse em atenção esses casos e que acabasse com esses abusos uma vez que não se encontrava contemplada em nenhuma lei a venda de bens às igrejas que demonstrassem ter necessidades dos referidos bens⁹.

⁵ Caeiro, Elsa. Políticas e Consequências da Extinção das Ordens Religiosas no Espaço Urbano da Cidade de Évora do Liberalismo à Atualidade. [em linha] [consultado em 08 de setembro de 2018] na Internet:

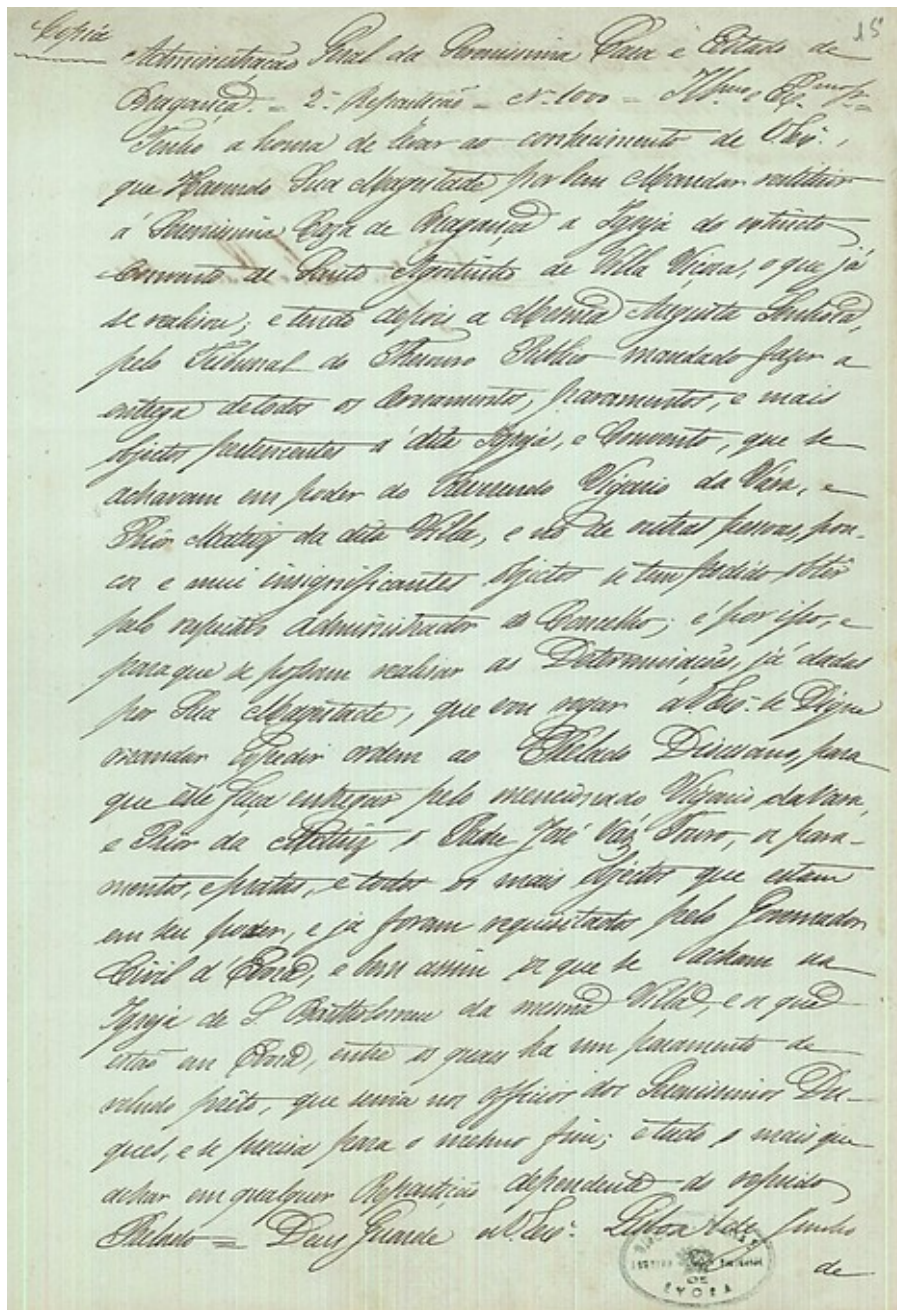
⁶ Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência. 1834. Doc.14, Mç. B3; cx.1.

⁷ Mapa da Divisão do Território de Portugal e Algarve. [em linha] [consultado em 01 de outubro de 2018]. Disponível na internet:

⁸ Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência. 1835; Mç. B3; doc. 14; cx. 1.

⁹ Ibidem. Doc. 14

Durante esse processo algumas Igrejas dos conventos foram conservadas a pedido do clero, de fiéis e de irmandades como, por exemplo: a Igreja do convento de São João de Deus em Montemor-o-Novo, que foi mantida devido à exigência dos habitantes com a justificação de descansarem ali as relíquias¹⁰; o Convento de São Francisco em Évora, para onde a paróquia de São Pedro foi transferida para a Igreja desse convento em 1840; a Igreja do extinto convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa que foi restituída à Sereníssima Casa da Bragança (imagem 1) e os seus bens restituídos por Portaria de 16 de junho de 1849¹¹.



¹⁰ Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência. 1835; Mç. B3; doc. 73; cx. 1.

¹¹ Ibidem doc. 14 e 15.

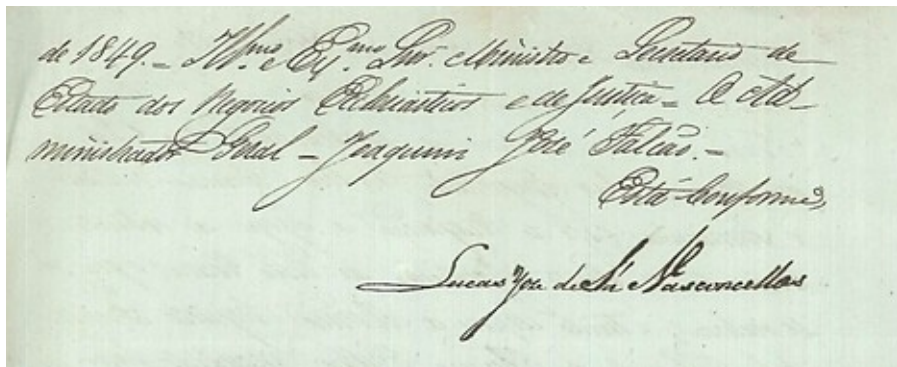


Imagem 1 - Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência. 1849; Mç. 12; doc. 14-15; CX. 3.

Há ainda o caso do órgão do extinto convento dos monges de Monfurado de Montemor-o-Novo que foi transferido para a Igreja de Santiago do Escoural a pedido do Prior e da Irmandade do Santíssimo Sacramento, tendo sido entregue pelo Governador Civil de Évora a 19 de outubro de 1835¹².

Também o envio para o Ministério da Fazenda, por parte do governador do arcebispado de Évora, Manuel Joaquim Cardoso Castelo Branco, do Mapa-mundo de Fernão Vaz Dourado e de um quadro em miniatura representando o Senhor Jesus Preso à Coluna, pertencentes ao extinto convento Santa Maria Scala Coeli de Évora ou convento da Cartuxa de Évora (imagens 2 e 3), e posteriormente entregues ao Ministério da Justiça e dos Negócios Eclesiásticos¹³.

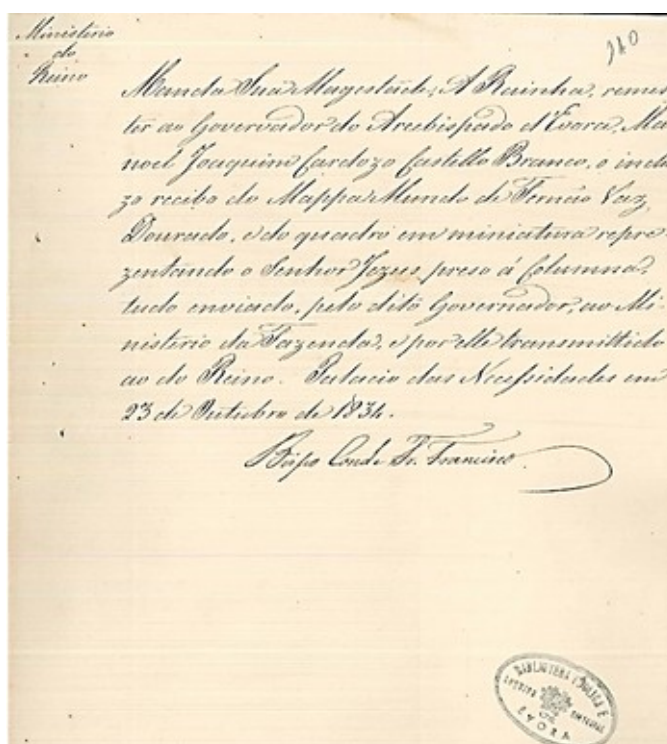


Imagem 2: Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência, 1834. Doc. 110, Mç. B3; ex. 1

¹² Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência. 1835; Mç. B3; doc. 14; ex. 1.

¹³ Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência, 1834. Doc. 110 e 111, Mç. B3; ex. 1

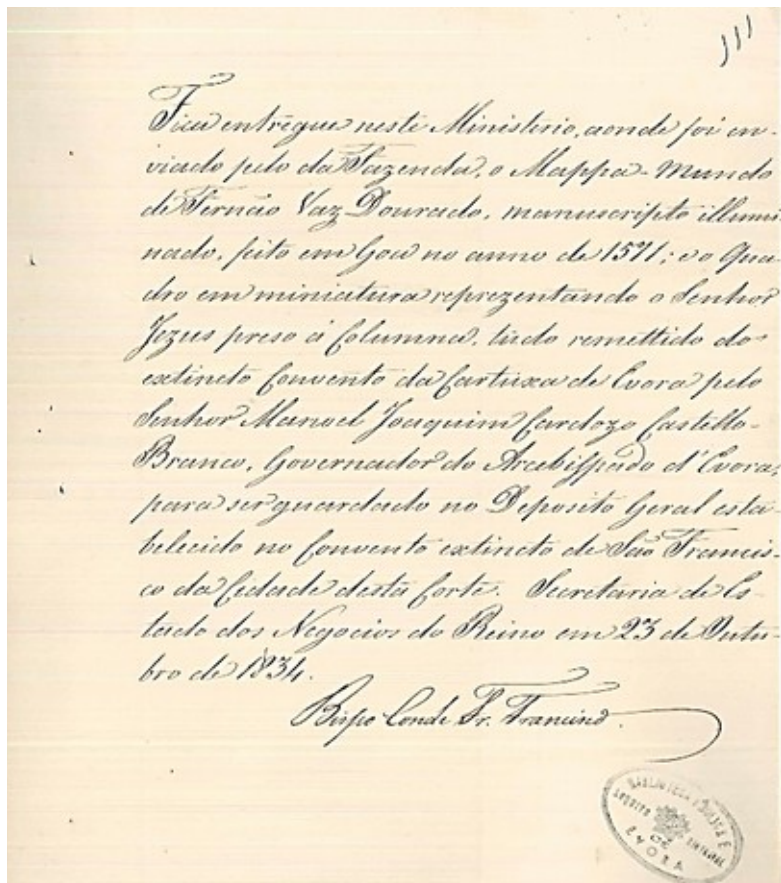


Imagem 3: Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência, 1834. Doc. 111, Mç. B3; cx. 1

Durante a implementação do Decreto de 30 de maio de 1834 foram solicitados ao arcebispo de Évora, tal como aconteceu por todo o país, a realização de inventários de todos os bens pertencentes às extintas casas religiosas como as alfaias de culto divino, jóias, pratas, ouro e dinheiro. Todo esses bens, depois de inventariados e que não tivessem sido distribuídos pelas igrejas mais necessitadas, foram enviados para a Fazenda Nacional, para o Tesouro Público ou para Casa da Moeda¹⁴.

Nem sempre esses inventários dos bens patrimoniais, das alfaias de culto, das pratas, de jóias, de ouro e dinheiro referentes às extintas casas religiosas masculinas ou das casas religiosas femininas estavam de acordo com o que existia. Ou seja, os inventários onde deveriam estar registados todos os bens iam incompletos, quer devido a omissões feitas de propósito, quer por negligência do responsável pela sua realização. Temos, por exemplo e de acordo com a Portaria de 2 de dezembro de 1857 (imagem 4), enviada pelo Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, a cópia de uma carta dirigida ao Delegado do Tesouro no distrito de Évora, referente a uma queixa feita contra as religiosas do convento de Santa Catarina de Évora, acusadas de esconderem jóias, pratas e dinheiro¹⁵.


¹⁴ Imagem 3: Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência, 1835. Doc. 57-58, Mç. B3; cx. 1

¹⁵ Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência, 1857. Doc. 31-33, Mç. 16; cx. 4

31

Sua Magestade El Rei. Manda cometer ao
 Reverendo Arcebispo d' Évora a inclusa Copia con-
 fessada de uma Carta assignada dirigida ao
 Delegado do Thesouro no Districto d' Évora, e
 por este remettida ao Ministerio competente,
 na qual se denuncia com toda a circumstancia
 os logares occultos do Convento de Santa
 Catharina da dita Cidade, nos quaes exist-
 tem muitas pedras, desbriças e outros obje-
 ctos preciosos, que tem sido até hoje des-
 gados nos Inventarios respectivos, a que se
 precedeu. E Sua Magestade por
 sem, que o Reverendo Arcebispo, informado
 deste importante negocio, faça proceder
 sem demora a uma busca rigorosa nos
 logares indicados; encarregando esta dili-
 gencia a pessoas autorizadas no publico, e
 da sua confiança, e devendo assistir a
 ella o referido Delegado do Thesouro, com o qual o
 mesmo Reverendo Prelado se fará de accordo,
 a fim de fazer o acto da diligencia de que se trata,
 e se tambem para o deposito das peccas encontradas

Confessada
 e
 desconfessada



que se encontrarem. E qui o mesmo Augusto
 Leitor Manda communicar em forma
 reservada ao Reverendo Arcebispo d' Évora
 para sua devida intelligencia e execução,
 ficando na certeza de que pelo Ministerio
 da Fazenda se expedem ordens nella
 conformidade ao supradito Delegado do Thesouro
 Laco das Necessidades em 2 de Dezembro
 de 1857.

Antonio João d' Azeite

Imagem 4: Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora.
Correspondência, 1857. Doc. 31; Mç. 16; cx. 4

Da cópia da queixa consta o seguinte:

“No coro de cima do convento de Santa Catarina está a Capela do Rosário, e no retábulo desta capela que é de pano onde tem uns buraquinhos são uns esconderijos onde estão umas Relíquias de ouro à entrada do coro debaixo antes de se entrar ao lado esquerdo está uma portinha pequena que dá para uma Casas comprida e escura, sendo à entrada baixa e para o fim alta, nesta casas há por cima da porta uma casa pequena para onde se sobe por uma escada de mão, e nesta casa está muitas pratas de valor escondidas há muitos anos, que não sei se eram dos frades de São Domingos, ou se são das Freiras, o certo é que nunca entraram em Inventário algum, e também há muito dinheiro no depósito. Igual aviso foi feito para o Ministério, e cuidado...

Está conforme o original. Évora 7 de Novembro de 1859.

O Delegado do tesouro Joaquim Inácio da Silva Lobo.

Está conforme. Secretaria do Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, em 2 de Dezembro de 1857.”¹⁶

Considerações finais

De acordo com o Decreto de 30 de maio de 1834, da autoria de Joaquim António de Aguiar, conhecido pelo «Mata-Frades» foram extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas religiosas de todas as ordens regulares do sexo masculino.

Com a extinção das casas religiosas por todo o país os seus bens, desde alfaias de culto, igrejas, bibliotecas e arquivos foram distribuídos ou vendidos em hasta pública, enviados para a Fazenda Nacional ou para o Tesouro Público ou ainda, para a Casa da Moeda, ficando assim desfalcado grande parte do património religioso.

Devido à escassez de inventários não é possível, infelizmente, localizar todos os bens que foram vendidos em hasta pública bem como os que foram enviados para a capital.

¹⁶ Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência, 1857. Doc.32; Mç.16; cx. 4

Bibliografia:

Fontes impressas:

ARAÚJO, Paulina. (2013). *Câmara Eclesiástica de Évora. Inventário-Catálogo*. Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação - Ramo Arquivologia. Universidade de Évora. Évora.

FONSECA, Francisco, (1728). *Évora Gloriosa*, epílogo dos quatro volumes que compôs o P. Manuel Fialho da Companhia. Roma. p. 3.

Fontes manuscritas:

Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência, 1834. Doc. 14, Mç. B3; cx. 1

Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência, 1834. Doc. 110 e 111, Mç. B3; cx. 1

Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência, 1835. Doc. 21; Mç. B3; cx. 1.

Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência, 1835. Doc. 57 e 58, Mç. B3; cx. 1

Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência. 1849; Doc. 14, 14; Mç. 12; cx. 3.

Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência, 1857. Doc. 31-33, Mç. 16; cx. 4

Webgrafia:

CAEIRO, Elsa. *Políticas e Consequências da Extinção das Ordens Religiosas no Espaço Urbano da Cidade de Évora do Liberalismo à Atualidade*. [em linha] [consultado em 08 de setembro de 2018] na Internet: <http://artison.letras.ulisboa.pt/index.php/ao/article/view/57/50>

Mapa da Divisão do Território de Portugal e Algarve. [em linha] [consultado em 01 de outubro de 2018]. Disponível na internet: <https://arquivo.cm-vidigueira.pt/details?id=81063>

RODRIGUES, Henrique. *Extinção das ordens religiosas e dinâmicas sócio-culturais: frades residentes no Alto-Minho no século XIX. 2004*. [em linha] [consultado em 23 de agosto de 2018]. Disponível na internet: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4466/1/LS_S2_16_HenriqueRodrigues.pdf

"seculares", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/seculares> [consultado em 15-11-2018].

SANTOS, Luís Filipe (2004). *Extinção das Ordens Religiosas*. [em linha] [consultado em 16 de novembro de 2018] Disponível na internet: <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/nacional/extincao-das-ordens-religiosas/>

OFERTAS DE PUBLICAÇÕES

Índice

Ofertas Bibliográficas

Agradecemos aos seguintes autores e instituições a oferta destas publicações, que vieram enriquecer a nossa biblioteca.

Alcance – Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio, (2010), *I Encontro de Arquivos Históricos do Algarve*, Algarve: Alcance – Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio, Depósito Legal 317921/10.

Arquivo Municipal de Elvas:

Dentinho, Maria do Céu Ponce, (1989), *Elvas Monografia*, Braga: Câmara Municipal de Elvas.

Fonseca, Jorge, (2009), *O Foral de Elvas de 1512 – Introdução, Estudos e Transcrição*, Lisboa: Câmara Municipal de Elvas. ISBN 978-989-95485-3-4. Depósito Legal 299 179/09.

Henrique, Ricardo, [et al.] (2013), *Elvas – A Cidade-Fortaleza*, Elvas: Câmara Municipal de Elvas. ISBN 978-989-95485-9-6. Depósito Legal 365226/13.

Jesuino, Rui, (2016), *A Toponímia do Concelho de Elvas*, Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Elvas. Depósito de Legal 407 786/16.

Rocha, Edite, (2012), *Flores de Música de Manuel Rodrigues Coelho*, Elvas: Câmara Municipal de Elvas.

Arquivo Municipal de Loulé:

Arquivo Municipal de Loulé (2018), *AL-ÚLYÁ*, Nº 19, Loulé: Arquivo Municipal de Loulé. ISSN0872-2323.

Arquivo Municipal de Loulé (2018), *AL-ÚLYÁ*, Nº 20, Loulé: Arquivo Municipal de Loulé. ISSN 0872-2323.

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira:

Bettencourt, Aloísio César de, (2018), *Fotografias da Madeira de Aloísio César de Bettencourt (1827-1895)*, Funchal: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. ISBN 978-972-648-219-2. Depósito Legal 449856/18.

Bettencourt, Aloísio César de, (2018), *Fotografhs of Madeira by Aloísio César de Bettencourt (1827-1895)*, Funchal: Madeira Regional Archive and Public Library | Photographia – Museum “Vicentes”. ISBN 978-972-648-224-6. Legal Deposit: 449635/18.

Henderson, Alexander Lamont, (2018), *Fotografias da Madeira de Alexander Lamont Henderson, (1906)*, Funchal: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. ISBN 978-972-648-221-5. Depósito Legal 447670/18.

Henderson, Alexander Lamont, (2018), *Fotografhs of Madeira by Alexander Lamont Henderson (1906)*, Funchal: Madeira Regional Archive and Public Library | Photographia – Museum “Vicentes”. ISBN 978-972-648-222-2. Legal Deposit: 49635/18.

Pereira, Pe. Eduardo C. N.; Pão, Nélio; Santos, Filipe dos, (2018), *O Porto Santo nas Fotografias do Padre Eduardo C. N. Pereira – Catálogo*, Funchal:



Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira: ISBN 978-972-648-220-8. Depósito Legal 444268/18.

Rodrigues, João Anacleto, (2018), *Fotografias da Madeira de João Anacleto Rodrigues (1891-1943)*, Funchal: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. ISBN 978-972-648-218-5. Depósito Legal 449634/18.

Rodrigues, João Anacleto, (2018), *Fotographs of Madeira by João Anacleto Rodrigues (1891-1943)*, Funchal: Madeira Regional Archive and Public Library | Photographia – Museum “Vicentes”. ISBN 978-972-648-223-9. Legal Deposit: 449857/18.

Associação Odiana, (2018), *Guia Turístico Tourist Guide Baixo Guadiana*, Castro Marim: Associação Odiana.

BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e documentalistas, (2018), *13º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e documentalistas – Sustentabilidade e transformação*, Fundão.

Bilou, João, (2016), *O Centenário da Colectividade Abril... Abril...*, Sociedade Operária de Instrução e Recreio Joaquim António D’Aguiar e Companhia das Ilhas, ISBN 978-989-8828-17-0. Depósito Legal 419191/16.

Calado, José, (2018), *Apontamentos para a História da Vinha e do Vinho no Alentejo – Legado de uma Família a produzir desde 1667*, Estremoz: Herdade das Servas – Estremoz, Depósito Legal 445329/18.

Câmara Municipal de Alcoutim:

Câmara Municipal de Alcoutim, s.d., *Casa do Ferreiro*, Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim.

Luz, Carlos, (2012), *Castelo de Alcoutim – Aquarelas de Carlos Luz*, Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim.

Câmara Municipal de Évora, (2018), *Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora - A Cidade de Évora*, Nº 2, 3ª Série, Évora: Câmara Municipal de Évora, ISSN 0871-1992. Depósito Legal 442449/18.

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, (2017), *Almanzor - Revista de Cultura*, Nº 3, 3ª Série, Montemor-o-Novo: Câmara Municipal Montemor-o-Novo: ISSN 0870-0249. Depósito Legal Nº 68194/93. (2 exemplares).

Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz:

Carvalho, Gabriela, (2015), *Reguengos de Monsaraz – A vinha e o vinho*, Lisboa: Althum.com, ISSN 978-989-683-063-2. Depósito Legal 398622/15.

Câmara Municipal de Santiago do Cacém:

Câmara Municipal de Santiago do Cacém, (2010), *Açúcar, Pimenta e Canela – Retrato de Santiago do Cacém ao tempo do Foral Manuelino*, Santiago do Cacém: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Depósito Legal 316147/10.

Câmara Municipal de Santiago do Cacém, (2010), *Miróbriga, o Tempo ao Longo do Tempo História e Historiografia Investigação em Miróbriga*, Santiago do Cacém: Câmara Muni-



cipal de Santiago do Cacém, ISBN 978-972.99051-7-9. Depósito Legal 312796/10.

CECHAP – Centro de Estudos de Cultura, História e Património

Matos, Ana Cardoso; Alves, Daniel, (2019), *Mármore 2000 anos de História – A Evolução Industrial, os seus Agentes Económicos e a Aplicação na época contemporânea*, Vol. II. Lisboa: Theya Editores, ISBN 978-989-99164-4-9, Depósito Legal 456635/19.

Carneiro, André; Soares, Clara Moura; Serrão, Vítor, (2019), *Mármore 2000 anos de História – Da Antiguidade à Idade Média*, Vol. I. Lisboa: Theya Editores, ISBN 978-989-99164-3-2, Depósito Legal 456635/19.

Coelho, Jerónimo Heitor, (2019), *Catálogo da Exposição Fotográfica Alentejo ontem hoje amanhã*, Évora.

Gato, Manuel Godinho Mendes, (2019) *Pedaços da Minha Vida*, Évora: Tip. Geraldo, Depósito Legal 978-989-20-9398-7.

Macias, Santiago, (2018), *Catálogo da Exposição Caligrafias*, Moura: Direção Regional de Cultura do Alentejo. ISBN 978-989-20-8841-9. Depósito Legal 447134/18.

Martins, Luís R., (2018), *Judeus de Montemor-o-Novo e outros cristãos-novos [Séculos XV a XVIII]*, Lisboa: Academia de Letras e Artes, Depósito Legal 978-989-20-9398-7.

Pereda, Ignacio García, (2018), *Mais e Melhor Fruta – Uma fotobiografia de Joaquim Vieira Natividade*, Lisboa: Euronatura. ISBN 978-989-98481-4-6. Depósito Legal PT: 446024/18.

Pinto, Óscar Caeiro, (2015), *A linhagem de João Freire de Andrade, 1º Senhor de Alcoutim*, Albufeira: Arandis Editora. Depósito Legal 391255/15.

Santa Casa da Misericórdia de Moura:

Correia, José António de Oliveira, (2016), *Santa Casa da Misericórdia de Moura 1502-2014*, Santa Casa da Misericórdia de Moura, Depósito Legal 410976/16.



REQUISITÓRIAS

ex: 70

M.º 5945

1753.

Ultra mar.

Requisitoria, q' veyo do Bis-
po de Marianne, e do do
Rio de Janeiro, p.º Medico Ar-

Visita o site em adevr.dglab.gov.pt

Faz-te amigo do Arquivo Distrital de Évora em: www.facebook.com/arquivodistritalevora

Oficinas Educativas

O Arquivo Distrital de Évora organiza visitas guiadas e atividades pedagógicas para públicos de diversas faixas etárias.

Para marcações e inscrições contactar:

Arquivo Distrital de Évora

Largo dos Colegiais, nº 3

700-803 Évora

Tel: 266006600

Fax: 266006601

Endereço eletrónico:

mail@adevr.dglab.gov.pt

Pesquisa

Por solicitação dos leitores, o Arquivo Distrital de Évora realiza

pesquisas nos fundos

arquivísticos

à sua guarda.

Para informação e preços

contactar:

Arquivo Distrital de Évora

Largo dos Colegiais, nº 3

700-803 Évora

Tel: 266006600

Fax: 266006601

Endereço eletrónico:

mail@adevr.dglab.gov.pt

Reproduções

O Arquivo Distrital de Évora possui um serviço de fotocópias e

digitalização de documentos.

Para informação e preços contactar:

Arquivo Distrital de Évora

Largo dos Colegiais, nº 3

700-803 Évora

Tel: 266006600

Fax: 266006601

Endereço eletrónico:

mail@adevr.dglab.gov.pt



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E
DAS BIBLIOTECAS



ARQUIVO
DISTRITAL DE
É·V·O·R·A

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS

ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA

Largo dos Colegiais, nº 3, 7000-803 Évora | Telefone: 266006600 | Fax: 266006601

Sítio na Internet: <http://adevr.dglab.gov.pt> | E-mail: mail@adevr.dglab.gov.pt

Direção: Jorge Janeiro | Design gráfico: Francisca Mendes

Colaboradores nesta edição: Célia Malarranha, Francisca Mendes, Jorge Janeiro, Luís Henriques, Paulina Araújo, Rita Faleiro.

ISSN 2183-3427